

Ficha Técnica

ISSN do CD de publicação das actas: 1647-6964

II JORNADAS DE EDUCAÇÃO SOCIAL

**DINÂMICAS SOCIAIS – ESPAÇOS DE PENSAMENTO: A INTERVENÇÃO
SOCIAL EM TEMPO DE CRISE**

18 e 19 de Junho de 2009

**AUDITÓRIO DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

Organização
Departamento de Ciências Sociais

DINÂMICAS SOCIAIS – ESPAÇOS DE PENSAMENTO: A INTERVENÇÃO SOCIAL EM TEMPO DE CRISE

As II Jornadas de Educação Social Subordinadas Ao Tema “Dinâmicas Sociais – Espaços De Pensamento: A Intervenção Social Em Tempo De Crise, visam criar um espaço de reflexão e debate sobre propostas de intervenção em diferentes contextos institucionais.

Partindo da análise de dados vivenciais e rotinas no terreno poderão ser colocados a nú os sucessos e fracassos, as esperanças e as frustrações de quem na prática trabalha os diferentes contextos de intervenção social.

De forma fundamentada, pretende-se deixar a possibilidade de formular juízos de valor, criar alternativas e comparar práticas no sentido de ultrapassar os tempos de crise que a sociedade actual nos proporciona.

Destinatários:

- Alunos do Curso de Licenciatura e Mestrado em Educação Social;
- Instituições cooperantes com a ESEB;
- Comunidade em geral.

COMISSÃO CIENTÍFICA

Maria do Nascimento Mateus
Jesus Matas
Ester Vaz
Berta Nunes

COMISSÃO ORGANIZADORA

André Garibaldi
Cristina Maria Mesquita Pires
José Paulo Castro
Maria do Nascimento Mateus
Maria Emília Nogueiro
Paula Martins
Pedro Couceiro
Orlando Gama

SECRETARIADO

Andreia Brito
António Bernardino Coelho
Cátia Sousa
Crisantina Marcos
Daniela Martins
Eugénia de Sousa
José Carlos Trindade
Maria do Nascimento Mateus
Maria Emília Nogueiro
Marta Morgado
Ofélia Sá
Orlando Gama

A Discriminação sob o olhar da Educação Social

Discrimination under the look of Social Education

Graça Santos – gmsantos@ipb.pt
Andreia Correia – asfc_84@hotmail.com
Guida Dias – guigas_3@hotmail.com
Paulo Torres - paulotorres115@hotmail.com
Sílvia Bernardo - smsb78@hotmail.com

Resumo

Este artigo surge com o objectivo de suscitar a reflexão sobre um tema presente na nossa sociedade – a discriminação. Reflectir acerca deste conceito é um primeiro passo para podermos saber identificar e posteriormente accionar os mecanismos que possam estar disponíveis, no sentido de minimizar os efeitos discriminatórios. A discriminação é um fenómeno social complexo, que não tem solução aparente, pelo menos enquanto não se proceder a uma mudança de mentalidades à escala global. É uma tarefa difícil tentar desconstruir preconceitos e estereótipos quando estes já estão bastante enraizados no tecido social. O nosso estudo empírico debruçou-se sobre a análise de respostas de um grupo de futuros educadores sociais acerca da problemática da discriminação, procurando perceber como é que estes futuros profissionais encaram este desafio, que consiste em contribuir para educar/reeducar, alertar e ensinar a sociedade contemporânea a lidar com a problemática em causa.

Palavras-chave: *discriminação; preconceito; educação social.*

Abstract

This article appears in order to raise the debate on an issue in our society - discrimination. Reflect on this concept is a first step for us to know how to identify and then define the mechanisms that may be available in order to minimize the discriminatory effects. Discrimination is a complex social phenomenon, which has no apparent solution, at least until they carry out a change of thinking on a global scale. It is a difficult task trying to deconstruct stereotypes and prejudices when they are already well entrenched in the social fabric. Our empirical study focused on the analysis of responses from a group of future educators on the issue of discrimination, seeking to understand how these future professionals face this challenge, which is to help educate / re-educate, warn and teach contemporary society to deal with the issue in question.

Keywords: *discrimination, prejudice, social education.*

Introdução

Este artigo incide sobre um trabalho realizado por um grupo de alunos, no âmbito da unidade curricular de Intervenção Sócio-Educativa, do curso de licenciatura em Educação Social, da Escola Superior de Educação, no ano lectivo de 2006/2007. Foi apresentada uma comunicação nas *II Jornadas de Educação Social - Dinâmicas Sociais. Espaços de Pensamento: a intervenção social em contexto de crise*, sendo a reformulação para publicação na Revista EduSer da responsabilidade das autoras.

A discriminação e o preconceito fazem parte do quotidiano de vários cidadãos, privando-os muitas vezes dos seus direitos. Neste sentido, enquanto cidadãos e Educadores Sociais,

consideramos que esta realidade deve ser alvo de reflexão, especialmente daqueles que têm responsabilidades ao nível da intervenção social. Desta forma, o nosso objectivo primordial assenta essencialmente numa análise acerca da intervenção nacional e europeia, os principais objectivos das organizações governamentais e não governamentais perante a problemática da discriminação, tentando assim provocar a reflexão sobre o tema.

Enquanto Educadores Sociais consideramos pertinente abordar esta problemática, pois profissionalmente assumimos um papel importante enquanto mediadores da relação humana na sociedade, tendo sempre como objectivos sensibilizar e alertar para as questões de injustiça e de sofrimento social.

Uma vez que estas questões afectam o bem-estar social, torna-se fundamental a recolha de informação e a divulgação de alguns dados pertinentes.

A estrutura deste artigo assenta numa introdução acerca da temática da discriminação, recorrendo a uma revisão de literatura sobre conceitos fundamentais, nomeadamente a discriminação, o preconceito, o estereótipo, a anti-locação, o aviltamento, o ataque físico, o extermínio, a discriminação directa e indirecta, a discriminação de género, a discriminação da deficiência, a discriminação étnica, a discriminação etária, a discriminação religiosa, a discriminação da orientação sexual e as discriminações múltiplas.

Posteriormente fazemos referência ao contexto nacional da luta pela igualdade de oportunidades para todos e todas, assinalado no ano de 2007 com o Plano Nacional de Acção do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos e para Todas.

Apresentamos neste artigo os dados de um breve estudo empírico realizado com o objectivo de averiguar a opinião de alunos do curso de Educação Social acerca das situações de discriminação descritas no questionário. Finalizamos este texto com uma breve abordagem acerca do perfil e das práticas sociais que o Educador Social pode adoptar mediante estas problemáticas, enquanto agente de intervenção social.

Vladimir Spidla (2006), Comissário Europeu para o Emprego afirma que *por toda a União Europeia, existem pessoas impedidas de participar no trabalho e na sociedade devido ao preconceito e à discriminação* (p. 2).¹

Vladimir Spidla refere ainda que “a legislação europeia proíbe a discriminação no emprego e na formação em razão da religião ou crença, deficiência, idade, orientação sexual, bem como da raça ou origem étnica, não só no âmbito do emprego e formação, como ainda noutras áreas da vida quotidiana como a educação, o acesso à habitação e aos cuidados de saúde” (Vladimir Spidla, 2006, p. 2).

¹ Disponível on-line: http://ec.europa.eu/employment_social/fundamental_rights/pdf/pubst/broch/flyer06_pt.pdf.
Acedido em 02/05/07.

A divulgação e a consciencialização para o tema da discriminação assumem especial relevância para os cidadãos em todos os sentidos e em particular no âmbito da Educação Social.

1. A Pertinência do tema “A Discriminação sob o Olhar da Educação Social”

Para compreendermos o conceito de discriminação temos que entender o significado de preconceito, pois apesar de serem conceitos semelhantes e relacionados entre si, são necessariamente diferenciados.

O preconceito pode ser definido como

“uma atitude favorável ou desfavorável em relação a membros de algum grupo baseada sobretudo no facto da sua pertença a esse grupo e não necessariamente a características particulares de membros individuais. Por exemplo, o preconceito sexual surge quando um indivíduo é avaliado tendo em conta a sua pertença a um grupo em particular (masculino ou feminino) e não tanto pelas suas características individuais. Os mais variados grupos, para além dos sexuais, podem ser alvo de preconceito: raças, etnias, religiões, homossexuais, emigrantes, reclusos, doentes mentais, só para nomear alguns” (Allport, 1954, citado por Neto, 1998, p. 507).

Podemos salientar que o preconceito é um conceito formado sem qualquer fundamento sério ou razoável. Isto significa que se trata de uma atitude que deriva de um pré-julgamento, o que conduz os sujeitos a avaliar de forma negativa ou positiva os objectos, as pessoas ou os grupos sociais.

Allport apresentou, em 1954 (citado por Neto, 1998, pp. 509-510), um modelo das expressões do acto do preconceito, delimitando cinco fases. Este modelo apresenta expressões do preconceito que se podem desenvolver no seio das sociedades, desde o nível menos intenso ao mais intenso:

1. **Anti locução** – Conversa hostil de difamação verbal, propaganda racista;
2. **Aviltamento** – Manter o grupo étnico separado do grupo dominante na sociedade;
3. **Discriminação** – Quando o grupo minoritário é excluído de direitos civis, do emprego e do acesso a certas formas de alojamento;
4. **Ataque físico** – Violência contra pessoas e propriedades que pode vir de organizações racistas, de grupos não organizados de sujeitos;
5. **Extermínio** – Violência indiscriminada contra todo um grupo de pessoas.

O preconceito é adquirido no processo de socialização. Os preconceitos referem-se muitas vezes a realidades ou grupos com os quais o indivíduo nunca contactou.

Por outro lado, a discriminação é a manifestação comportamental do preconceito. A discriminação ocorre quando um membro de um determinado grupo é tratado de forma positiva ou negativa por causa da sua presença nesse grupo ou por causa das suas características individuais.

Muitas vezes, as atitudes preconceituosas estão relacionadas com as atitudes discriminatórias, embora isso nem sempre aconteça.

Torna-se então importante fazer a distinção entre preconceito e discriminação. Embora as atitudes preconceituosas estejam muitas vezes ligadas a comportamentos discriminatórios, nem sempre ocorrem em simultâneo. Por exemplo, um director de uma empresa pode ter algum tipo de preconceito relativamente a determinados grupos. Isso não significa que assuma comportamentos discriminatórios em relação a esses indivíduos, quando procuram emprego na sua empresa.

Se o preconceito nem sempre conduz à discriminação, a discriminação nem sempre leva ao preconceito. Por vezes, existem situações em que as pessoas podem discriminar membros de um grupo particular devido a pressões sociais. Por exemplo, uma cadeia hoteleira que não permite a entrada de animais nos quartos, quando o rececionista recusa alugar um quarto a um cliente acompanhado de um animal, não o faz por qualquer tipo de preconceito, mas sim porque a sua entidade patronal assim o exige.

Também associado à discriminação surge o conceito de estereótipo. Os estereótipos não são mais do que ideias feitas, em resultado de generalizações ou especificações que tendem a considerar que todos os membros de um grupo se comportam do mesmo modo e com as mesmas características.

Segundo Neto (1998) há várias teorias para explicar a génese do preconceito.

Assim encontramos as:

- Abordagens históricas - estudam o preconceito como resultado de tradições e das relações que existiram durante gerações;
- Abordagens sócio-culturais - estudam o impacto que a sociedade tem no preconceito do indivíduo;
- Abordagens situacionais - estudam a forma como o meio em que a pessoa se encontra se relaciona com as atitudes de preconceito;

- Abordagens psicodinâmicas - estudam o preconceito como sendo o resultado de conflitos pessoais e desadaptações no interior da pessoa com preconceitos;
- Abordagens cognitivas - estudam o modo como as pessoas percebem e processam a informação sobre o alvo do preconceito. As fontes cognitivas do preconceito incluem a categorização, os estereótipos, a atribuição e as crenças sociais.

Para estabelecer uma possível intervenção relativamente à problemática da discriminação, parece-nos importante fazer uma contextualização da própria identidade da Educação Social, bem como do perfil de competências e funções a desempenhar pelo Educador Social.

Numa primeira análise importa demarcar o campo de intervenção da Educação Social relativamente a outras áreas do trabalho social, contrariando práticas assistencialistas.

A Educação Social por sua vez compreende as visões religiosa e política, “associando-lhe, todavia, os fundamentos próprios das ciências humanas, a par do sentido da responsabilidades do Estado, mas sempre fazendo percorrer, em todas essas vertentes, a óptica superadora da educação enquanto esta obriga à tão complexa quanto incontornável concertação entre os projectos pessoais e os sociais (Carvalho & Baptista, 2004, p. 23).

Segundo A. Petrus (citado por Romans, M., 2003, p. 115), as funções dos educadores sociais são as seguintes: função detectora e de análise dos problemas sociais e suas causas; função de orientação e de relação institucional; função relacionante e dialogante com os educandos; função reeducativa no seu sentido mais amplo, mas nunca reeducativo clínico; função organizativa e participativa da vida quotidiana e comunitária; função de animação grupal comunitária; função promotora de actividades sócio-culturais; função formativa, informativa e orientadora; função docente social; e por fim, função económica/profissional.

As competências do Educador Social podem ser divididas em três grupos primordiais no exercício da sua profissão, sendo eles, o conhecimento, a capacidade e a atitude. Logo, o Educador Social deve saber, saber-fazer, saber-ser e saber-estar. Banks, S. & Nohr, K. (2008) referem que estes profissionais *trabalham dentro de um conjunto partilhado de valores, dando especial importância à mudança individual e social, ao respeito pela diversidade e pela diferença e a uma prática participativa incentivando à responsabilidade* (p. 10).

Assim sendo, como Educadores Sociais propomos a prática de acções que visem, como estratégia global de intervenção, reduzir o preconceito e a discriminação através das seguintes estratégias defendidas pela psicologia social:

A hipótese do contacto: podemos reduzir o preconceito na sociedade aumentando o contacto entre os grupos. Para que isso se verifique, terá que haver igualdade de estatuto, intimidade, cooperação intergrupala e normas sociais que favoreçam a

igualdade; o modo como os grupos minoritários e o grupo dominante percebem as suas relações e a sua própria ansiedade intergruppal podem dificultar a promoção da igualdade (Bronfenbrenner, 1960, citado por Neto, 1998, p. 570);

Tomada de consciência da pertença a um grupo minoritário: as técnicas de tomada de consciência podem ser utilizadas pela vítima de discriminação para reduzir os efeitos do preconceito sobre elas. Pretende-se tornar os membros dos grupos minoritários sensíveis às influências opressivas e assegurar-lhes um meio de defesa colectivo, pois é importante sensibilizar as pessoas para aquilo que significam as diferenças comportamentais que ocorrem através da interacção social de grupos diferentes (Mednick, 1975, citado por Neto, 1998, p. 565);

Contacto vicariante através dos meios de comunicação social: os meios de comunicação de massa apesar de perpetuarem os estereótipos e os preconceitos podem também ser utilizados para os reduzir, através de retratos favoráveis dos grupos minoritários e de interacções entre os diferentes grupos (Writers' War Board, 1945, citado por Neto, 1998, p. 574).

Carvalho & Baptista (2004) consideram que na formação do Educador Social é essencial uma preparação consistente em alguns domínios das ciências da educação, bem como o estudo dos comportamentos individuais e colectivos complementados por uma cultura geral consistente. As funções do Educador Social não são fáceis de se distinguir no contexto da intervenção social, devido à disparidade de realidades sociais.

Segundo Neto (1998) existem dois tipos de discriminação: a directa e a indirecta. A primeira é visível de imediato. A segunda remete para os actos que, apesar de serem neutros, produzem efeitos discriminatórios.

1.1. Discriminação Directa

A discriminação directa verifica-se quando uma pessoa em situação de comparação é tratada de forma imprópria por diversos factores, tais como: a etnia, a cor, a religião, a idade, etc., quer a nível da vida pública, quer privada.

No entanto, esses factos devem ser justificados de forma legítima e razoável.²

Existe discriminação directa quando uma pessoa é tratada de uma forma menos razoável em relação aos outros.³ Como por exemplo:

- quando um anúncio de emprego sublinha que as pessoas com deficiência não devem concorrer;

² Disponível on-line: <http://www.civil-society.oas.org/Portuguese/CJPA/CP16076P.doc>. Acedido em 28/04/07.

³ Disponível on-line: <http://www.cite.gov.pt/cite/Igualdoport.htm>. Acedido em 28/04/07.

- quando num anúncio de emprego, o empregador refere que só os jovens devem candidatar-se;
- quando um empregador de qualquer área contrata pessoas com uma qualificação para uma determinada função, que tem como objectivo atender pessoas de determinadas etnias;
- quando tratam de forma desigual as mulheres, pelo simples facto de serem mulheres.⁴

1.2. Discriminação Indirecta

Considera-se discriminação indirecta quando se assiste a uma desvantagem em relação à cor, etnia, orientação sexual, idade, sexo, idioma, opiniões políticas, origem nacional ou social, nascimento, deficiência, característica genética, religião, entre outras.⁵

Como exemplos de discriminação indirecta apresentamos os seguintes:

- uma empresa exige que todos os candidatos devem ter carta de condução, pois pode haver a necessidade de fazer entregas ou ir buscar trabalhos directamente aos clientes. Nesta situação temos de ter em conta que nem todas as pessoas têm carta de condução ou porque têm alguma deficiência ou porque a carta de condução não estabelece uma condição preferencial para exercer uma determinada função. Neste caso, a empresa está a discriminar um grupo de pessoas, a não ser que exista uma razão favorável.⁶

- outra situação pode ser a de uma entrevista, quando o empregador questiona o estado civil do indivíduo, sem um objectivo justificável relacionado com a função que este irá desempenhar. Isto pode ser uma situação de desigualdade para as mulheres.

2. Instituições e Mecanismos Governamentais e Não Governamentais que podem ser accionados em situações de Discriminação

É importante referir os diversos tipos de discriminação, o seu conceito ou significado; exemplos de instituições/organizações direccionadas de alguma forma para a intervenção em cada um dos tipos de discriminação referidos; endereço electrónico dessas instituições/organizações, onde pode ser consultada informação útil (os dados aqui referidos

⁴ Disponível on-line: http://www.ussetubal.pt/Legislacao/igualdad_02.htm. Acedido em 28/04/07.

⁵ Disponível on-line: <http://www.civil-society.oas.org/Portuguese/CJPA/CP16076P.doc>. Acedido em 28/04/07.

⁶ Disponível on-line: http://www.ussetubal.pt/Legislacao/igualdad_02.htm. Acedido em 28/04/07.

estão actualmente disponíveis)⁷; o objectivo geral de cada uma das instituições/organizações mencionadas.

É de salientar que estas instituições/organizações integraram activamente a dinâmica do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e Todas (2007). Estas assumem o papel de mediadoras para as respectivas redes de parceiros sociais e associações congéneres, com o objectivo de disseminar as práticas que integraram o Plano Nacional de Acção para esta iniciativa comunitária em Portugal.

2.1. Discriminação de género

- Conceito: Prejuízo de qualquer natureza, decorrente de normas jurídicas, práticas sociais ou comportamentos individuais, que é sofrido por uma pessoa em função do género (Disponível on-line: <http://www.inofofor.pt/formarparaigualdade/03defin.htm>. Acedido em 28/04/07).⁸

- Instituições/Organizações: - Rede de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (www.redejovensigualde.org.pt). A REDE tem como objectivo a promoção da igualdade de género, no respeito pelos preceitos e orientações das Nações Unidas e da União Europeia.

- Associação de Mulheres Contra a Violência – AMCV (www.amcv.org.pt). A Associação de Mulheres contra a violência (AMCV) é uma organização não governamental (ONG), independente e sem fins lucrativos, cujo objectivo actual consiste em questionar e desafiar as atitudes, crenças e padrões culturais que perpetuam e legitimam a violência contra as mulheres, crianças e jovens.

- Associação para o Planeamento da Família – APF (www.apf.pt). A Associação para o Planeamento da Família (APF) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1967 e tem como objectivos fundamentais a promoção da Saúde, Educação e Direitos nas áreas da Sexualidade e Planeamento Familiar.

⁷ Junho de 2009.

⁸ Disponível on-line: <http://www.inofofor.pt/formarparaigualdade/03defin.htm>. Acedido em 28/04/07.

2.2. Discriminação da deficiência

- Conceito: “O termo «discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência» significa toda a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência” (Disponível on-line: <http://www.cidh.oas.org/Basicos/base8a.htm>. Acedido em 28/04/07).⁹

- Instituições/Organizações: - Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais (www.fnerdm.pt). No ano de 1993, um grupo de entidades, públicas e privadas, envolvidas em programas de reabilitação de doentes mentais co-financiados pela Iniciativa Comunitária “HORIZON”, deu início à criação de uma rede nacional de partilha de experiências, no sentido de possibilitar um espaço de discussão da problemática da reabilitação de doentes mentais em Portugal.

- Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social – FENACERCI (www.fenacerci.pt/). A FENACERCI, Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social é a estrutura representativa das cooperativas deste sector e tem por missão fundamental promover a criação de condições que, pela via do reforço das organizações associadas, defendam os interesses e direitos das pessoas com deficiência mental e suas famílias.

2.3. Discriminação étnica

- Conceito: “*Considera-se discriminação étnica como uma forma de infra-humanização que toma como elemento central a naturalização dos membros de grupos minoritários. Partimos do pressuposto de que existem características que diferenciam os seres humanos de outras formas de vida e que, por isto, compõem uma chamada essência humana. Discriminação étnica é uma forma de negar, em maior ou em menor grau, a determinados grupos, características de humanidade. Não significa, entretanto, que o outro deixe de ser humano, mas apenas que passa a ser em menor grau*” (Disponível on-line:

⁹ Disponível on-line: <http://www.cidh.oas.org/Basicos/base8a.htm>. Acedido em 28/04/07.

<http://www.multikulti.org.uk/pt/racism-discrimination/discrimination-on-grounds-of-religion-or-belief/>. Acedido em 28/04/07).¹⁰

- Instituições/Organizações: - Associação SOS Racismo (www.sosracismo.pt). O SOS RACISMO foi criado em 10 de Dezembro de 1990. A sua criação partiu da iniciativa de um grupo de pessoas, que se propôs lutar contra o Racismo e a Xenofobia em Portugal, contribuindo para a formação de uma sociedade em que todos tenham os mesmos direitos.

- Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos – OLHO VIVO (www.olho-vivo.org/Olhovivo.html). Fundada em Maio de 1988, a Olho Vivo é uma ONG (organização não governamental) sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que intervém na defesa do Ambiente, Património e Direitos Humanos.

2.4. Discriminação etária

- Conceito: Ocorre contra uma pessoa ou grupo baseado na idade. Quando este preconceito é a motivação principal por trás dos actos de discriminação contra aquela pessoa ou grupo, então estes actos constituem-se em discriminação etária.¹¹

- Instituições/Organizações: - Centro Comunitário de Carcavelos (www.centrocomunitario.net). O Centro Comunitário tem como objectivos a realização de projectos e actividades que promovam a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento local. Visa possibilitar ao indivíduo, grupo e famílias o exercício do direito à cidadania e à integração social, através de um conjunto de respostas abrangentes e integradas que vão ao encontro das necessidades vivenciadas.

- Associação Casapiana de Solidariedade (www.acasapiana.com/acs/caracteriza.asp). A Associação Casapiana de Solidariedade tem como objectivo criar um espaço físico que contribua para um desenvolvimento harmonioso

¹⁰ Guillaumin (1992), Vala, Brito e Lopes (1999) e Leyens, Paladino, Rodriguez-Torres, Vaes, Demoulin, Rodriguez-Perez e Gaunt (2000). Disponível on-line: <http://www.multikulti.org.uk/pt/racism-discrimination/discrimination-on-grounds-of-religion-or-belief/>. Acedido em 28/04/07.

¹¹ Disponível on-line: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Eda%C3%ADsmo>. Acedido em 28/04/07.

do processo de envelhecimento. A Associação Casapiana pretende proporcionar ao idoso e sua família/cuidador a resposta mais adequada a cada momento e necessidade.

- Federação Nacional das Associações Juvenis Locais – FNAJ (www.fnaj.com/apresentação.aspx). A riqueza quantitativa e qualitativa do associativismo juvenil local, ao longo dos tempos, não tinha uma expressão proporcional nem o devido reconhecimento político e apoios adequados, surgindo daí a necessidade de haver uma estrutura representativa, que fosse a "voz" defensora e reivindicativa das associações nela representada.

- Conselho Nacional da Juventude – CNJ (www.cnj.pt). O Conselho Nacional de Juventude (CNJ), criado em 1985, com estatuto jurídico aprovado pela Assembleia da República, através da Lei 1/2006, é a Plataforma representativa das organizações de juventude de âmbito nacional, abrangendo as mais diversas expressões do associativismo juvenil (culturais, ambientais, escutistas, partidárias, estudantis, sindicalistas e confessionais).

Pretende constituir uma plataforma de diálogo e um espaço de intercâmbio de perspectivas entre as organizações e os conselhos de juventude. Pretende ainda reflectir sobre as aspirações dos jovens, promovendo, designadamente, o debate e a discussão sobre a sua situação e problemática.

2.5. Discriminação religiosa

- Conceito: *A discriminação religiosa ocorre devido à origem étnica de alguém ou devido à sua religião ou devido a não ter religião.*

- Instituições/Organizações: - Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões – RELIGARE (<http://www.religare.gov.pt/>).

2.6. Discriminação da orientação sexual

- Conceito: *“Atitudes discriminatórias e situações de exclusão que criam sentimentos de inadequação social, o que se reflecte directamente na auto-estima dos indivíduos e no desempenho das suas funções enquanto indivíduos pertencentes à sociedade. Consequentemente, os sujeitos agrupam-se buscando um suporte emocional entre si, que lhes permite amenizar a recusa do convívio harmonioso do restante da sociedade”* (Disponível on-line: <http://www.multikulti.org.uk/pt/racism-discrimination/discrimination-on-grounds-of-religion-or-belief/>. Acedido em 28/04/07).¹²

- Instituições/Organizações: - ILGA (<http://www.ilga-portugal.pt/>). A Associação ILGA Portugal tem por objectivo a integração social da população lésbica, *gay*, bissexual e transgénero (LGBT).

- Centro Comunitário Gay e Lésbico de Lisboa (<http://portugalpride.org/orgs.asp?id=ilga>). Tem como objectivos ajudar todos os que querem assumir a sua homossexualidade numa forma saudável e positiva, informar correctamente a comunidade sobre a homossexualidade, retirando-lhe, decisivamente, o carácter de escândalo sexual, permitir a formação de lobbies de protecção de interesses de casais homossexuais, realizar trabalho de informação e apoio dirigido à comunidade homossexual na área da saúde (com relevo para as doenças sexualmente transmissíveis).

- Opus Gay (<http://www.opusgay.org/QuemSomos.html>). A Associação Opus Gay é uma organização cívica de carácter social criada para promover a solidariedade entre todos os membros da comunidade LGBT (*Gay*, lésbica, bissexual e *transgender*) portuguesa, ultrapassando fronteiras políticas, geográficas, sociais ou etárias.

¹² Disponível on-line: <http://www.multikulti.org.uk/pt/racism-discrimination/discrimination-on-grounds-of-religion-or-belief/>. Acedido em 28/04/07.

- Clube Safo (<http://www.clubesafo.com/>). A Associação tem por objectivo o apoio e a defesa dos direitos das mulheres lésbicas, constituindo-se como um espaço de intervenção social, cultural e política, promovendo uma imagem positiva da identidade lésbica, nomeadamente no domínio da saúde e da educação.

2.7. Discriminações múltiplas

- Conceito: *“A maioria das pessoas possui características múltiplas de identificação. Todos têm uma idade, um género, uma orientação sexual e uma etnia, mas muitos adquiriram uma religião ou uma deficiência também. Por possuírem características identificadoras múltiplas podem ser discriminadas por mais do que um factor. Por exemplo, uma mulher de uma minoria étnica pode ser vítima de discriminação sexual ou de discriminação racial ou ainda de ambas. Do mesmo modo, um homem de etnia cigana com uma deficiência pode ter de enfrentar preconceitos a diferentes níveis”* (Disponível on-line: http://ec.europa.eu/employment_social/fundamental_rights/pdf/pubst/broch/flyer06_pt.pdf. Acedido em 28/04/07).¹³

- Instituições/Organizações: - Cáritas Portuguesa (<http://www.caritas.pt/>). A Cáritas tem como objectivos promover a assistência, em situações de emergência ou dependência, a autonomia e o desenvolvimento integral de cada ser humano e a transformação nos domínios sociais e ambientais de acordo com os valores da ética cristã. Intervém na implementação de programas de apoio materno-infantil, infanto-juvenil, terceira idade, mulheres vítimas de violência doméstica bem como na luta contra a exclusão social, em especial no apoio às minorias étnicas, comunidades de imigrantes e suas famílias, toxicodependentes, seropositivos e alcoólicos.

3. Portugal no combate à discriminação

A discriminação é um fenómeno social anómalo que sempre existiu e que tem gerado nas sociedades contemporâneas grande controvérsia, a nível individual e social. A luta dos estados democráticos tem sido desenvolvida no sentido de desconstruir as mentalidades que geram os vários tipos de discriminação. Este fenómeno está muitas vezes associado a indivíduos que se encontram em situações de pobreza e de desemprego, e que assim se vêem num cenário de exclusão social.

¹³ Disponível on-line: http://ec.europa.eu/employment_social/fundamental_rights/pdf/pubst/broch/flyer06_pt.pdf. Acedido em 28/04/07.

Os esforços da União Europeia (UE) têm sido sempre desenvolvidos sempre na tentativa de eliminação deste tipo de fenómenos sociais que só geram desigualdades e sofrimento para todos os indivíduos da Comunidade Europeia. A legislação comunitária surge, então, no sentido de diminuir as assimetrias sociais nos Estados Membros, com o intuito de poder gerar maior igualdade de direitos, no que toca à formação, emprego, condições laborais e segurança social.

O ano de 2007 foi o ano escolhido pela União Europeia (UE) para a luta contra a discriminação, pois este organismo de coesão social e comunitária trabalha para que todos os seus Estados Membros assentem nos mesmos princípios.

No que respeita ao contexto nacional da luta pela igualdade de oportunidades para todos e todas, Portugal definiu como princípio basilar da sua estratégia a igualdade de género, promovendo a igualdade de oportunidades.

O Plano Nacional de Acção do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos e Todas (PNAEEIOTT) veio por isso compilar algumas acções já em curso, nomeadamente ao nível das políticas de emprego, de habitação, de formação e de qualificação, que no seu conjunto vieram unir esforços para a *coesão social nacional e para a promoção da cidadania, nomeadamente através da promoção de eventos, encontros e campanhas de sensibilização (educativas e de informação), direccionadas para a promoção do respeito pela diversidade* (PNAEEIOTT, 2007, p. 4).¹⁴

Podemos afirmar que o objectivo principal deste Plano Nacional consistiu em diminuir as assimetrias e as desigualdades sociais, promovendo a igualdade de direitos, fundamentada na Carta dos Direitos Humanos.

A promoção do combate às discriminações tornou-se então numa forma de todos os Estados da UE combaterem as injustiças e de tornarem as sociedades contemporâneas em verdadeiras sociedades democráticas, mais igualitárias, mais justas e mais inclusivas, onde a diversidade seja vista como uma riqueza e não como um factor propício de assimetrias e injustiças sociais, de fragmentação do social.

O Plano Nacional veio alertar a população portuguesa para uma realidade cruel, onde os números nos mostram o peso que a discriminação ainda tem no nosso país, referindo os setes tipos de discriminação que foram tratados pela União Europeia, como se pode constatar no gráfico 1 apresentado pela Amnistia Internacional Portugal (2007)¹⁵.

¹⁴ Disponível on-line:

<http://europa.eu/.../07/69&format=PDF&aged=1&language=PT&guiLanguage=en> - . Acedido a 29 Abril.

¹⁵ Disponível on-line:

http://www.amnistiainternacional.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=129&Itemid=98

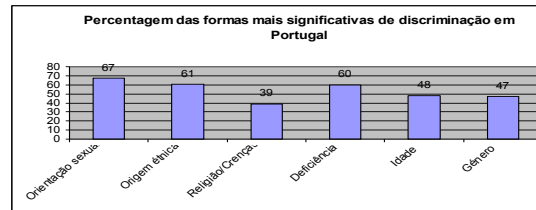


Gráfico 1 - Percentagem das formas

mais significativas de discriminação em Portugal

No que respeita à **igualdade de género**, em 2002, Portugal apresentava uma taxa de emprego feminino de 72%. Os esforços dos Estados Europeus, no que respeita a este tipo de discriminação, vêm no sentido de diminuir as diferenças de género através da discriminação positiva para com as mulheres, pois defendem que *os direitos das mulheres são direitos humanos, e a igualdade de género é um dos princípios fundamentais de qualquer sociedade democrática moderna* (2000, p. 24).¹⁶

Os gráficos 2, 3 e 4, apresentados pelo PNAAEIOTT (2007, p. 5), vêm alertar para as desigualdades existentes no acesso ao emprego, demonstrando que as profissões ainda se encontram bastante estereotipadas no nosso país, isto é, existem ainda as “profissões para mulheres” e as “profissões para homens”.

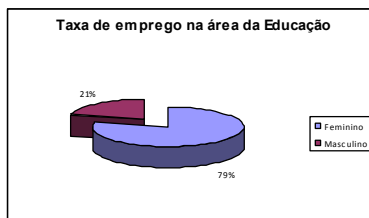


Gráfico 2 - Taxa de emprego na área da

Educação

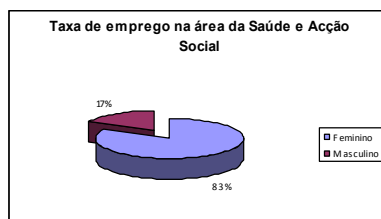
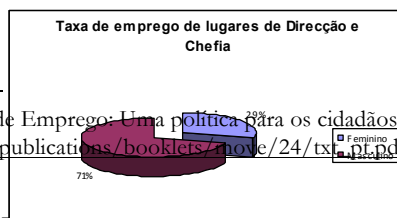


Gráfico 3 - Taxa de emprego na área da

Saúde e Acção Social



¹⁶ Política Europeia em Matéria Social e de Emprego: Uma política para os cidadãos. Disponível on-line: http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/24/txt_e_pt.pdf, acessado em 14 de Junho.

de Direcção e Chefia

Gráfico 4 - Taxa de emprego de lugares

Os gráficos só vêm confirmar que ainda há muito trabalho a fazer, não só a nível nacional, como a nível comunitário. A União Europeia tem como objectivos principais até 2010 *acabar com os estereótipos e conseguir uma independência económica para as mulheres, para que possam trabalhar, ter os seus próprios salários e ter direitos iguais em termos de acesso a benefícios* (2009, p. 3).¹⁷

A problemática da **origem étnica** também é um assunto complexo devido ao facto de Portugal ser o destino de muitos imigrantes, notando-se uma maior afluência do sexo feminino, correspondendo a 45,6% do total desta população. Segundo PNAAEIOTT (2007) a problemática da origem dos actos discriminatórios mais sentidos pelas minorias étnicas passa por factores de *carácter interpessoal, social, económico, político e cultural* (p. 6).¹⁸

Atendendo à multiculturalidade, o nosso país deve *promover uma educação para a cidadania em todas as idades da vida, junto de indivíduos, famílias e comunidades (ibidem)*¹⁹, trabalhando mais para a inclusão nas escolas, comunidades e no mercado de trabalho, visando sempre o cultivo de uma cultura de diversidade e respeito. A campanha “Todos Diferentes Todos Iguais” levada a cabo pela ACIME (actualmente ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) surgiu com este objectivo, ou seja, fomentar a diferença e o respeito.

O Plano Nacional de combate à **discriminação etária** evidenciou quatro factores base: o envelhecimento da população portuguesa, o êxodo rural, a baixa qualificação profissional da população activa e a falta de emprego para a população mais jovem.

Segundo o PNAAEIOTT (2007) no que toca ao envelhecimento da população, Portugal depara-se com uma grande *falta de revitalização social provocada pela baixa taxa de natalidade e pelo aumento significativo da esperança média de vida* (p. 7).

A esta situação há a acrescentar o aumento da desertificação do interior do país e o abandono do meio urbano, ambos por falta de capacidade de empregabilidade.

No que diz respeito à falta de competências profissionais da população activa, Portugal defende a necessidade de *adaptação ao regime de reconversão socioprofissional introduzido pelos*

¹⁷ Uma Europa para as Mulheres.

Disponível on-line: <http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/73/pt.pdf>, acedido em 14 Junho.

¹⁸ Disponível on-line: europa.eu/.../07/69&format=PDF&aged=1&language=PT&guiLanguage=en -, acedido em 29 Abril.

¹⁹ Disponível on-line: europa.eu/.../07/69&format=PDF&aged=1&language=PT&guiLanguage=en -, acedido em 29 Abril.

mecanismos de flexibilização e polivalência que caracterizam a economia contemporânea (ibidem), mas que significam um forte obstáculo para esta mesma população e para a conseqüente renovação do aparelho produtivo nacional.

Apesar de o Estado Português estar a tentar minimizar esta situação com as políticas de empregabilidade, nomeadamente a política do primeiro emprego, *actualmente é ainda significativo o número de jovens com competências académicas de nível superior que continuam a encontrar dificuldades de inserção no mercado de trabalho (ibidem)*. Contudo, mesmo a população activa no escalão etário entre os 35 e os 40 anos encontra-se *em situação de especial vulnerabilidade, dada, nomeadamente, a maior dificuldade de reingressar no mercado de trabalho (ibidem)*.

Relativamente à **discriminação devido à deficiência**, constatamos que a população portadora de deficiência corresponde a 9,16%.

Apesar desta população ainda sofrer de uma forte discriminação, Portugal tem tentado promover o “investimento e desenvolvimento de políticas que visam contrariar esta tendência – através da formação profissional, do incentivo à criação de emprego, do investimento em acessibilidades adequadas nos espaços públicos e do incentivo e reconhecimento das entidades empregadoras que não praticam este tipo de discriminação” (PNAAEIOTT, 2007, p. 9).

No que respeita à problemática da **discriminação relativa às crenças e à religião**, é cada vez mais notório o interesse progressivo da sociedade civil, pois “nos últimos anos, o crescente fluxo migratório, justificou que, nas Escolas, sem prejuízo da neutralidade de ensino, exista a possibilidade de opção pelo ensino religioso afecto às diferentes confissões religiosas. Também os média dão hoje maior espaço informativo e de divulgação à pluralidade confessional” (PNAAEIOTT, 2007, p. 9).

Segundo o PNAAEIOTT (2007) a **orientação sexual** é um tema bastante sensível, pois é uma área *onde os estereótipos tradicionais de estigmatização social funcionam tornando vulneráveis as pessoas cujo sentido pessoal de orientação não coincide com o que tradicionalmente remete para a opção heterossexual* (p. 10).

Em suma, Portugal tem vindo a demonstrar esforços para *garantir uma sociedade onde todas as pessoas tenham direito à igualdade de tratamento, independentemente do sexo, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual (ibidem)*. Contudo, para que possamos atingir os resultados desejados, ainda teremos que trabalhar arduamente a uma escala global, não esquecendo que a mudança de mentalidades terá de brotar de dentro de cada indivíduo.

4. Breve estudo empírico

Neste artigo procurámos fazer uma abordagem à temática da discriminação. Este é um fenómeno complexo e abrangente, que atinge a sociedade nas suas múltiplas vertentes.

O estudo empírico efectuado no âmbito deste artigo evidenciou que a maior parte dos inquiridos associaram a discriminação à não aceitação da diferença.

É de salientar que não se pretende com este estudo generalizar os resultados obtidos a outros contextos ou situações, nem mesmo foi nosso objectivo avaliar os comportamentos destes sujeitos.

4.1. Metodologia

Com o objectivo de averiguar a opinião pessoal acerca das situações descritas nas várias questões apresentadas, foi administrado um questionário elaborado para o efeito, dirigido aos alunos do curso de Educação Social, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança (1º, 2º e 3º anos), no ano lectivo de 2007/2008.

A amostra foi constituída por 30 alunos (10 alunos seleccionados por cada ano do curso), escolhidos aleatoriamente.

Ano Lectivo de 2007/2008	Nº de alunos (valores aproximados)	Inquiridos
1º Ano	116	10
2º Ano	83	10
3º Ano	47	10

Tabela 1 – Tamanho da Amostra

Os dados recolhidos foram tratados através do programa Excel.

4.2. Apresentação dos resultados

Nas tabelas 2, 3, 4, 5, 6 e 7 são apresentados os dados obtidos após a administração do questionário.

- Género

Género	Feminino	Masculino
Nº de alunos	25	5

Tabela 2 - Género dos inquiridos

Num total de 30 indivíduos verificámos que 25 são do sexo feminino e apenas 5 são do sexo masculino.

- Idade

Idades	Nº de alunos
Menos de 20 anos	12
Mais de 20 anos	18

Tabela 3 - Idade dos inquiridos

Em relação à idade dos inquiridos constatámos que 12 sujeitos têm menos de 20 anos.

Alternativas de Resposta	Nº de respostas
Indivíduo com deficiência mas com qualificações	21
Indivíduo sem deficiência mas com menos qualificações	7

Tabela 4 - Discriminação em relação à deficiência

Para a questão “Imagine que é director numa empresa que pretende contratar um funcionário. Tem dois candidatos para preencher esta vaga. Quem empregaria?”, 21 dos inquiridos responderam que empregariam o indivíduo com deficiência mas com mais qualificações. Apenas 7 dos inquiridos afirmaram que empregariam o indivíduo sem deficiência mas com menos qualificações.

Alternativas de Resposta	Nº de respostas
Muda para o passeio oposto	4
Segue tranquilamente o seu percurso	26

Tabela 5 - Discriminação étnica

Perante a questão “Ao caminhar por uma rua avista dois indivíduos de etnia cigana. Como se comporta?”, verificámos que 26 dos inquiridos responderam que seguiam tranquilamente o seu percurso. Apenas 4 sujeitos mudariam para o passeio oposto, por sentirem medo.

Alternativas de Resposta	Nº de respostas
População mais jovem	16
População sénior	14

Tabela 6 - Discriminação em relação à idade da população-alvo

Acerca da questão “Imagine que na sua vida profissional irá realizar um projecto de intervenção sócio-educativa, no qual teria a possibilidade de escolher a população-alvo. Qual das seguintes populações escolheria?” é de notar que os inquiridos não manifestaram uma preferência significativa entre a intervenção junto de populações mais jovens ou séniores.

Alternativas de Resposta	Nº de respostas
Não se importa e deixa que continue o seu trabalho	27
Despede-a devido à sua orientação sexual	0
Outra situação	3

Tabela 7 - Discriminação em relação à orientação sexual

Perante a questão “Imagine que tem um filho e contrata uma ama. Mais tarde descobre que a senhora que contratou é lésbica. Como reage?” verifica-se pela leitura desta tabela, que a maioria dos inquiridos não se importaria e deixaria que a senhora continuasse o seu trabalho. Apenas 3 dos inquiridos apresentaram outras justificações: “Primeiro teria uma conversa com a senhora”; “Não sei”; “Só despedia a senhora se visse comportamentos inadequados”.

Relativamente à discriminação em relação à religião, perante a questão: “Imagine que é director de uma empresa e tem um funcionário budista, que é alvo de humilhação, por parte dos colegas, devido à sua convicção religiosa. O que faria?”, todos os inquiridos responderam que chamariam a atenção aos funcionários.

Foi pedido aos inquiridos para associarem adjectivos segundo o que considera mais adequado ao homem e à mulher. Verificámos que os adjectivos “sensível”, “pacífico” e “responsável” foram associados, na sua maioria, à figura feminina. Os adjectivos “insensível”, “violento” e “irresponsável” foram associados à figura masculina. No que concerne aos adjectivos “feio”, “baixo” e “alto” foram realizadas poucas associações, que podem dever-se a uma concepção pouco clara da questão ou ao facto de não serem associados nem à mulher nem ao homem.

Alternativas de Resposta	Nº de respostas
Não responde	6
Preconceito	5
Negação da sociedade	1
Atitudes racistas	5
Não aceitar a diferença	13

Tabela 8 – Conceito de discriminação

A questão “O que entende por discriminação?” era a única pergunta aberta do questionário. Das respostas obtidas, 13 dos inquiridos afirmaram que entendiam por discriminação “Não aceitar a diferença”; 6 dos inquiridos não responderam; 5 dos inquiridos responderam “preconceito”; outros 5 responderam “atitudes racistas” e apenas 1 inquirido referiu que entendia por discriminação a “negação da sociedade”.

Considerações Finais

Na formação do Educador Social é essencial a consolidação duma cultura geral consistente e o domínio de conhecimentos específicos, adequados aos contextos de intervenção. É complexa a definição das funções do Educador Social, atendendo à disparidade de realidades sociais. Para estabelecer uma possível intervenção relativamente à problemática da discriminação, parece-nos importante valorizar a própria identidade da Educação Social, destacando as competências gerais e as funções específicas a desempenhar pelo Educador Social.

Com a realização deste estudo e depois de analisados os dados obtidos através dos questionários elaborados especificamente para o efeito, concluímos que a maior parte dos inquiridos são do sexo feminino, com idades compreendidas entre os dezoito e os vinte anos.

Para estes indivíduos, verifica-se ainda que o factor deficiência não interfere na contratação de um potencial funcionário.

Em relação à preferência na escolha de uma população-alvo para implementar um projecto de intervenção sócio-educativa, não existe uma preferência que se evidencie.

A orientação sexual e a religião não são motivos de discriminação pelos inquiridos.

É de salientar que os adjectivos associados ao “homem” ou à “mulher” são de certa forma estereotipados.

Por fim, “não aceitar a diferença” parece ser o conceito que os inquiridos associam à discriminação.

Tendo em conta as repercussões sociais provocadas pela discriminação, podemos considerar ser uma área onde o Educador Social pode ter uma acção interventiva, no sentido de promover a mudança de comportamentos, procurando clarificar e informar os sujeitos, para a construção de uma sociedade mais tolerante e democrática. Assim sendo, como Educadores Sociais propomos a prática de acções que visem, como estratégia global de intervenção, reduzir o preconceito e a discriminação.

Referências Bibliográficas

- Banks, S. & Nøhr, K. (coord.). (2008) *Ética Prática para as Profissões do Trabalho Social*. Colecção Educação e Trabalho Social, n.º 8. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, Adalberto D. & Baptista, Isabel (2004). *Educação Social. Fundamentos e Estratégias*. Colecção Educação e Trabalho Social, n.º 1. Porto: Porto Editora.

Monteiro, M. & Santos, M. (1995). *Psicologia*. vol. 1 Lisboa: Porto Editora.

Neto, F. (1998). *Psicologia Social*. vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta

Romans, M.; Petrus, A.; Trilla, J. (2003). *Profissão: Educador Social*. Porto Alegre: Artmed.

Bibliografia On-line

Disponível on-line: <http://portugalpride.org/orgs.asp?id=ilga>, acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: <http://www.opusgay.org/QuemSomos.html>, acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: <http://www.clubesafo.com/>, acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: <http://www.caritas.pt/>, acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: [Www.centrocomunitario.net](http://www.centrocomunitario.net), acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: www.acasapiana.com/acs/caracteriza.asp, acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: [Www.fnaj.com/apresentação.aspx](http://www.fnaj.com/apresentação.aspx), acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: www.cnj.pt, acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: [Www.redejovensigualde.org.pt](http://www.redejovensigualde.org.pt), acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: [Www.amcv.org.pt](http://www.amcv.org.pt), acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: [Www.apf.pt](http://www.apf.pt), acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: [Www.fnerdm.pt](http://www.fnerdm.pt), acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: www.fenacerci.pt/, acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: www.sosracismo.pt, acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: [Www.olho-vivo.org/Olhovivo.html](http://www.olho-vivo.org/Olhovivo.html), acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: <http://www.religare.gov.pt/>, acedido a 26/04/07.

Disponível on-line: <http://www.civil-society.oas.org/Portuguese/CJPA/CP16076P.doc.>,
Acedido em 28/04/07.

Disponível on-line: <http://www.cite.gov.pt/cite/Igualdoport.htm>. Acedido em 28/04/07.

Disponível on-line: http://www.ussetubal.pt/Legislacao/igualdad_02.htm. Acedido em
28/04/07.

Disponível on-line: <http://www.civil-society.oas.org/Portuguese/CJPA/CP16076P.doc.>,
Acedido em 28/04/07.

Disponível on-line: http://www.ussetubal.pt/Legislacao/igualdad_02.htm. Acedido em
28/04/07.

Disponível on-line: <http://www.inofofor.pt/formarparaigualdade/03defin.htm>. Acedido em
28/04/07.

Disponível on-line: <http://www.cidh.oas.org/Basicos/base8a.htm>. Acedido em 28/04/07.

Guillauimin (1992), Vala, Brito e Lopes (1999) e Leyens, Paladino, Rodriguez-Torres, Vaes, Demoulin, Rodriguez-Perez e Gaunt (2000), disponível on-line: <http://www.multikulti.org.uk/pt/racism-discrimination/discrimination-on-grounds-of-religion-or-belief/>. Acedido em 28/04/07.

Disponível on-line: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Eda%C3%ADsmo>. Acedido em 28/04/07.

Disponível on-line: <http://www.multikulti.org.uk/pt/racism-discrimination/discrimination-on-grounds-of-religion-or-belief/>. Acedido em 28/04/07.

Disponível on-line: <http://www.multikulti.org.uk/pt/racism-discrimination/discrimination-on-grounds-of-religion-or-belief/> Acedido em 28/04/07.

Disponível on-line: http://ec.europa.eu/employment_social/fundamental_rights/pdf/pubst/broch/flyer06_pt.pdf. Acedido em 28/04/07.

Disponível on-line: ec.europa.eu/.../07/69&format=PDF&aged=1&language=PT&guiLanguage=en - , acedido a 29 Abril.

Disponível on-line: http://www.aids.gov.br/final/dh/afroatitude/desiguales_raciais/trabalho.pdf, acedido a 29/04/07.

Disponível on-line: http://www.amnistia-internacional.pt/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=129, acedido a 29/04/07.

Disponível on-line: http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/6FE5AA2B-B042-4F2A-AEAE-8AEB100D4830/0/PNA_AEIOT.pdf, Portal do Governo, acedido a 29/04/07.

Disponível on-line: <http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/73/pt.pdf>, acedido em 14 Junho.

Disponível on-line: http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/24/txt_pt.pdf, acedido em 14 de Junho.

Acciones socioeducativas en centros penitenciarios**Socio-educational action in prisons**Julia Boronat Mundina – jboronat@ped.uva.es

Judith Quintano Nieto

María Cruz Tejedor Mardomingo

Resumen

Los centros penitenciarios son establecimientos destinados a la ejecución de las penas privativas de libertad, que se rigen por una normativa que afecta a su estructura arquitectónica, funcional y organizativa, aspectos contemplados en la legislación vigente. La visita de estudiantes universitarios al Centro penitenciario "La Moraleja" de Dueñas (Palencia), de estructura modular, ha permitido que conozcan sus instalaciones y dependencias así como las actividades educativas, culturales y laborales desarrolladas a favor de los presos, quienes les han manifestado sus inquietudes y esperanzas de libertad. En esta comunicación recogemos la percepción y manifestaciones de jóvenes universitarios, futuros maestros, que se aproximan por primera vez a conocer esta realidad, opiniones contempladas en los siguientes apartados o categorías: expectativas previas; primeras impresiones: la plaza central; la figura cercana del director; el primer objetivo: conocer la escuela infantil; sensaciones difíciles de exteriorizar: las celdas; algunos trabajan pero no hay para todos; aprenden, se divierten y se expresan libremente; se crean vínculos afectivos y se promueven valores sociales; ¿qué dicen y piensan los internos?. Los alumnos reflejan pensamientos ambivalentes, pero lo fundamental es que es que han vivido momentos muy significativos entre personas que piensan, viven y expresan sus sentimientos.

Palabras clave: centros penitenciarios, formación laboral educativa, visitas educativas, educador social.

Abstract

Prisons are establishments engaged in the enforcement of custodial sentences, which are governed by legislation which affects its architectural structure, functional and organizational aspects covered by existing legislation. The students visit the prisons' The Moral "de Dueñas (Palencia), modular structure has allowed its facilities and units awareness and educational activities, cultural and employment developed in favor of the prisoners, who have expressed them their concerns and hopes for freedom. In this communication we collect perceptions and manifestations of university students, future teachers, who approach the first time to know this fact, opinions referred to in the following sections or categories: prior expectations, first impressions: the central square, near the principal figure, the first objective: to know the nursery; difficult to externalize feelings: the cells, but there is some work for all, learn, enjoy and express themselves freely, creating emotional bonds and social values are promoted, what they say and think inmates?. Students reflect ambivalent thoughts, but what is important is that they have lived very significant moments between people who think, live and express their feelings.

Keywords: prisons, educational job training, educational visits, social educator.

Introducción

En la sociedad actual, el tema penitenciario ha adquirido gran importancia y está presente en los medios de comunicación, en la calle y es objeto de estudio en diversas áreas de conocimiento; incluso, crece la preocupación por buscar soluciones o alternativas a esta forma de privación de libertad, que es la cárcel.

Existen diversas razones que han contribuido a esta situación según Quintano y Gil (2003):

- El número creciente de detenidos que hace que aumenten ostensiblemente los reclusos en las cárceles;
- El crecimiento de sujetos detenidos que directa o indirectamente están relacionados con el tema de las drogas;
- La reincidencia, cada vez más acusada, de los sujetos que adquieren la libertad;
- El carácter morboso que, en muchas ocasiones, se atribuye le al tema penitenciario en los medios de comunicación e información (SIDA, hacinamiento, suicidios, tráfico y consumo de drogas,...);
- El creciente debate público sobre la ineficacia reinsertadora de la cárcel y sobre el contraste entre su función real y su función legal y constitucional.

En Dueñas, a 15 kilómetros de Palencia (España), se encuentra el Centro Penitenciario de la Moraleja, al que las tres personas que presentemos la comunicación nos sentimos vinculadas, por diversos motivos, ya sea por trabajar como educadora social en esta institución, por acercarnos el centro con los estudiantes de magisterio para que conozcan dicha realidad social y la dimensión socioeducativa desarrollada en esa institución, y por abordar esta temática en la formación de educadores/as de Educación Social. Ello nos permite dotar de un enfoque interdisciplinar a nuestra comunicación desde una triple perspectiva que, además de la información recabada, nos acerca a las vivencias y reflexiones que manifiestan los estudiantes, tras la visita al Centro Penitenciario.

¿Qué son centros penitenciarios?

Las prisiones o centros penitenciarios son establecimientos destinados a la ejecución de las penas privativas de libertad, que se rigen por una normativa que afecta a su estructura arquitectónica, funcional y organizativa, aspectos contemplados en la legislación vigente.

La *estructura normativa* se plasma en leyes de contenido orgánico, protectora de los derechos fundamentales de los reclusos y en normas de desarrollo reglamentario de carácter administrativo funcional (el caso español, por la Ley Orgánica General Penitenciaria de 1979, y el Reglamento Penitenciario de 1996).

La *estructura arquitectónica* de la cárcel no está concebida en función de una intervención recuperadora, sino en función de la seguridad. El ambiente físico tiene gran importancia a la hora de configurar la manera de cómo el individuo se adapta a ese ambiente. En materia de arquitectura penitenciaria, existen dos tipos de instituciones penitenciarias: los *centros radiales* y los modulares. Los primeros, prácticamente en extinción, están constituidos por galerías alrededor de un “centro” desde donde se lleva el control. Cuentan con un solo patio común y escasez de zonas para la realización de actividades. El *sistema modular* está configurado por módulos. Cada módulo está compuesto por celdas individuales o dobles y goza de una serie de instalaciones, como patio, comedor, diversas salas: de televisión, de lectura, sala para visitas profesionales, patios y salas para diversos talleres. Las modernas tendencias apuntan a la creación de Centros de Inserción Social y Unidades de Acceso Restringido que tratan de encontrar formas alternativas a la prisión actualmente existente, ya que adolece de funcionalidad reinsertadora.

Respecto a su *ubicación*, los centros penitenciarios se encuentren fuera de los núcleos urbanos, a excepción de aquellos centros o unidades que por su configuración y concepción deban estar en contacto con la población.

En relación a sus *instalaciones*, según establece la Ley Orgánica General Penitenciaria 1/1979, los modernos centros, como el de la Moraleja, cuentan así, en el conjunto de sus dependencias, con *servicios idóneos* que permiten desarrollar en ellos una *vida de colectividad organizada* y una adecuada clasificación de los internos.

La *educación penitenciaria* tanto de los reclusos y reclusas, como de los hijos de las mujeres presas, menores de tres años, se desarrolla en espacios específicos, aulas o escuela infantil. Si bien los centros modernos ocupan grandes superficies y gozan de diversos espacios para talleres y actividades culturales, adolecen de espacios para las nuevas actividades que van surgiendo.

Su *estructura organizativa* recoge como elementos fundamentales de la actividad penitenciaria los conceptos de régimen y tratamiento. *El régimen penitenciario* se refiere al

conjunto de *normas o medidas* que pretenden la custodia ordenada y la consecución de una convivencia pacífica entre sus muros. *El* tratamiento alude al conjunto de *actividades*, de carácter voluntario, orientadas a la reinserción social de los reclusos.

Un sistema penitenciario que se apoya en estas *modernas tendencias* responde a las siguientes características:

- clasificación de los reclusos, encaminada a facilitarles el tratamiento adecuado;
- régimen de asistencia educativa, cultural, social, moral y religiosa;
- régimen de trabajo, encaminado a la *formación profesional* del recluso, como medio para valerse cuando se incorpore a la sociedad;
- régimen sanitario, higiénico y alimenticio adecuados;
- organización de actividades educativas, culturales y deportivas;
- régimen disciplinario humanizado;
- tareas de apoyo y asesoramiento para favorecer la incorporación progresiva en el medio social, especialmente de los reclusos de tercer grado.

En el marco de esta creciente preocupación por el tema penitenciario, se debe realizar un enorme esfuerzo para que los programas socioeducativos, dirigidos a los reclusos contribuyan a que, paulatinamente, los centros penitenciarios se constituyan en Centros educativos y culturales donde el interno aproveche realmente su tiempo, recupere habilidades de socialización perdidas, descubra dimensiones de su personalidad desconocidas y aprenda nuevas tareas y oficios.

Desde esta perspectiva, consideramos necesario plantear la necesidad de cambio en la dimensión formativa de los reclusos, donde la dimensión sociocultural y la educación ocupen un papel destacado, junto con el trabajo, la formación y las técnicas de modificación de conducta. Y no sólo estas razones nos deben impulsar hacia el cambio, sino sobre todo, y como razón más importante, la realidad irrefutable de que allí viven personas, principio que preside muchas de las acciones desarrolladas en el centro penitenciario “La Moraleja”.

El Centro Penitenciario La Moraleja

Ubicación y estructura

El Centro Penitenciario está situado en el término municipal de Dueñas, a 18 Km. de Palencia, en el paraje conocido como La Moraleja, de ahí su nombre. La superficie total de los terrenos es de 309.413 m² y la superficie total construida es de 80.245 m².

La Moraleja es uno de los Centros de nueva creación que, actualmente, cuenta con un número aproximado de 1680 presos y 500 funcionarios.

Responde a una *tipología modular*. Es una especie de pequeña ciudad, un núcleo poblacional autosuficiente, formada por 14 módulos con servicios culturales, sanitarios, deportivos y productivos comunitarios, servicios que cubren todas las necesidades del interno, disminuyendo los traslados a servicios otros servicios, exteriores a los módulos.

La *estructura y características* de este centro, al igual que otros similares construidos en los últimos años, constituyen el testimonio de un hábitat en el que, garantizando las funciones elementales de reclusión y custodia, se crean diversos espacios que hacen posible el desarrollo de múltiples actividades.

Las *instalaciones y dependencias* del Centro la Moraleja son:

- En el centro existe una plaza “urbana” que contiene los edificios destinados al Polideportivo, las actividades socioculturales y de enfermería y acceso a los módulos residenciales. El conjunto queda protegido del exterior por cerramientos de seguridad: una banda exterior de 50 m. de ancho, con un vial de circulación de vehículos y una banda interior de 20 m. de ancho, entre los muros de la ronda;

- Este centro cuenta con 14 módulos residenciales, independientes entre sí, trece para hombres y uno para mujeres. Todos son módulos residenciales excepto uno de aislamiento. Cada módulo cuenta con 72 celdas que garantizan la reclusión en condiciones dignas, habilitadas para albergar a dos personas. Si bien el sistema penitenciario se apoya en el “principio celular”, que consiste en que cada interno dispone de una celda, esta situación se da siempre que el número de internos lo permitan.

Una nueva experiencia es el *módulo de respeto*. Los internos que residen en este módulo han asumido una serie de responsabilidades y por eso gozan de ciertos de privilegios. Asumen compromisos relacionados con el orden, la limpieza de sus celdas y a cambio tienen acceso a su módulo y celda durante todo el día, donde pueden ir en su tiempo libre, solamente por la noche se les cierra. “Los módulos de respeto son una buena táctica para que los presos tengan un buen comportamiento y sigan unas normas”.

Excepto los presos que están en el pabellón siete, de aislamiento, que solamente salen a los demás recintos para cosas puntuales, el resto puede acceder al patio y desplazarse, con cierta libertad, por determinados espacios de la cárcel.

Instalaciones y servicios

Existe un férreo control de accesos y visitas y unas instalaciones dedicadas a las oficinas y cuerpo de guardia. También existe un servicio de enfermería, muy bien dotada, que aporta los medios para la prestación de una atención sanitaria, primaria y gratuita. El edificio de comunicaciones cuenta con locutorios y habitaciones para visitas, que permiten el mantenimiento del vínculo del interno con el exterior y, en concreto, con su entorno socio-familiar.

Para la actividad deportiva existe un polideportivo y una piscina: con dos pistas de squas, un macro gimnasio, pistas de futbito, baloncesto, etc., con un aforo de 200 personas.

El Área sociocultural y auditorio dispone de biblioteca, salas de audiovisuales (radio y televisión...), salón de actos, aulas ocupacionales para el desarrollo de actividades de animación sociocultural, representaciones musicales y teatrales, conferencias, proyecciones de cine y mesas redondas. Las aulas y la biblioteca constituyen medios importantes en la implantación del sistema educativo.

Los edificios socio-cultural y polideportivo, junto a otros espacios disponibles al efecto, hacen factible, a su vez el ejercicio de estas actividades, imprescindibles en el desarrollo integral de la personalidad de los internos.

Existen servicios generales e instalaciones (almacenes, cocinas, economato, panadería y lavandería, climatización, abastecimiento de agua, electricidad, saneamiento, depuración y vertido, acometida telefónica, gas natural). Las cocinas y comedores garantizan una adecuada alimentación, preparando diariamente cuatro menús diferentes.

Los talleres educacionales existentes en los distintos módulos y los talleres generales productivos facilitan la inserción en el mundo laboral, ayudada por los cursos de formación profesional ocupacional.

El Factor Humano

A las personas reclusas en un centro penitenciario se les denomina presos, reclusos o internos. Atendiendo a la forma de cometer los delitos, según Arnanz (1998) se clasifican en:

- *Internos profesionales*: quienes pudiendo ejercer otras actividades lucrativas han optado *voluntariamente* por la delictiva, como los mafiosos;
- *Internos accidentales*: personas que por irreflexión o accidente se han visto involucrados en hechos delictivos sancionados con prisión, como los crímenes pasionales;

- *Internos ideológicos*: quienes actúan contra el "orden" constituido por razones subjetivas (independientemente del trato o calificación que reciban desde la legislación vigente), como los etarras;

- *Internos forzados*: personas que, por circunstancias *ajenas a su voluntad* (familiares, sociales, culturales...) han tenido que sobrevivir viviendo al margen de la ley. Estos "delinquentes forzados" componen el grupo más amplio (aproximadamente las 2/3 partes de la población reclusa).

En muchos internos está presente el fenómeno de la *drogadicción*, que afecta al 60% de las población reclusa, con una clara tendencia ascendente. Su consumo incapacita al sujeto para hacer frente a las tensiones y dificultades diarias, y le conduce progresivamente hacia su autodestrucción. Relacionado con la drogadicción, no hay que olvidar uno de los problemas más alarmantes que sufre hoy este colectivo: el SIDA. Prácticamente el 40% de las personas que se encuentran en la cárcel son hoy portadores del VIH o seropositivos. En este caso, a la marginación se suma la enfermedad, el rechazo social y familiar y el miedo a la muerte.

Las dos características que hacen que este Centro tenga un carácter especial son: el elevado porcentaje de reclusos *extranjeros* y un número considerable de *indigentes*. Las *personas inmigrantes* o extranjeras que están en los centros penitenciarios son básicamente personas jóvenes que han tenido que huir de sus países por motivos económicos o bélicos y han cometido algún delito al llegar a nuestro país, en muchos casos, han actuado de "camellos". Los *drogodependientes* también representan un colectivo importante dentro del centro penitenciario "La Moraleja". Por regla general, son personas jóvenes (habitualmente, menores de 40 años). Muchas de ellas todavía no han accedido al mercado laboral porque han empezado con la adicción en un momento prematuro de sus vidas o, si han accedido, ha sido de una manera muy precaria e inestable.

A los problemas propios del colectivo de presos (carencia de habilidades sociales, indigencia, relaciones agresivas, baja autoestima, drogas, impotencia para sacar la familia adelante, valoración social negativa...) hay que añadir otros problemas específicos de los extranjeros (lejanía de la familia y el apoyo que ésta representa, rupturas familiares, dificultades para entender y hacerse entender, para defenderse, lograr permisos y la mayor dificultad de todas es una posterior integración social).

Toda esta casuística requiere de un personal capacitado, motivado y encargado de llevar a cabo actividades de intervención educativas, culturales y laborales que ayuden al preso a llenar sus horas de tedio y adquirir determinadas competencia y recuperar su autoestima y

dignidad. Los Equipos Técnicos constituyen el órgano en el que, de forma multidisciplinar, confluye la experiencia de todos los profesionales penitenciarios-psicólogos, juristas, educadores, trabajadores sociales, que en el centro penitenciario palentino, han apostado por devolver la dignidad y la esperanza a este colectivo de hombres y mujeres.

Actividades de tratamiento

Las *actividades de tratamiento* son las acciones que realizan los presos y merecen una consideración especial. Responden a las siguientes cuestiones: ¿qué hacer?, ¿cuándo hacerlo? y ¿dónde hacerlo?. Permiten llevar una vida carcelaria más entretenida y menos tediosa. Existen actividades escolares, culturales, lúdicas y de formación profesional y laboral.

Actividades escolares

Las acciones educativas se apoyan en este principio: “Es un derecho de toda persona *acceder a la educación*”, que le permita mantener unas relaciones interpersonales y sociales más gratificantes, así como acceder a niveles de empleo suficientes que redunden en una mejora de la calidad de vida.

La actividad escolar es la que más posibilidades de acceso tiene para los presos, debido a lo que representa para ellos, ya que las carencias educativas y culturales son uno de los más importantes déficits que arrastran las personas presas, hándicap que repercute en su inadaptación social. Por ello, la política socioeducativa de este centro trata de cubrir estas carencias, impartiendo diversas enseñanzas: iniciales o de alfabetización, de consolidación de conocimientos, primer ciclo de enseñanzas secundarias para adultos ((ESPAD); clases de español para extranjeros. Para la atención a esta diversidad de grupos y niveles, en ocasiones no es fácil contar con suficientes aulas, teniendo que utilizar otros espacios para llevar a cabo dicho cometido.

Asimismo, se atiende a los internos que solicitan matricularse en enseñanzas a distancia, (educación secundaria, otros cursos, estudios universitarios), facilitándoles los materiales, la realización de tutorías y exámenes. Generalmente, son reclusos que no pueden asistir a las enseñanzas presenciales por diferentes motivos: participar en talleres productivos, en destinos remunerados, estar sancionados, reclusos en régimen especial... Las actividades escolares se atienen al calendario escolar del curso, por tanto, van desde septiembre hasta junio. El horario de docencia directa con los alumnos es por las mañanas; los profesores

dedican el resto de la jornada laboral a tutorías en los diferentes módulos, labores burocráticas y preparación del material escolar.

Actividades culturales y laborales

Es cierto que en la actualidad se está realizando un mayor esfuerzo en fomentar la cultura del preso, aunque casi siempre desde una perspectiva de mero entretenimiento. Estas tareas suelen realizarlas personas ajenas a la institución. También se impulsan y organizan distintas actividades culturales, como charlas, concursos, video-forum, etc. En este centro existe un circuito cerrado de televisión y radio, donde algunos y internos reciben una formación en medios de comunicación y los demás pueden acudir a expresar libremente sus pensamientos y opiniones.

Por otra parte, existen actividades de formación profesional y laboral, donde se les proporciona una formación y relación laboral que permita al individuo vivir dignamente y le ayude a conseguir una adaptación social, mínimamente satisfactoria. Por tanto si las prisiones tienen como finalidad, la recuperación del preso, la preparación laboral ha de ser uno de los elementos fundamentales en la intervención.

En los centros penitenciarios se pueden encontrar dos tipos de actividades laborales: los *destinos* y los *talleres*. Los destinos aluden a las diferentes actividades que diariamente se hacen en una prisión (cocina, albañilería, fontanería, etc.). Los presos de primer grado no pueden acceder a destinos remunerados ni a ningún otro destino, situación que les conduce a una vida obligatoriamente ociosa e inútil.

Existen diversas modalidades de talleres: a) *talleres formativos*, organizados bajo el amparo del INEM (Instituto Nacional de Empleo), impartidos por profesionales, algunos ajenos a la institución penitenciaria; b) *talleres productivos*, concertados con alguna empresa del exterior, a la que fabrican el producto, o parte de él; c) *talleres ocupacionales*: jardinería, pintura y corte y confección, marquetería, cerámica etc., con una duración aproximada de cinco meses.; d) *talleres de ocio y tiempo libre*, como el teatro realizado por la Universidad Popular de Palencia. Todos ellos pretenden paliar en lo posible la apática vida del preso y algunos proporcionarles unos ingresos económicos. En general, los talleres están subvencionados por Programas del Fondo Social Europeo.

La vida en la prisión

Si hasta ahora hemos descrito un centro penitenciario de forma objetiva y real, queremos dar un paso más y adentrarnos en lo que realmente es la vida en la prisión, sin

referirnos a un centro concreto. Según Quintano y Gil (2003) un centro penitenciario se convierte en un sistema social alternativo, con sus sistemas de información y comunicación, e incluso, con sus agentes de control social. Se trata de leyes no escritas, no por ello menos tajantes. En este ambiente, la actividad diaria de la vida del interno se convierte en una constante adaptación, buscando un máximo de gratificación con la menor cantidad de dolor.

La vida en prisión se rige por la Ley Orgánica General Penitenciaria y por un reglamento interno. Por una parte, la legislación española es claramente progresista; parece estar hecha de cara al exterior, para ser mostrada; en cambio, el reglamento, sobre todo en su aplicación, además de haber avanzado poco en los últimos años, está concebido para su uso interno, para controlar y someter al recluso.

En general, el reglamento está diseñado de una manera bastante restrictiva sobre la normalización de la vida, elemento fundamental de toda intervención; el objetivo básico del reglamento no es crear un contexto terapéutico, sino evitar problemas y controlar al recluso.

El énfasis en la evitación de la fuga, en parte debido al hacinamiento de las cárceles, así como el control de la vida diaria del preso, convierte a la prisión en un hábitat que genera en el recluso que no ocupa su tiempo en una gran dosis de violencia, factor que incide negativamente en la normalización progresiva de su conducta y, por tanto, en la configuración de unas conductas adaptadas a esa situación. En consecuencia, este interno no se somete a la institución, pero que tampoco se integra en la sociedad de reclusos.

En la cárcel hay internos que se sienten privilegiados, ya que pueden llenar su tiempo con diversas actividades, pero hay otros que no saben o no quieren hacer nada. Tal situación produce una enorme sensación de vacío, de pérdida de tiempo, de frustración y de deterioro del autoconcepto. Estos sentimientos le mantienen en un estado permanente de ansiedad, que aumenta por tener demasiado tiempo para pensar, darle vueltas a la misma idea, revelarse ante su situación, lo que conduce inevitablemente a un negativismo inútil.

Pero también en las cárceles se articulan acciones formativas y laborales, como las descritas, u otras, que permiten que los presos amplíen el horizonte de su libertad. Nos referimos a un sistema de concesión de permisos que ha permitido aumentar espectacularmente el número de beneficiarios del permiso, reduciendo la tasa de fracasos. Asimismo, existen salidas programadas que pretenden que el recluso ensaye su libertad antes de alcanzarla definitivamente.

Asimismo, los centros penitenciarios cuentan con profesionales que desarrollan programas socioculturales, participando en el proyecto educativo del centro penitenciario y realizando actividades, cuya finalidad no sólo es divertir sino hacer que el interno esté ocupado y aprenda, ayudándole a descubrir dimensiones de su personalidad, habilidades, cualidades, perspectivas laborales....Nos referimos al educador social, profesional formado en nuestra universidad, técnico de la intervención socieducativa, preparado para desarrollar su actividad laboral con un colectivo que presenta unas necesidades específicas, formado en las técnicas de animación, gestión y planificación de programas, y con una sólida formación para la adaptación a nuevos ámbitos y formas de intervención.

Pero si es importante la formación del educador social, si cabe, lo es más que responda a unas características muy específicas: sensibilización y motivación hacia los colectivos marginados y delincuentes, capacidad de empatía, facilidad para transmitir aprendizajes, capacidad para el manejo de grupos, para crear un clima de atención y apoyo, es decir un buen clima social. Ese es el reto que se nos plantea a las instituciones universitarias comprometidas con su formación.

Expectativas y reflexiones de los estudiantes universitarios

Si hasta ahora hemos descrito las instalaciones, servicios que se ofrecen a las personas que viven reclusas en un recinto penitenciario, así como la realidad de su vida cotidiana, resulta interesante conocer la percepción y opiniones de personas que, por primera vez, se acercan a esta realidad, tan cercana en el espacio y al mismo tiempo tan desconocida. Nos referimos a los y las estudiantes universitarios, futuros maestros, que se aproximan a conocer esta realidad, básicamente, por dos motivos: conocer la experiencia de un centro infantil “entre muros” y conocer las diversas actividades culturales y educativas que en el centro se desarrollan. Gracias a la generosidad del director, la experiencia se amplía a todo el recinto. Hemos recogido las personales y divergentes manifestaciones sobre la experiencia vivida por los alumnos, contempladas en los siguientes apartados o categorías:

Expectativas previas

- *Antes de acudir a la cárcel de Dueñas, nunca me había planteado lo que era eso, pero después de visitarla creo que este tipo de experiencias las tendría que vivir todo el mundo;*
- *Cada uno nos habíamos hecho una idea de cómo podía ser una cárcel por dentro, algunas coincidían con lo que vimos, pero otras... nos sorprendieron mucho;*

- *A mi me ha sorprendido mucho como es una cárcel por dentro, puesto que me lo esperaba de otra forma distinta, como nos lo muestran en las películas.*

Primeras impresiones: la plaza central

- *Al entrar en el patio central, el elemento que más me llamó la atención fue la torre, que se atisba desde la lejanía. Era agradable verla decorada con luces de navidad;*

- *Contemplo fascinada unos murales con retratos de personaje famosos, hechos con una técnica de cuadrículas que a medida que te separas se captan todos los detalles. En las paredes hay también grandes murales paisajísticos y en el centro de la plaza estaban montando un belén viviente....!que contrastes!;*

- *Me parece que el ambiente del patio principal es muy agradable, sobre todo por la vivacidad que proporcionan las paredes pintadas;*

- *El aspecto de la cárcel no era realmente tenebroso, incluso, algunas partes, como las paredes pintadas, eran realmente acogedoras. Esas paredes tan altas seguro que están impregnadas de cientos de historias de mujeres y hombres que han pasado por allí y era inevitable sentir cierta depresión al reflexionar sobre el lugar. Después de todo, no podíamos engañarnos, nos encontramos dentro de una cárcel;*

- *No ves muros altos y fríos, sino que contemplas arte, talento, creatividad....*

La figura del director

- *Es una persona majísima, al permitirnos visitar el centro y hacer de guía durante cuatro horas que permanecemos la cárcel;*

- *Me impresionó mucho que el director cantase delante de todos nosotros;*

- *Una de las cosas que más me llamó la atención es la buena relación que tiene el director de la cárcel con todos los presos y parece que le han cogido bastante cariño;*

- *El director respondía a todas nuestras preguntas y nos explicaba que uno de los pilares importantes de la gestión de esta cárcel palentina son las actividades dirigidas a la reinserción. Hay actividades de todo tipo....*

Nuestro primer objetivo: conocer la escuela infantil

- *Me fascinó mucho y me llamó la atención los niños de educación infantil;*

- *Son unas instalaciones muy bonitas y decoradas con motivos infantiles, dotadas de un parque, de un amplio patio con las paredes decoradas y mucho material;*

- Los niños permanecen en el centro durante toda la mañana. Pueden acudir desde que empiezan a andar hasta los tres años, edad en que deben separarse de las madres y son acogidos por algún familiar o por alguna institución;

- El patio esta decorado con pinturas infantiles, desapareciendo esa sensación de encierro entre muros;

- Personalmente, sentí una gran lástima los niños que había en la guardería. Allí estaban muy bien, no pasaban hambre, jugaban y aprendían, pero sólo hasta los tres años, ya que a esta edad que les depararía el futuro alejados de sus madres.

Sensaciones difíciles de exteriorizar: las celdas

- Las celdas de los presos me parecieron muy pequeñas para compartirlas entre dos y creo que yo no podría vivir así;

- Una de las cosas que más me sorprendió fueron las celdas de los presos, incluso teniendo más comodidades de las que vemos en las películas, era un lugar muy triste y reducido;

- Sobre el módulo de mujeres. Creo que es bueno que las madres puedan estar con sus hijos allí, pero pienso que las mujeres que se encuentran internas no deberían quedarse embarazadas dentro, pues no pueden ofrecer “la vida ideal y real a su hijo;

- Sobre el módulo de respeto. Los internos que residen en este módulo son los que tienen mejor comportamiento. Han asumido más responsabilidades que los demás, pero también gozan de mayores privilegios. Se comprometen a realizar una serie de acciones (orden, limpieza...), a cambio sus celdas permanecen abiertas todo el día donde pueden ir en su tiempo libre;

- Los módulos de respeto me parecen una buena táctica para que los presos se acostumbren a seguir determinadas normas;

- Menos los presos que están en el pabellón siete, que solo salen a los demás recintos para cosas puntuales, el resto pueden ir al patio y desplazarse, con cierta libertad, por determinados espacios de la cárcel.

Algunos trabajan, pero no hay para todos

En los talleres productivos trabajan los reclusos y reciben una remuneración, y están dados de alta en la seguridad social.

- Pudimos visitar varios talleres, donde estaban fabricando: estuches de vino, ventanas de PVC, trajes de trabajo. Les sirve para aprender un oficio, para su reinserción en la sociedad para un futuro;

- Los talleres productivos hacen que el tiempo transcurra más rápido y les permite mantener a sus familias que viven en países extranjeros. ¡que pena, hay gente tan joven!;

- En los talleres ocupacionales no se cobra un sueldo remunerado, pero se obtienen beneficios económicos y de reducción de penas por trabajar la madera, marquetaría, cerámica. Se venden estas producciones y lo que sacan revierte en quienes lo trabajan;

- En la cocina, panadería, economato trabajan de forma remunerada. Nos obsequiaron con un pincho de tortilla, que agradecemos mucho.

Aprenden, se divierten y se expresan libremente

- Disponen de zonas de ocio y tiempo libre. Las instalaciones deportivas son geniales: gimnasio, campo de fútbol en cada módulo, frontón, piscina olímpica, pistas de padle, de tenis, etc.;

- ¡Y llegó la sorpresa!: en el auditorio nos ofrecieron un concierto en el que actuaba el director ¡fue muy divertido! Nos deleitaron con las canciones y participamos todos;

- Existen programas de radio y un circulito interno de TV, donde producen cortos y se cuenta la vida de la prisión y diversas experiencias en tono de humor.

Se crean vínculos afectivos y se promueven valores sociales

- A pesar de frío, uno de los lugares que más me impactó fueron las cuadras con caballos, pues me recuerda mi pueblo, donde monto la yegua a pelo;

- Resulta sorprendente el Programa de equinoterapia para rehabilitación de personas con discapacidades físicas y mentales. Acuden del Hospital San Juan de Dios, y de ASPACE, y los todos mejoran mucho, ya que el contacto con los caballos y el movimiento beneficia a los niños y personas con problemas de movilidad. Las terapias ecuestres se centran en dos ejes: la morfología del caballo y la relajación de la persona en contacto con los movimientos del animal;

- Los cuidadores pueden crear vínculos afectivos con los animales, interiorizar el valor de la ayuda, la cooperación y solidaridad, así como distraerse y hacer que la jornada y el periodo de estancia en la cárcel sea más ameno;

- ¡Igual que mi perro!. Dos crías de perros labradores sirven de terapia y de compañía a los presos.

¿Qué dicen y piensan los internos?

- Al hablar con ellos nos comentaban las ganas que tenían de recuperar su libertad;

- Me sorprendió mucho la conversación que los propios reclusos mantenían con nosotros. La mayoría de ellos nos decía lo bueno que era la vida del estudiante y que pasemos del mundo de las drogas. Nos aconsejaban centrarnos solamente en ser personas de provecho y felices en la vida;

- Me encantó esta visita y pudimos ver como, de forma un poco “maquillada”, como vivían los presos, pero por lo que ellos mismos nos comentaron no era ni la mitad de lo que pensábamos. Esta realidad es

muy dura y aunque tengan un sitio para dormir y comida, siempre les falta algo, el cariño y el calor de las personas que les quieren.

A modo de conclusión

En esta comunicación hemos pretendido, por una parte, describir de la forma más objetiva posible, la realidad de un centro penitenciario y, por otra, transcribir los pensamientos y emociones que manifiestan los estudiantes universitarios después de acercarse a un centro penitenciario.

Por una parte, los alumnos reconocen que se trata de una experiencia muy enriquecedora.

Esta experiencia te ayuda a abrir los ojos. Ves cosas que jamás pensabas que verías, compartes impresiones, vivencias, y hablas de todo lo que pasa allí". Y añaden que: "Dentro de lo malo que tiene estar allí dentro, creo que no están muy mal, ya que se les trata de una manera muy digna y se les respeta". Piensan que: "Esta visita me ha ayudado mucho, no sólo por la parte educativa que conlleva la salida, sino también por la parte que nos toca como personas.

Otros alumnos se sorprenden ante esa realidad

Muchas cosas que había pensado que me encontraría en la cárcel, desde las instalaciones hasta las personas, la verdad es que me equivoqué". "Esta visita realmente cambió la idea y los tópicos que podíamos tener todos sobre la cárcel.

Algunos manifiestan sentimientos ambivalentes

La verdad es que al entrar allí, el estómago te da un vuelco y estar allí y verlo todo te hace ser un "poco" más fuerte. Consideran que "Conocer otra realidad que se encuentra en nuestro mundo, situaciones peores, te hace reflexionar que aunque gocen de muchas actividades, la realidad es que es un lugar donde la libertad de un hombre o una mujer está privada. Piensan en voz alta: "Cuando salí de allí pensaba que nos quedan mil cosas por vivir y realizar y que nos podemos dejar vencer ante los obstáculos, sino levantarnos y seguir andando como personas.

Otros focalizan la atención en las condiciones materiales

Para empezar he de decir que no me pareció una cárcel en sí, era como una ciudad en pequeño, en donde cada habitante (interno) llevaba una vida más o menos normal, con sus rutinas diarias: comidas, trabajo, entretenimiento, salario...

Otros son optimistas sobre el futuro que a los presos les puede deparar la vida

Además el hecho de realizar un trabajo y ganar un salario, creo que les hace sentirse útiles y agradecidos porque aprender un oficio les da la oportunidad de integrarse nuevamente en la sociedad.

Pero lo fundamental es que han vivido unos momentos entre personas que piensan, viven y expresan sus sentimientos. Un estudiante cierra su discurso con palabras de gratitud

A todas las personas que trabajan y a los presos de este centro, gracias por darnos la oportunidad de realizar esta visita y poder compartir con ellos sus alegrías, nostalgias y, como no, sus esperanzas.

Referencias

- AA.VV. (1993). *Alternativas al sistema carcelario actual*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.
- Arnanz, E. (1998). *Cultura y Prisión. Una experiencia y un proyecto de acción sociocultural penitenciaria*. Madrid: Editorial Popular.
- Balot, J. (2003). La injusticia entre rejas. *Cuadernos Cristianisme i Justicia*, nº 116.
- Caraballo, F., Casany, R. y Gómez, J. (2000). Una acción socio-educativa en el Centro Penitenciario Hombres de Barcelona. *Actas del Congreso Nacional de Educación Social*. Madrid.
- Jiménez Murillo, L. (1986). *“Pedagogía Social y Sistema Penal”*. Madrid: Alianza Editorial.
- Ministerio del Interior, Dirección General de Instituciones Penitenciarias (1979). *Ley Orgánica General Penitenciaria*. 1/ 1979 de 26 de septiembre.
- Ministerio del Interior, Dirección General de Instituciones Penitenciarias (1997). *Centro Penitenciario de Dueñas*. Madrid: Editorial SIEP y UTE.
- Ministerio del Interior, Dirección General de Instituciones Penitenciarias (1996). *Reglamento Penitenciario*. R.D. 190/ 96 de 9 de febrero.
- Moran Vega, J.A. (2001): El educador social en el ámbito penitenciario en Cataluña. *Universitat Tarraconensis. Revista de Ciències de l'Educació*. XXV, III època. pp. 213-227.

- Pérez Escoda, N. (1994) *La inserción laboral integrada en el currículum de formación ocupacional*. Tesis Doctoral. Universidad Autónoma de Barcelona.
- Pérez Fernández (1989). Aproximación al modelo de intervención en los centros penitenciarios de Catalunya. *Eguzkilo*, 2, 113-125.
- Quintano Nieto, J. y Gil, A.I. (2003). *Está en tu mano. Proyecto educativo en un Centro Penitenciario*. Dossier fotocopiado.
- Redondo y otros (1986). Aproximación conductual en un centro penitenciario de jóvenes: un sistema de fases progresivas. *Revista de Estudios Penitenciarios*, nº 236, 127-140.
- Sesma, J. (1992) Cárcel y sociedad democrática *Cuadernos Cristianisme i Justicia*, nº 45.
- Valverde, J. (1991). *La cárcel y sus consecuencias. La intervención sobre la conducta desadaptada*. Madrid: Editorial Popular.
- Velasco, P. y Ángel Martín, A. (1999). *Dossier Curso Animación en Centros Penitenciarios*. Centro Regional de Animación y Tiempo Libre.

O Educador Social e a Problemática da Morte e do Luto
The Social Educator and the Problematic of Death and Mourning

Graça Santos – gmsantos@ipb.pt
Evaniza Custódio Vieira - evaniza@netcabo.pt
Graciete Maria Pinto Vaz - cyette@iol.pt
Patrícia Maria Gomes Violante - patricia.violante@hotmail.com

Resumo

Este artigo pretende contribuir para aprofundar o conhecimento acerca da interpretação que os diferentes profissionais devem ter da morte e da sua capacidade de intervenção, bem como conceber estratégias de suporte no luto em contexto profissional. Está dividido em duas partes, sendo a primeira composta por uma revisão bibliográfica, de conceitos transversais à Educação Social. Na componente empírica foram aplicados questionários a alguns profissionais integrados em instituições sociais. O estudo foi direccionado para uma análise exploratória. Os resultados revelaram que para estes profissionais é fundamental uma rede de apoio que lhes permita libertarem-se da subtilidade da problemática não permitindo que esta afecte a sua vida pessoal. É fundamental perspectivar uma maior influência do Educador Social como mediador em equipas multidisciplinares ou pequenos grupos, nos quais se possam desenvolver terapias adequadas à minimização do sofrimento do indivíduo e dos profissionais que trabalham com ele.

Palavras-chave: *morte, luto, Educador Social.*

Abstract

This article's aims to increase knowledge about the interpretation that the different professionals must have the death and its ability to intervene and to devise strategies to support the fight in a professional context. It is divided into two parts, the first consisting of a literature review, the concepts underlying the Social Education. In the empirical component were administered to some professionals integrated into social institutions. The study was directed to an exploratory analysis. The results showed that for these professionals is a vital support network that allows them to escape the subtlety of the problem not allowing this to affect your personal life. It is essential to envisage a greater influence on the social educator as mediator in multidisciplinary teams or small groups in which to develop appropriate therapies to minimize the suffering of individuals and professionals who work with him.

Keywords: *death, mourning, Social Educator.*

Introdução

Este artigo teve a sua origem num trabalho apresentado por um grupo de alunas da Escola Superior de Educação, do curso de licenciatura em Educação Social, no ano lectivo de 2007/2008, no âmbito das práticas de Intervenção Sócio-Educativa, implementadas em várias instituições de cariz social do distrito de Bragança. Posteriormente, foi apresentada uma comunicação nas *II Jornadas de Educação Social - Dinâmicas Sociais. Espaços de Pensamento: a intervenção social em contexto de crise*, sendo da responsabilidade das autoras a reformulação para publicação na Revista EduSer.

Morrer é cair no vazio da própria existência ou deixar que o medo nos impeça de caminhar sempre. Este artigo pretende aprofundar a reflexão acerca da problemática da morte e do luto na visão do Educador Social, perspectivando a sua intervenção enquanto mediador.

Iniciamos esta abordagem através da análise do conceito de morte e a sua representação no ciclo vital, bem como do conceito e dos vários tipos de luto. Em seguida elencamos as competências que o Educador Social deve assumir nestes contextos e destacamos a sua actuação no apoio ao luto com famílias, crianças, colegas e utentes das instituições.

Para finalizar referenciamos as estratégias que o Educador Social pode utilizar na prevenção e intervenção nesta problemática da morte e do luto, tendo consciência das suas limitações.

Com a realização do estudo empírico pretendemos perceber a forma como os profissionais reagem num contexto de morte ou luto. Salientamos, porém, que os dados recolhidos se restringem apenas às instituições que participaram neste estudo.

1. O que é a morte?

Segundo Pacheco (2002), a morte é um fenómeno que está presente ao longo da vida humana, estando simultaneamente próxima e distante. A vivência da morte varia de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, de família para família e de indivíduo para indivíduo. Cada indivíduo reage de forma diferente à morte e está dependente da multiplicidade de factores que se conjugam e se diferenciam entre si. Porém, também se relacionam, principalmente, com os aspectos espaço-temporais, socioculturais, pessoais e educacionais.

A morte ao longo da história é vista como um fenómeno natural, embora, actualmente, tenha deixado de ser encarada dessa forma, passando a ser vista como um fenómeno contrário à vida.

No entender de Pacheco (2002), esta nova concepção surgiu devido aos constantes desenvolvimentos tecnológicos e científicos. Estes desenvolvimentos permitiram o tratamento e a superação de várias doenças, mas apesar de tantos avanços, a morte ainda é vista como um problema que não tem solução, ou seja é uma cessação irreversível.

Conforme afirma Gelain (1998) sempre que se fala acerca do tema morte convém questionar as diversas situações em que o “fim” acontece ou não. As questões deontológicas

estão intimamente relacionadas com os conceitos de vida e de morte, do ponto de vista jurídico, científico, religioso e filosófico.

Ainda de acordo com este autor (1998), a morte continua a ser um mistério. Da mesma forma que se têm feito inúmeras pesquisas acerca da vida aos mais diversos níveis, a questão mais importante em relação à morte é não só explicá-la e defini-la, mas também estabelecer o momento em que ela ocorre. Esta tarefa compete sobretudo à ciência, mais do que à teologia ou à filosofia. No passado considerava-se que o final da vida acontecia quando o coração batia pela última vez (*ibidem*). Gelain (1998) refere que para Todoli (1968), a morte é descrita como sendo um processo com vários estágios, nos quais o essencial para a definição da morte é a paragem cardíaca; as restantes (incluindo a cerebral) são uma consequência.

Outra perspectiva sobre a morte é a paragem irreversível da actividade cerebral. Após o surgimento dos transplantes cardíacos, surge uma nova norma para definir a morte e o momento exacto da sua ocorrência.

O autor ainda reitera que o diagnóstico da morte encefálica acontece a partir da perda irreversível da totalidade funcional do cérebro, salientando que esta paragem deve ser registada por dois médicos exteriores às equipas de transplantes. Ao defini-la estes devem basear-se nos critérios clínicos e tecnológicos definidos pelos parâmetros da medicina.

Diante desta qualificação de morte, mesmo que o coração continue a bater, pode falar-se em “vida biológica” de alguém clinicamente morto. As conclusões da área científica têm vindo a alterar as diversas formas de análise, reflexões e procedimentos, quando colocados a par de alguns problemas como a eutanásia, os transplantes, a doação de órgãos, entre outros.

Nem só os transplantes vieram alterar o momento de “morrer”, pois a eutanásia coloca ao alcance de qualquer um a possibilidade de dispor da sua própria vida e dos outros (*ibidem*).

A eutanásia leva a outros parâmetros relacionados com a morte, dentro da deontologia e da ética, que podem conduzir a conflitos com crenças religiosas. Cada indivíduo define os seus ideais e procura satisfazer as suas necessidades religiosas.

2. A Morte no Ciclo Vital

Quando se inicia a vida? Quando falamos no ciclo vital é tão dúbio falar do início da vida quanto falar do seu fim, pelas polémicas e diferenças de opinião que norteiam este tema, dado

que somente pela ciência não é possível determinar uma nítida linha que defina o início e o fim da vida de um indivíduo. Neste conceito há diferentes definições que valorizam as componentes científicas, religiosas e que levariam a um debate prolongado e que, presumivelmente, não se chegaria a um consenso. Podemos dizer, pela nossa aprendizagem ao longo do curso de Educação Social, que a vida pode ser um processo contínuo de aprendizagem, que vai moldar o ser humano durante todas as etapas do ciclo vital que lhe pertence, culminando com a sua morte.

Nos tópicos a seguir abordaremos a forma como a morte é entendida, de acordo com cada faixa etária em geral, sem distinção de convicção.

2.1. Infância

Na primeira infância, a criança começa por usar símbolos, contextualizando-os com o meio que a rodeia. No que diz respeito ao tema da morte, Feldmann (2001) leva-nos a considerar que em relação à percepção da morte por parte das crianças, e seguindo o seu raciocínio de acordo com Piaget, estas só compreendem a morte num período em que já exista um pensamento mais formal, ou seja, a partir do período das operações concretas, que é considerado a partir dos 7 anos de idade.

Outros autores defendem que as crianças já nestas idades manifestam a compreensão da morte, e que embora não a verbalizem há a consciência da sua existência (Kastenbaum *et al.*, citados por Lisboa, 2002, p. 14).

O que pode afectar as crianças não é tanto a morte, mas sim as consequências que daí possam advir, nomeadamente, mudanças que possam surgir ao nível da situação social e económica geradas por essa perda. As crianças podem ainda ser influenciadas pela representação que possa surgir da relação com o progenitor sobrevivente ou ainda por todo o clima emocional no qual a criança é auxiliada de forma a poder adaptar-se à perda.

Em alguns casos, há a manifestação de perturbações do comportamento passados alguns meses da perda. É frequente os adultos, por desconhecimento, minimizarem as condutas infantis. Segundo Twycross (2003) as consequências desta forma de agir reflectir-se-ão em comportamentos que não distam de perturbações de personalidade, como por exemplo o stress pós-traumático.

2.2. Aduldez

A morte não é apenas um conjunto de sentimentos, é também uma experiência física, social, intelectual e espiritual. Para Twycross (2003), uma grande perda obriga as pessoas a adaptarem as suas concepções sobre o mundo e sobre si próprias. A morte é um conjunto de processos de transição, através dos quais as pessoas assimilam a realidade da perda e encontram uma forma de viver sem a presença física da pessoa falecida. Os adultos vêem a morte e o morrer de formas muito subjectivas e individualistas. As tradições familiares, a religião, os amigos, a cultura e a sociedade em si influenciam o indivíduo em relação ao pensamento que este tem sobre a morte.

Kohlberg (citado por Feldman, 2001), a propósito da Teoria de Desenvolvimento Moral, refere que o tipo de raciocínio usado quando se fazem julgamentos morais revela que as pessoas usam esses princípios morais de uma forma abrangente. Sendo assim, a atitude que cada adulto tem perante a morte, tendo em conta o desenvolvimento moral e o pensamento sobre a morte, fundem-se num só, já que os pensamentos individuais são condicionados pelos pensamentos morais da sociedade.

2.3. Terceira Idade

Conforme afirmam Frumi e Celich (2006) para o idoso, a morte é o término da vida, o instante derradeiro do ser humano nesta existência, e pode ocorrer com qualquer um, partindo do pressuposto que o homem traz em si a sua finitude.

Para as autoras, a morte é subentendida como uma extensão da vida, o viver plenamente inclui a aceitação e o convívio com ela, muito embora as acções do ser humano ocorram no sentido de criar mecanismos de segurança, contestando assim esta realidade.

Os idosos têm dois receios muito importantes quando se aproximam da morte: “será possível controlar a dor?” e “morrerei sozinho?” Estes são casos em que as associações ou grupos de auto-ajuda assumem um papel importante e fundamental no acompanhamento de idosos institucionalizados. Em suma, na terceira idade as perdas aceleram-se, sendo que o tempo para superá-las é menor. Os idosos na sua maioria sentem-se incapacitados ou frágeis para enfrentar a aproximação da morte, instalando-se uma crise séria na vida do idoso. Considerando que envelhecer e adoecer não são sinónimos, Rosendo (2007) refere que não

podemos ignorar que determinadas enfermidades são mais frequentes nos idosos, gerando uma grande necessidade de intervenção nesta área específica.

3. O que é o Luto?

O luto pode ser considerado como a consequência da perda de algo em relação ao sujeito. É o espaço de tempo compreendido entre o momento em que ocorre esta perda e o momento em que o indivíduo atinge a estabilidade e reorganização na sua vida. Conforme afirma Násio (1997) o luto é visto como um longo percurso que se inicia com o momento vivido pela perda de alguém e encerra-se com a aceitação da realidade do seu desaparecimento e do carácter definitivo da sua ausência.

Worden (1998) afirma que (...) *depois que alguém passa por uma perda, há certas tarefas de luto que devem ser realizadas para que seja restabelecido o equilíbrio e para que seja completado o processo de luto*” (p. 22).

Conforme Casarett *et al.* (2003) as perdas caracterizam-se por reacções psicológicas, comportamentais, sociais e físicas como reacção a esta perda, enquanto o luto é o período durante o qual se sente a dor da perda. No entender de Dias (2008) o luto resulta da relação afectiva que existe entre os dois indivíduos, e quanto maior for o grau de intimidade que os unia, maior será o sofrimento, como é o caso da perda de um(a) filho(a), de um pai ou de uma mãe, do(a) cônjuge, familiar ou amigo muito próximo.

Melo (s/d) salienta que para Sanders (1999) processo de luto dá ao enlutado a possibilidade de se desprender dos laços de vinculação com a pessoa que perdeu, transformando-se num mecanismo extremamente valioso e protector para o enlutado.

Mallon (2001) e Marcelli (2002) também citados por Melo (s/d) referem que independentemente das várias definições existentes sobre o processo de luto, a faixa etária em que se encontra o indivíduo também é uma variável na sintomatologia do luto. Sendo assim, as crianças, os adolescentes, os adultos e os idosos têm formas diferentes de sentir a perda de um ente querido e de viverem o luto.

3.1. Tipos de Luto

Segundo Lisboa (2002) existem dois tipos de luto: o luto saudável e o luto patológico. Existe alguma dificuldade em definir com exactidão cada um destes tipos de luto. Vários estudos mostraram que as características que estão presentes no luto patológico também estão no luto saudável, como por exemplo, a falta de interesse pelo mundo externo.

Para Worden (1998) no luto normal ou saudável podem existir sentimentos de culpa, sintomas depressivos, irritabilidade, identificação com traços ou atitudes da pessoa falecida, perda de apetite, de peso e insónias.

Este autor (1998) afirma ainda que alguns autores defendem que, para se considerar luto patológico, o aspecto mais preponderante é o tempo, pois os sentimentos e manifestações podem ser iguais em ambos os tipos de luto. No luto patológico pode existir a perda continuada das relações sociais, depressão severa, condutas autodestrutivas, patologia psicossomática, reacções tardias depois de uma negação prolongada. Porém afirma que há autores que sustentam a existência do luto antecipatório, em que a pessoa vive o luto antes da perda do ente querido. Este tipo de luto é comum encontrar-se nas situações de doenças terminais.

Segundo Gutierrez (2006) existem ainda outros tipos de luto como p.e. o luto atrasado, o luto ausente, o luto crónico, o luto inibido e o luto não autorizado.

3.2. Competências essenciais necessárias na intervenção do Educador Social

Antes de abordarmos directamente o comportamento do Educador Social perante uma situação de morte iminente ou de luto, convém fazer algumas breves considerações. Mahoney (1998) afirma que os seres humanos podem estimular a entreaajuda, desde que exista uma relação de confiança. Uma boa relação terapêutica é segura, flexível no que se refere ao desenvolvimento, e fundamentalmente, afectiva.

Após uma análise sobre quais as competências que um Educador Social deve possuir para que o seu trabalho junto das pessoas enlutadas seja um contributo na reestruturação do sujeito, consideramos que a assertividade, a cooperação e a comunicação são as competências essenciais no seu processo de intervenção junto desta população-alvo.

O Educador Social deve reger o seu trabalho pelo critério da eficiência e capacidade profissional, tomando como referência as metodologias reconhecidas pela prática social,

interventiva e pela ética profissional. Para alcançar a excelência na sua actuação, há algumas competências, entre as inúmeras que se aplicam ao desempenho deste técnico, que são fundamentais para trabalhar esta problemática. Podemos referir a título de exemplo, a flexibilidade, a atitude, a responsabilidade, a sensibilidade, a transparência e a imparcialidade, bem como a capacidade de estabelecer a mediação.

3.3. Apoio no Luto

O apoio no luto deve ser preferencialmente direccionado a um grupo específico, em função da diversidade da relação existente, de sentimentos, das faixas etárias, bem como da afinidade entre os elementos enlutados. Desta forma podem ser constituídos grupos diferentes, unidos por um mesmo motivo, e as terapêuticas de ajuda são feitas conforme as características de cada um.

3.3.1. As famílias

É na família que ocorrem grande parte das perdas, por isso torna-se importante estar atento ao luto de todos os seus elementos. Segundo Rebelo (2007) os sentimentos diferem de elemento para elemento, consoante o grau de proximidade à pessoa falecida, o que provoca diferentes formas e comportamentos de luto.

Segundo Worden (1998) não se deve lidar com o luto de cada indivíduo sem o relacionar com toda a rede familiar. Para efectuar uma avaliação do luto e dos sistemas familiares deve ser considerado o papel que a pessoa falecida desempenhava, pois a morte vai alterar o equilíbrio funcional da família.

Worden (1998) refere ainda que é essencial a integração emocional da família. Uma família bem integrada resolve o seu luto de forma saudável. Por último, é necessário perceber qual o valor que as famílias imprimem nas emoções e os tipos de padrões de comunicação que dão à pessoa a permissão de expressar ou não os seus sentimentos ou não.

Para que a terapia de família resulte é importante que o terapeuta reconheça que nem todos os elementos, a partir deste momento, terão as mesmas tarefas e o desempenho dos mesmos papéis, ao mesmo tempo e da mesma forma. A família interage como uma unidade onde cada indivíduo influencia os outros (Worden, 1998).

3.3.2. As crianças

Para alguns autores, tais como Bolwby (1985) e Kübler-Ross (2000) é mais fácil uma criança assimilar a perda de um ser próximo quando se tem o apoio de todos os intervenientes no seu contexto de vida, sem deixar de vivenciar o luto, dentro do que se considera normal para a sua idade. O Educador Social poderá ter a incumbência de acompanhar uma criança no desenvolvimento de uma fase de luto, cabendo-lhe a missão de promover terapias que permitam a assimilação da perda.

Esta intervenção pode ser feita através de diálogos ou actividades pedagógicas, utilizando a literatura infanto-juvenil ou ainda a realização de actividades que permitam à criança contextualizar o luto. A utilização de contos e fábulas também permite que o tema possa ser discutido nos grupos de crianças, pois facilita, além da preparação para uma situação de luto, o conhecimento interdisciplinar que também pode ser integrado no tema.

3.3.3. Os colegas de trabalho

Não podemos deixar de considerar que todos os profissionais são antes de mais, seres humanos, susceptíveis de sentir e vivenciar emoções. Neste sentido é importante que o técnico, ao integrar uma equipa de trabalho, esteja atento a qualquer indício da morte de alguém por parte dos colegas, seja de um utente, de um colega, ou até alguma perda pessoal do sujeito. Cabe aos Educadores Sociais manifestarem disponibilidade para intervir enquanto conselheiros, no sentido de manter o equilíbrio da pessoa.

Tal como refere Worden (1998) o técnico deve promover encontros regulares, entre os elementos de uma equipa, para estimular os participantes a falar sobre os problemas inerentes ao processo de luto. Assim, pode estar a prevenir situações de stress excessivo e a facilitar os sentimentos associados com o luto e a perda.

3.3.4. Demais utentes

Segundo Rebelo (2007) a perda de um companheiro do dia-a-dia pode desencadear reacções diferentes nos demais utentes, pois a morte constitui um tabu e os utentes, principalmente os idosos, encontram-se mais sensíveis à realidade da morte.

Nesta situação, o Educador Social tem um papel fundamental em relação ao luto que se gera involuntariamente nos demais utentes, evitando a solidão, e mostrando-se disponível para ouvir, apoiar e dar uma palavra amiga. Uma estratégia que pode ser adoptada consiste na criação de um grupo de entreajuda. Este grupo deve reunir-se periodicamente, promovendo sessões de terapias, onde todos possam expressar sentimentos e compartilhar emoções, para que a partilha de experiências resulte numa maior abertura do grupo.

No entanto, o caminho é longo e o Educador Social não deve descurar o apoio individual a cada utente, mediante a análise feita ao seu comportamento perante o grupo e encaminhando, se necessário, para o apoio psicológico. Também deve estar atento à evolução do processo de luto de cada utente, pois este pode ter uma duração variável. O luto representa um grave risco de depressão em utentes idosos, especialmente se for associado a um deficiente apoio social (Sousa *et al.*, 2004).

O Educador Social deve promover uma reorganização do sistema funcional onde os utentes estão inseridos, adaptando-os e capacitando-os para as diferenças existentes entre os períodos anteriores e posteriores à morte. Este processo de recuperação envolve o realinhamento e a redistribuição de papéis, se necessário, de forma a compensar a morte (Sousa *et al.*, 2004).

4. Estratégias a serem utilizadas pelo Educador Social na prevenção e intervenção

Para Parkes (1980, citado por Worden, 1998) existem diferentes estratégias de aconselhamento do luto. Estas podem envolver os serviços profissionais relacionados com a saúde, bem como situações em que os voluntários são apoiados por profissionais. Podem também incluir grupos de auto-ajuda, formados por pessoas, geralmente, em processos de luto. É, sobretudo, nesta última situação que o Educador Social se enquadra, podendo actuar como profissional de apoio e conselheiro, pelo facto de desempenhar funções como mediador. Conforme Rogers (1985) refere devem estar presentes na sua intervenção, como estratégias de apoio, três atitudes de comunicação integradas e designadas por empatia, genuinidade e aceitação incondicional do outro.

A intervenção por parte do Educador Social pode passar pela constituição de grupos de auto-ajuda em situações de luto dentro de uma comunidade e pela criação de equipa de

voluntários integrados numa rede social disponível para prestar o apoio adequado a cada situação. Pode também utilizar as novas tecnologias de informação e de comunicação, a internet, para a concepção de um blogue sobre o tema, sendo já uma realidade em diversos países, incluindo Portugal.

Algumas formas de apoio podem ser mais adequadas do que outras. Porém, o essencial é que quem presta auxílio, independentemente de ser ou não profissional com formação, deve ter o discernimento para “saber ser” sensível à dor do outro.

5. Estudo Empírico

O objectivo desta investigação consistiu em averiguar a forma como as pessoas lidam com a problemática da morte e do luto, em contexto profissional. Nesse sentido, pretendeu-se reflectir sobre os resultados obtidos e a revisão bibliográfica realizada para o efeito, com o intuito de perspectivar a intervenção do Educador Social em situações de morte e de luto.

5.1. Metodologia

A realização do trabalho de campo decorreu entre os dias 14 e 19 de Maio de 2008, em diversas instituições de âmbito social, nos concelhos de Bragança e de Macedo de Cavaleiros.

A metodologia adoptada foi de carácter exploratório, porque abordou o conhecimento de uma realidade amostral ainda não estudada. Por outro lado, assumiu ainda uma natureza quantitativa, por ter como base um conjunto de variáveis que podem ser abordadas do ponto de vista da análise quantitativa, através de um estudo de estatística descritiva.

Neste artigo apresentaremos o resultado da investigação, que permite uma análise detalhada da percepção da problemática da morte em contexto profissional, por técnicos ligados a diferentes instituições de cariz social.

A realização deste estudo não deve ser considerada como experimental, dada a sua construção não preencher os requisitos necessários para o efeito.

O instrumento utilizado foi o inquérito por questionário, atendendo à facilidade da sua aplicação e do tratamento dos dados, tendo em conta a diversidade de instituições das quais fazem parte os técnicos auscultados. Outro factor que contribuiu para a escolha deste instrumento de análise foi a sua adequação em função do tempo disponível.

Para o tratamento dos dados foi utilizado o programa SPSS, que permite proceder a uma análise quantitativa de dados, através de tabelas ou gráficos. O questionário era composto por 1 pergunta de resposta aberta, acerca da forma como os profissionais descreviam o processo de lidar com a problemática da morte e do luto em contexto profissional e 34 afirmações com respostas fechadas, de acordo com a escala de Likert.

A primeira parte do questionário referia-se à caracterização sócio-demográfica do sujeito, com dados relativos a instituição, sexo, idade, habilitações académicas, cargo profissional e população com a qual trabalhava.

Na segunda parte, além da pergunta de resposta aberta, havia 26 frases afirmativas organizadas por 6 blocos, abordando a percepção da morte e religião, a percepção do luto, os cuidados paliativos, o apoio no luto às famílias, a morte no ciclo vital, e por último, o apoio nas situações de luto em contexto profissional. A terceira parte referia-se a questões de opinião de foro pessoal, sobre os métodos de eutanásia e doação de órgãos no ser humano.

5.2. Amostra

A amostra é constituída por 25 profissionais de diferentes instituições de carácter social, nomeadamente: 1 sociólogo, 4 psicólogos, 1 médico, 3 auxiliares, 3 religiosos, 2 assistentes sociais, 2 professores, 2 enfermeiras, 1 animador social, 1 estagiário de gerontologia, 1 voluntário, 1 escriturário e 3 sujeitos não referiram a sua profissão.

Na constituição desta amostra não foi considerado o número total de profissionais existentes em cada área, como é essencial em investigações com resultados quantitativos. Conforme Serrano citado por Petrus (1997) a investigação em Educação Social possui um enfoque de carácter qualitativo e interpretativo. Neste campo de actuação, a Educação Social deve construir informações ou narrações interpretativas que captem a inteligibilidade e coerência da acção social, revelando o significado que tem para quem a realiza. A investigação em Educação Social deve ser flexível e capaz de adaptar-se a cada realidade.

5.3. Apresentação e Interpretação dos Resultados

A análise dos resultados apresentados incide sobre o conjunto das respostas consideradas mais pertinentes, no sentido de interpretar os dados obtidos neste estudo. A análise do estudo

empírico incidiu especificamente na questão aberta, onde foi mais perceptível a forma como o sujeito actuava no seu contexto profissional.

Na questão aberta “Como descreve o processo de lidar com a problemática da morte e do luto, *enquanto profissional?*”, mesmo envolvendo diferentes profissionais, as respostas estão alicerçadas no “*self*” do sujeito, no seu pensamento enquanto ser humano, e é a partir destas referências que os sujeitos formam a sua percepção enquanto profissionais. De seguida, transcreveremos alguns excertos das respostas a esta pergunta aberta:

- **Sociólogo**

“É uma situação problemática que deve ser encarada com atenção e algum cuidado para se poder ultrapassar com o mínimo de dores possíveis. No fundo, é uma consequência natural, não é mais que um problema que mais cedo ou mais tarde toca a todos pelo que deve dar sempre apoio quando acontecer.”

- **Enfermeira**

“Ajudar o utente/família a lidar com este processo, em casos terminais proporcionam e facilitam a «despedida», escutar, apoiar facilitando o crescimento emocional e os recursos da família.”

- **Assistente Social**

“Como profissional encaro o luto como um processo generalista de 4 fases - choque, negação, sofrimento e aceitação. São fases distintas e que dependem dos recursos pessoais/educativos/formativos [que] podem ser assimilados de formas variadas em Timings. Sendo que cada caso é um caso, a abordagem certamente é diferente, pois tenta-se transformar as perdas em ganhos. Entre as causas estão variáveis distintas como religião; suporte familiar; educação/ formação; estado evolutivo/prolongado da doença; recursos; forças e fraquezas. Neste sentido a formação contínua a pessoas expostas a esta problemática é importante de forma a promover assertivamente o *empowerment*.”

- **Animador social**

“É um processo que deve ser encarado o mais naturalmente possível porque faz parte da vida. Quando se lida directamente com a população idosa, devemos esperar sempre essa possibilidade como estando muito próxima. Esta proximidade afecta-nos pois são criados laços de amizade forte. Temos que ultrapassar o luto porque não queremos transmitir mais sofrimento para os restantes utentes.”

- **Médico**

“Enquanto profissional, lidar com a problemática da morte e do luto baseia-se em processos técnicos e legais.”

- **Enfermeiro**

“A morte deve ser encarada de uma maneira natural, visto que é uma das etapas da vida. Todo o ser humano tem que estar preparado para esta fase visto que já sabe que a morte vai acabar por ocorrer. Esta normalmente é mais difícil de aceitar quando se trata de uma morte brusca ou de uma pessoa jovem e consequentemente os que rodeiam os familiares devem prestar-lhes apoio.”

- **Psicóloga**

“O indivíduo tem de interiorizar a morte para que assim possa fazer um luto adequado e dentro dos padrões normais. Quando um indivíduo ao fim de seis meses tem que ter o luto interiorizado, a partir desse momento o indivíduo terá de ter apoio, para ultrapassar esse período e não entrar em depressão.”

A seguir apresentamos uma selecção de alguns dados deste estudo considerados relevantes e que se relacionam directamente com o contexto de intervenção que envolve o Educador Social.

	Respostas	%	% Acumulada
Discordo Absolutamente	5	20	20
Discordo	9	36	56
Nem concordo/ Nem discordo	1	4	60
Concordo	7	28	88
Concordo Absolutamente	3	12	100
Total	25	100	

Tabela 1 - Bloco I – Percepção da Morte – Coração e cérebro cessam funções simultaneamente

A maioria dos inquiridos (56%) discorda da afirmação “A morte só ocorre quando o coração e o cérebro cessam as suas funções simultaneamente, e não apenas quando um deles deixa de funcionar.” Perante estes dados, para os sujeitos desta amostra quando há a falência de um dos órgãos vitais para a sobrevivência do ser humano, a morte já se torna uma realidade.

	Respostas	%	% Acumulada
Não respondeu	1	4	4

Discordo Absolutamente	2	8	12
Discordo	8	32	44
Nem concordo/ Nem discordo	3	12	56
Concordo	8	32	88
Concordo Absolutamente	3	12	100
Total	25	100	

Tabela 2 - Bloco II - Percepção do Luto – Consequência da morte de alguém

Nesta amostra, 44% dos inquiridos consideram que “O luto é sempre consequência da morte de alguém.”, embora 40% dos sujeitos discorde desta afirmação.

	Respostas	%	% Acumulada
Discordo Absolutamente	1	4	4
Discordo	6	24	28
Nem concordo/ Nem discordo	5	20	48
Concordo	8	32	80
Concordo Absolutamente	5	20	100
Total	25	100	

Tabela 3 - Bloco II - Percepção do Luto – A religião e a morte

Nesta amostra, 52% dos inquiridos afirmam que “A religião é essencial para a aceitação da morte.” Entende-se assim que a religião pode atenuar os sentimentos relacionados com a morte, enquanto que 28% discordam da afirmação.

	Respostas	%	% Acumulada
Discordo	5	20	20
Nem concordo/ Nem discordo	4	16	36
Concordo	13	52	88
Concordo Absolutamente	3	12	100
Total	25	100	

Tabela 4 - Bloco II - Percepção do Luto – Exteriorização dos sentimentos

Perante a afirmação “A pessoa enlutada deve exteriorizar os seus sentimentos”, 64% dos inquiridos refere que os sinais externos no luto devem existir, o que nos leva a afirmar que perante a sociedade a demonstração de sentimentos para com quem morreu é essencial.

	Respostas	%	% Acumulada
Nem concordo/ Nem discordo	4	16	16
Concordo	16	64	80
Concordo Absolutamente	5	20	100
Total	25	100	

Tabela 5 - Bloco III – Apoio Familiar – Apoio para aprender a vivenciar o luto

	Respostas	%	% Acumulada
Nem concordo/ Nem discordo	1	4	4
Concordo	17	68	72
Concordo Absolutamente	7	28	100
Total	25	100	

Tabela 6 - Bloco III – Apoio Familiar – Orientação para o reequilíbrio familiar

As tabelas 5 e 6 referem-se, respectivamente, às afirmações “Todas as famílias devem ter um apoio para aprender a vivenciar o luto, de modo a superá-lo, sem traumas” e “No acompanhamento terapêutico em situações de luto, a família deve ser orientada para o reequilíbrio familiar.”

Nestas duas tabelas anteriores, relativas ao apoio familiar na vivência do luto, a maioria dos inquiridos, 84% e 96% respectivamente, responderam que a família deve ter ajuda para que aprendam a viver este período, de modo a se adequar à nova situação e a obter o reequilíbrio familiar.

	Respostas	%	% Acumulada
Discordo Absolutamente	1	4	4
Discordo	2	8	12
Nem concordo/ Nem discordo	3	12	24
Concordo	10	40	64
Concordo Absolutamente	9	36	100
Total	25	100	

Tabela 7- Bloco IV - Ciclo Vital – Consciência da morte num idoso

Na afirmação “Um idoso está mais consciente da morte do que uma criança”, as respostas dos inquiridos (76%) parecem reflectir o pensamento da sociedade, sem ter em consideração que a qualidade de vida permite ao idoso não contextualizar a morte como algo muito próximo.

	Respostas	%	% Acumulada
Não respondeu	1	4	4
Discordo Absolutamente	1	4	8
Discordo	2	8	16
Nem concordo/ Nem discordo	7	28	44
Concordo	11	44	88
Concordo Absolutamente	3	12	100
Total	25	100	

Tabela 8 - Bloco IV - Ciclo Vital – Ensinar às crianças o que é a morte

A propósito da afirmação “As crianças devem ser ensinadas desde a mais tenra idade sobre o que é a morte”, mostrar a realidade em todos os momentos da infância pode estar na origem das respostas, pois 56% dos sujeitos concordam que a criança deve ter conhecimento do significado da morte.

	Respostas	%	% Acumulada
Não respondeu	1	4	4
Discordo Absolutamente	1	4	8
Discordo	7	28	36
Nem concordo/ Nem discordo	7	28	64
Concordo	8	32	96
Concordo Absolutamente	1	4	100
Total	25	100	

Tabela 9 - Bloco IV- Ciclo Vital – Abordagem dos temas da morte e do luto nos programas curriculares

Quanto à afirmação “Os programas curriculares devem abordar a morte e o luto desde a educação pré-escolar”, os resultados nos diferentes níveis são semelhantes, levando a crer que ainda há alguma incerteza acerca da abordagem de temas na escola que envolvam a morte e o luto.

Considerações Finais

Em relação à revisão bibliográfica, consideramos que todos os profissionais encaram e entendem a morte e o luto, em contexto profissional, de forma muito semelhante. Sentimentos como a frustração e a incapacidade são vulgarmente vivenciados por estes profissionais.

No que diz respeito à componente empírica, e sendo o nosso objectivo conhecer a perspectiva do profissional em relação ao tema da morte e do luto, não nos foi possível chegar a conclusões significativas, uma vez que o tamanho da amostra não é representativo do universo dos profissionais.

A nossa análise reflectiu-se sobretudo no aspecto qualitativo, com base principalmente nas respostas obtidas na questão aberta. No que se refere à forma como os inquiridos lidam com a morte em contexto profissional foi possível detectar que a habilitação académica de nível superior torna o sujeito mais técnico nas suas afirmações. Uma das respostas que mais chamou a atenção para este facto foi a do médico. Segundo ele, a morte resume-se a “processos técnicos e legais”, ou seja, usando de racionalidade para com o cliente e sendo menos emotivo, enquanto que os inquiridos que possuem as habilitações académicas ao nível da escolaridade obrigatória ou secundária, procuram conciliar a racionalidade da sua profissão com o afecto. É essencial que o Educador Social utilize as competências técnicas inerentes ao exercício da sua profissão, mas que saiba também conciliar a afectividade necessária, neste contexto específico de intervenção.

É de salientar que a perspectiva pessoal é indissociável da perspectiva profissional. Por todos os aspectos abordados, consideramos que a vertente emocional de cada profissional se encontra presente, o que é salutar, pois torna-o mais sensível perante o tema e na maneira como o aborda, permitindo uma maior compreensão acerca da morte, do luto e dos sentimentos que lhes são inerentes.

Independentemente das ideologias de cada indivíduo, de uma forma ou de outra, ninguém fica indiferente à morte e ao luto que daí advêm.

Sendo o Educador Social o profissional da mediação humana, podemos concluir que o justo equilíbrio entre o pensamento pessoal e as teorias de carácter profissional será o resultado do nosso contributo na reorganização da vida e dos sentimentos de quem orientamos.

Referências Bibliográficas

- Bolwby, J. (1985). *Perda Tristeza e Depressão*. Vol. III Trilogia Apego e Depressão. São Paulo: Martins Fontes.
- Casarett, D., Kutner, J., & Abrahm, J. (Junho de 2003). A vida após a morte: uma abordagem prática sobre a dor da perda e o luto. https://www.sbp.com.br:https://www.sbp.com.br/img/correios/sbp_abr_2003.pdf
Acedido em Maio de 2008.
- Feldman, R. (2001). *Compreender a psicologia* (5ª ed.). Amadora: McGraw Hill.
- Frumi C.& Celich K.L.S., (2006) O olhar do idoso frente ao envelhecimento e à morte, *RBCEH - Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo*, 92-100 - jul./dez. 2006. <http://www.upf.br/seer/index.php /rbceh/article/viewFile/78/74>.
Acedido em 29 de Abril de 2008.
- Gelain, I. (1998). *Deontologia e Enfermagem*. 3ª edição. São Paulo: Editora pedagógica e universitária LTDA.
- Gutierrez, J. (2006). La Muerte de un ser querido. Duelo y adaptacion en las personas mayores. www.imsersomayores.csic.es:www.imsersomayores.csic.es/documentos/barbero-muerte-01.pdf. Acedido em 9 de Abril de 2008.
- Kübler-Ross, E. (2000). *Sobre a Morte e o Morrer*. São Paulo: Martins Fontes Editora Lda.
- Lisboa, P. V. (2002). *Luto: vivê-lo é superá-lo*. Bragança: Monografia defendida para Licenciatura de Psicologia Organizacional.
- Mahoney, M. J. (1998). *Processo humanos de mudança: As bases científicas da psicoterapia*. Porto Alegre: Artmed.
- Násio J. D.(1997). *O Livro da Dor e do Amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Pacheco, S. (2002). *Cuidar a pessoa em fase terminal: Perspectiva ética*. Loures: Lusociência.
- Rebello, J. (2007). *Desatar o nó do luto*. (3ª ed.). Cruz Quebrada: Casa das Letras.

- Rogers, Carl (1985). *Tornar-se Pessoa*. Lisboa: Moraes Editora.
- Rosendo, S. (2007). O que é morte. pt.shvoong.com/medicine-and-health:pt.shvoong.com/medicine-and-health/501212-que-%C3%A9-morte/sci_arttext&pid=S1516-44461999000100015. Acedido em 2 de Abril de 2008.
- Serrano, G. P. (1997). Investigación en Educación Social. Metodologías. In A. Petrus, *Pedagogía Social*. Barcelona: Ariel, 372-401.
- Sousa, L., Figueiredo, D., & Cerqueira, M. (2004). *Envelhecer em Família*. Porto: Ambar.
- Twycross, R. (2003). *Cuidados Paliativos* (2ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Worden, J. W. (1998). *Terapia do Luto: Um manual para o profissional de saúde mental*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Voluntariado Jovem para a floresta: que intervenção social?
Young Volunteers for forest: what a social intervention?

Maria do Nascimento Mateus – mmateus@ipb.pt
Luísa Sousa - luisaosousa@hotmail.com

Resumo

Este trabalho de investigação, subordinado ao tema Voluntariado Jovem para as florestas, tem como objectivo sensibilizar a população em geral a participar em actividades inerentes ao exercício de cidadania traduzida em acções de solidariedade, altruísmo e boas práticas sociais. Será feita uma caracterização das florestas e da sua importância na vida humana. Será abordada a questão ambiental em Portugal e ainda a forma como o Instituto Português da Juventude. Através do Programa Voluntariado Jovem para as Florestas, pode gizar boas estratégias de sensibilização para os jovens. As orientações metodológicas incidiram sobre dois estudos de caso, em Gimonde e Meixedo, duas freguesias do Concelho de Bragança, e como técnicas de pesquisa foram utilizadas o inquérito por questionário e a entrevista. Procedeu-se, em seguida, à interpretação dos dados e à apresentação das considerações finais.

Palavras-chave: ambiente, floresta, voluntariado jovem, cidadania.

Abstract

This research work, with the theme Youth Volunteering for forests, is to sensitize the general population to participate in activities related to the exercise of citizenship reflected in actions of solidarity, altruism, good social practices. There will be a characterization of forests and their importance in human life and environmental issues will be addressed in Portugal and the way the Portuguese Institute of Youth through the Youth Volunteer Program for the Forest, you can organize good strategies to raise awareness of young people. The methodological guidelines focused on two case studies in Gimonde and Meixedo, two parishes of the Municipality of Bragança, and research techniques were used for the survey questionnaire and interview. There was then the interpretation of data and presentation of the final considerations.

Keywords: environment, forest, volunteer youth, citizenship.

Introdução

O presente trabalho subordinado ao tema **Voluntariado Jovem para as florestas**, foi realizado por um grupo de alunos da Escola Superior de Educação, do curso de licenciatura em Educação Social, que efectuou as suas práticas de Intervenção Sócio - Educativa no Instituto Português da Juventude, durante o ano lectivo de 2007-2008.

Nas II Jornadas de Educação Social - *Dinâmicas Sociais – Espaços de Pensamento: a intervenção social em contexto de crise*, foi apresentada uma comunicação, a publicar na Revista EduSer, cuja reformulação é da responsabilidade das autoras.

Este trabalho de investigação tem como objectivo sensibilizar a população jovem a participar numa actividade orientada para o voluntariado na floresta, em termos de prevenção, vigilância activa, limpeza e manutenção da mesma, de forma a atenuar as dimensões causadas pelos incêndios florestais.

Enunciado o problema – Conseguir-se-á sensibilizar a população jovem da importância de uma vigilância activa sobre a floresta de forma a diminuir os riscos de destruição da mesma, com o apoio do Programa Voluntariado Jovem para a Floresta? –, surgem algumas questões para as quais se procurará obter as devidas respostas. Será que a vigilância sobre a floresta permite diminuir os riscos de incêndio? Poderá uma vigilância activa detectar pessoas consideradas suspeitas no ateamento de incêndios? Terá a adesão ao programa a ver com as acessibilidades aos locais a vigiar? Terá a adesão ao programa a ver com um *verdadeiro* voluntariado ou com os apoios dados pelo próprio programa, nomeadamente a nível da remuneração? Será a formação considerada importante neste tipo de actividade?

Os indicadores considerados no estudo em causa, foram classificados em biográficos (idade, sexo, estado civil, local de habitação e habilitações académicas), interactivos (equipamento e apoios fornecidos pelo Instituto Português da Juventude (IPJ)), levantamentos sobre riscos de incêndios e de pessoas que levantam suspeitas, tempo para o trabalho realizado, o que seria preciso mudar, as acessibilidades ao local de vigia) e de resultado (Voluntariado Jovem para as florestas).

Serão clarificadas as orientações metodológicas aplicadas a dois estudos de caso, nas freguesias de Gimonde e Meixedo, ambas do Concelho de Bragança, sendo utilizadas como técnicas de investigação o inquérito por questionário, a quinze jovens de cada freguesia, e uma entrevista ao Sr. Subdirector da Delegação Regional do Norte do Instituto Português da Juventude.

Proceder-se-á, em seguida, à análise dos dados e serão apresentadas as considerações finais.

Teoricamente, será feita a caracterização das florestas e da sua importância na vida humana, a forma como Portugal, ao longo dos anos, foi vendo as questões relacionadas com o ambiente, as estratégias desenvolvidas e os organismos criados para defesa e preservação do mesmo. Far-se-á, ainda, referência à forma como o Programa Voluntariado Jovem para as Florestas, existente no Instituto Português da Juventude, pode ser uma boa estratégia de sensibilização para os jovens.

Importância Ambiental, Económica e Social das Florestas

As florestas têm papéis importantes a nível ambiental, económico e social (Declaração de Rectificação n.º 10-AA/99).

Segundo o Portal do Ambiente (2005) a floresta, a nível ambiental, contém uma valiosa fonte de riqueza natural, contribuindo para os ciclos da água, do oxigénio e do carbono, assim como para a manutenção da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida das populações.

Ao destruir-se a floresta está-se a fazer com que a fauna e flora dessa região comecem por desaparecer, dando-se também a erosão dos solos o que por sua vez vai alterar o relevo interno das bacias hidrográficas, trazendo grandes prejuízos tanto materiais como ambientais para o homem. Torna-se fundamental preservar a natureza, nomeadamente as florestas, pois estas garantem o equilíbrio ecológico e a manutenção dos valores naturais para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Consequências do Ser Humano na Floresta

Na perspectiva de Pedrosa (1991), a actividade humana é a principal responsável pela destruição das florestas. Esta destruição tem efeitos desastrosos no equilíbrio ambiental.

As florestas protegem os solos dos agentes erosivos, dificultam a escorrência das águas, diminuindo, assim, a acção de desgaste e de transporte das camadas superficiais dos solos (terra e elementos nutritivos). Quando o solo fica desprovido de vegetação a sua erosão é mais acentuada.

As causas da origem dos fogos podem ser de ordem natural ou provocados por acções humanas e, como facilmente se compreende, os efeitos ocasionados são extremamente prejudiciais.

Sistema Nacional de Prevenção e Protecção Contra Incêndios

O governo Português, publicou em 30 de Junho de 2004 o Decreto-Lei 156/04 que define o Sistema Nacional de Prevenção e Protecção Florestal Contra Incêndios e que viria a ser substituído pela Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de Maio, que consagra o Plano Nacional de Defesa das Florestas Contra Incêndios.

Estão assim concluídos e publicados os diplomas que consagram as medidas previstas relativas à reforma estrutural do sector florestal e fica concluída a regulamentação da Lei de Bases da Floresta de 1996.

As medidas previstas neste diploma resultam da análise de mais de 12 anos de recolha de informação pelo Corpo Nacional da Guarda-florestal em diversos incêndios investigados. Os estudos mostram que a maioria dos incêndios resulta da acção do ser humano, nomeadamente, do uso negligente do fogo, em situações como a realização de queimadas, fogueiras, queima de sobrantes agrícolas e pontas de cigarros abandonadas.

A legislação estabelece normas para a circulação nas áreas florestais, define um quadro jurídico para a expropriação de terrenos necessários às infra-estruturas florestais, consagra formas de intervenção substitutiva do Estado face aos proprietários e produtores florestais, limita no espaço e no tempo o uso do fogo, proíbe um conjunto de práticas negligentes potenciadoras do risco de incêndio.

Para além de tornar obrigatória a elaboração e a execução de planos de defesa da floresta contra incêndios a nível nacional, regional e local, o diploma define os papéis e as competências das entidades públicas e privadas nos espaços florestais, tornando obrigatórias determinadas práticas e prevendo que um conjunto de entidades, incluindo câmaras municipais e juntas de freguesia, efectue a fiscalização da sua aplicação, revertendo parte das coimas para a entidade fiscalizadora.

Durante os meses de Julho, Agosto e Setembro e sempre que se verificar que o índice de risco de incêndio é elevado, nos espaços agrícolas e florestais as medidas de redução do risco de incêndio prevalecem sobre quaisquer disposições em contrário e os proprietários são obrigados a facultar o acesso às entidades responsáveis pelos trabalhos de manutenção.

Não sendo cumpridas as práticas indicadas pode o Estado substituir-se ao proprietário ou usufrutuário na execução dos trabalhos, prevendo-se para esses casos uma multa, o ressarcimento

das despesas realizadas por via fiscal e legal e ainda a possibilidade de expropriação por utilidade pública.

Finalmente, alarga-se o âmbito das infracções e actualizam-se os valores das coimas.

A importância de uma política de Educação Ambiental

É urgente uma intervenção a nível local a fim de evitar, o mais possível, a ocorrência de incêndios florestais, pois estes estão a destruir a qualidade de vida existente na Terra. Para reduzir este problema é necessária a concertação de acções que visem medidas de intervenção florestal.

Os problemas ambientais que tantas vezes são ignorados pelos adultos são trazidos à discussão pelos mais novos, pois estes querem contribuir para um mundo melhor.

O desenvolvimento dos conhecimentos nas áreas do ambiente e floresta poderão contribuir para uma atitude mais cívica e para um maior respeito pelo ambiente, pois este é gerador de bens essenciais (água, ar e solo) e ainda produtor de bens com valor mercantil (madeira, caça, cogumelos, mel entre outros), pois

(...) a consciencialização da Floresta como um ecossistema vivo e produtivo, gerador de emprego e de riqueza, é um passo importante na sensibilização da necessidade de a protegermos, nomeadamente do fogo, que é actualmente uma grande ameaça em acelerado crescimento. Se grande parte dos incêndios que ocorreram nos anos anteriores teve origem humana não criminosa, isto quer dizer que a população que tanto se indigna com as imagens infernais que dominam os noticiários durante o Verão, tem comportamentos que causam ou agravam os incêndios (Capelo, 2006, p. 125).

O comportamento da sociedade civil é, de uma maneira geral, desprovido de sentido cívico, muitas vezes, por inconsciência. Será fácil entender, que os dias quentes, em que a vegetação está seca e por isso mais inflamável, ou os dias com vento, elemento capaz de conduzir o fogo através de vastas extensões, não são indicados para queimadas, fogueiras ou churrascos.

É fundamental sensibilizar a população para que faça um bom uso da floresta, para que continue a existir o que demorou tantos anos a crescer. Assim, torna-se necessário despertar a sociedade em geral para os princípios de bem viver em comunidade, desenvolvendo o respeito e o cuidado não apenas com o que é nosso, mas igualmente com o que é de outros ou de todos.

Existem várias acções que pretendem sensibilizar as populações para a importância da floresta e na qual destacamos o do dia 21 de Março de 1972, em que foi comemorado o primeiro dia Mundial da Floresta em muitos países do mundo, entre eles Portugal e cujo objectivo era

sensibilizar a população para a plantação de diversas árvores e para a importância das mesmas.

O Protocolo de Quioto

O Protocolo de Quioto é um acordo entre vários estados com o objectivo de minimizar o efeito de estufa, que num futuro próximo poderá acarretar impactos ambientais altamente nocivos ao nosso planeta e que já se começam a sentir, nomeadamente cheias intensas, incêndios devastadores, ar irrespirável.

Este protocolo entrou em vigor em 16 de Fevereiro de 2005 e os países que o ratificaram comprometeram-se a reduzir em 5% até 2012, relativamente a 1990, as emissões de gases que provocam o efeito de estufa (GEE). Os países que não cumprirem esta directriz irão suportar multas pesadas por cada tonelada de dióxido de carbono emitida em excesso.

Esta medida foi adoptada pela União Europeia. E para que não fossem penalizados os países da União que menos poluem (Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia), dado que todos os processos de redução da emissão de gases poluentes envolvem elevados custos, o que iria afectar a coesão económica desses países, foi decidido fazer incidir sobre os países mais ricos os referidos custos.

Para reduzir as emissões dos gases, Portugal tem de encontrar medidas que conduzam ao cumprimento do Protocolo de Quioto envolvendo o mínimo de custos. As medidas terão de passar, pela vigilância sistemática das empresas poluentes, pelo financiamento da instalação de tecnologias "amigas do ambiente", pela prevenção dos incêndios que vão devastando o nosso parque florestal e pela sua renovação pois a floresta é um sumidouro de dióxido de carbono.

Programa Voluntariado Jovem para as Florestas

Segundo as Nações Unidas o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de actividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos.

O voluntário é um actor da sociedade causador de transformação, que oferece os seus serviços não remunerados, tempo e conhecimentos, a favor da sociedade, tendo em conta as necessidades de cada um, guiado pelas suas próprias motivações (religiosas, culturais, filosóficas, políticas, emocionais).

Os voluntários, por um lado, doam o seu tempo e esforço como realização pessoal, por outro,

socialmente, tomam consciência dos problemas ao enfrentarem a realidade, o que se torna um grande desafio.

O Programa “Voluntariado jovem para a Floresta”, foi criado por Resolução do Conselho de Ministros Nº 63/2005, publicado em D.R. - I série B de 14 de Março de 2005, com o objectivo de incentivar os jovens a participar no grande desafio que é preservação da natureza e da floresta em particular, reduzindo, assim, o flagelo dos incêndios, através de acções de prevenção, e sensibilização das populações para o risco de incêndio, a vigilância, a limpeza do lixo das áreas florestais e dos perímetros urbanos.

A entidade responsável pelo programa “Voluntariado Jovem para a Floresta” é o Instituto Português da Juventude (IPJ), que tem como atribuições “dinamizar a integração social dos jovens, apoiando a sua participação em actividades sociais, culturais, artísticas, científicas, desportivas, políticas ou económicas” e ainda “promover, criar e desenvolver programas para jovens, designadamente nas áreas de ocupação de tempos livres, do voluntariado, da cooperação, do associativismo, da formação, da mobilidade e intercâmbio”. IPJ tem como entidade cooperante a Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGFR), sendo objectivo desta cooperação a protecção e preservação dos recursos florestais e dos ecossistemas naturais através da realização de acções de sensibilização, limpeza e manutenção dos espaços florestais de recreio.

O “Programa de Voluntariado Jovem para as Florestas” atribui especial destaque à necessidade de valorizar a prevenção aos fogos florestais junto de aglomerados populacionais e áreas habitacionais identificadas nas propostas técnicas dos planos municipais ou intermunicipais, de defesa da floresta.

Este programa, decorre todos os anos entre 1 de Junho e 30 de Setembro, e podem inscrever-se todos os indivíduos que tenham idades compreendida entre os 18 e os 30 anos, que residam em Portugal, e que tenham condições de idoneidade para o exercício do voluntariado para as florestas (considera-se indiciador de falta de idoneidade a condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime doloso contra a floresta ou o ambiente.

No entanto, a verificação desta situação não afecta a idoneidade para o exercício do voluntariado para as florestas de todos aqueles que tenham sido reabilitados, nem impede o Instituto Português da Juventude de considerar, de forma justificada, que estão reunidas as condições de idoneidade, tendo em conta, nomeadamente, o tempo decorrido desde a prática do

facto e a respectiva natureza e gravidade.

Participam neste programa juntas de freguesia, câmaras municipais, associações ambientais e outras entidades cujos objectivos vão ao encontro das áreas de intervenção deste programa. Essas entidades podem candidatar-se através de preenchimento de um formulário de caracterização do projecto e podem inscrever-se junto da Delegação Regional do IPJ do Distrito a que pertencem.

Os jovens podem inscrever-se neste programa assinando uma declaração de compromisso de honra em como não existe qualquer condenação ou sanção aplicadas sobre eles por crimes contra a floresta e ou ambiente e um termo de compromisso em como se comprometem a desempenhar as funções de forma socialmente útil, apoiando todos os esforços promovidos pelo IPJ e as demais entidades envolvidas no projecto. Estes modelos são disponibilizados pelas Delegações Regionais do IPJ.

Os jovens seleccionados para fazerem parte deste programa têm direitos e deveres, que estão normalizados no Regulamento do Voluntário.

Não há custos de inscrição para entrar neste Programa, a duração de cada projecto poderá ser dimensionada em função da especificidade das características do local onde se vai desenvolver o mesmo e a participação dos voluntários em cada projecto terá a duração mínima de sete dias consecutivos e máxima de quinze, salvo se o voluntário optar por outro período de tempo e a tal não se opuser a entidade promotora e o IPJ.

A acção diária das actividades compreendidas neste programa não poderá ultrapassar as cinco horas e trinta minutos, divididas em dois turnos.

As actividades a desenvolver no âmbito deste programa passam pela sensibilização das populações; inventariação, sinalização e manutenção de caminhos florestais e acessos a pontos de água; recuperação de caminhos de pé-posto; limpeza e manutenção de parques de merendas; vigilância móvel nas áreas definidas pelas entidades locais de coordenação; vigilância fixa nos postos de vigia; apoio logístico aos centros de prevenção e detecção de incêndios florestais; inventariação e monitorização de áreas ardidas e espécies animais e vegetais em risco; dinamização local de guias jovens da floresta.

Aos voluntários que venham a integrar o programa é garantida formação geral e específica, ministrada por técnicos do IPJ, que abrangerá conteúdos nas áreas das relações interpessoais, direitos e obrigações dos voluntários. A formação específica abrangerá informação sobre flora,

orientação, cartografia e progressão no terreno, identificação de sinais de alerta e comunicações, silvicultura preventiva e técnicas de reflorestação.

Segundo dados fornecidos pelo IPJ, em 2005 e 2006 participaram neste programa cerca de 20.000 jovens, que tiveram oportunidade de conviver uns com os outros e adquirir novos conhecimentos no seu relacionamento com outras entidades que trabalham, de forma coordenada, para o mesmo objectivo. O número de jovens voluntários a atribuir a cada projecto tem sempre em conta a viabilidade do projecto, a área a vigiar, o número de população residente para sensibilização e a existência de manchas de floresta a vigiar.

Este programa foi uma mais valia para a região transmontana porque existem duas grandes manchas de área protegida, o Parque Natural de Montesinho e o Parque do Douro Internacional, onde se notou uma redução de número de incêndios e de área ardida em relação a anos anteriores.

Caracterização global da área em análise

A escolha das freguesias de Gimonde e de Meixedo, ambas pertencentes ao concelho de Bragança, teve a ver com a adesão das mesmas ao programa a implementar pelo Instituto Português da Juventude “ Programa Voluntariado Jovem para a floresta”.

Segundo Armando Fernandes e Luís Alexandre Rodrigues (s/data), Gimonde é uma aldeia ribeirinha, implantada nas duas margens do rio Sabor, onde tem a foz o rio Onor. É uma localidade retratada por três pontes. Uma das três pontes é muito antiga, lançada sobre o Onor, provavelmente de raiz romana, de xisto, com seis arcos de volta redonda, cinco agudos talhamares e tabuleiro de lombo asinino. O termo Gimonde é inegavelmente de origem germânica e nome pessoal muito usado naquela altura. Primitivamente chamou-se *Gemondy*, depois evolui para *Germundus* até chegar à forma actual.

Segundo os Autores (s/data) de Bragança para Meixedo, Oleirinhos e Quintas do Reconco (os três lugares da freguesia) pode ir-se, quer pela estrada de Vila Nova, quer pela estrada de Rabal. Tanto por um lado como pelo outro são cerca de 9 quilómetros de estrada alcatroada, mas com muitas curvas, até à sede do concelho. Meixedo, a sede de freguesia, situa-se na margem direita da ribeira de Baçal, afluente do rio de Onor, a Norte da cidade.

Metodologia

Para a elaboração deste estudo procedemos à selecção de duas freguesias, a freguesia de Gimonde e a freguesia de Meixedo, ambas pertencentes ao Distrito de Bragança, onde foi implementado, pelo IPJ, o “Programa Voluntariado jovem para a floresta”.

Constituindo cada uma das freguesias um caso estudado isoladamente, através de uma abordagem quantitativa/qualitativa foi possível comparar os dados obtidos pelas técnicas de pesquisa utilizadas, o inquérito por questionário e a entrevista.

Foi feito um pré-teste com a finalidade de obtermos resultados reais e fiáveis dos jovens voluntários, tendo em conta alguns pré-requisitos, como informação sobre natureza, objectivos e preenchimento, pedido de cooperação e garantia de anonimato e confidencialidade.

O questionário era composto por catorze *itens*, expressando, cada um deles, uma gama de possibilidades de resposta, mas programando-se o seu preenchimento para um tempo de, aproximadamente, dez minutos. As alternativas de resposta mantiveram um pólo negativo, um pólo positivo e um neutro.

O questionário foi dividido em duas partes, uma com os dados pessoais e outra com questões referentes ao “Programa Voluntariado Jovem para as Florestas”.

A aplicação do questionário foi feita nos dias 17 e 18 de Março de 2008, nas freguesias de Gimonde e de Meixedo, respectivamente. Estabelecemos um contacto pessoal com os presidentes das referidas juntas de freguesia, aos quais solicitámos autorização para a aplicação do questionário, previamente elaborado pelas autoras do estudo.

Apesar do preenchimento incompleto de alguns questionários, não rejeitámos nenhum respondente, ficando, assim, sujeitos a tratamento de dados as respostas de 30 jovens, 15 em cada freguesia, número que constituiu a amostra intencional deste estudo.

A entrevista, dirigida ao Sub-Director da Direcção Regional do Norte do IPJ, foi realizada no dia oito de Março. Foi uma entrevista estruturada que obedeceu a um guião temático, de forma a dar ao entrevistado a possibilidade de se expressar de acordo com os objectivos que nos propusemos.

Apresentação e análise dos dados

Após a recolha dos dados através da aplicação do questionário e da entrevista procedeu-se à apresentação e análise dos mesmos.

Assim, na primeira parte do inquérito referente aos “Dados pessoais”, foi pedido que indicassem idade, sexo, estado civil, meio onde habitam e habilitações literárias.

Como se pode observar no gráfico 1, 40% dos jovens da Freguesia de Gimonde eram do sexo masculino e 60% do sexo feminino, enquanto 60% dos jovens da Freguesia de Meixedo, eram do sexo masculino e 40% do sexo feminino.

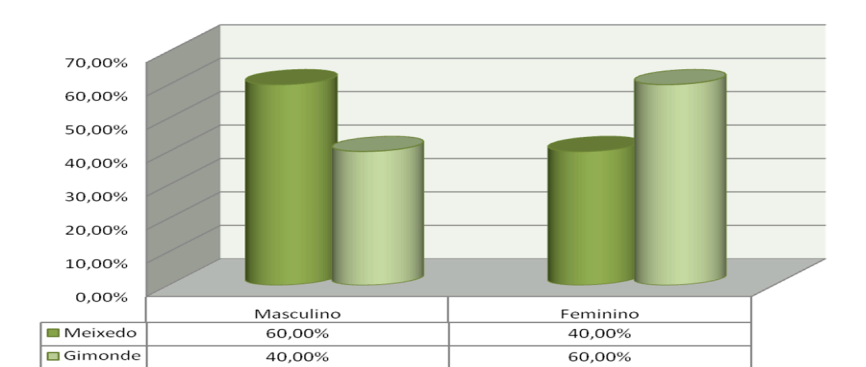


Gráfico 1 – Sexo dos jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo

A faixa etária dos jovens da Freguesia de Gimonde situa-se entre os 19 anos e os 31 anos e dos jovens da Freguesia de Meixedo entre os 18 anos e os 30 anos, como evidencia o gráfico 2.

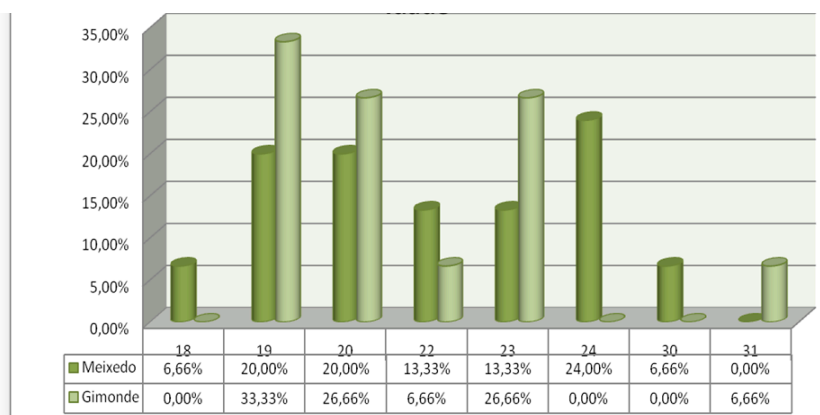
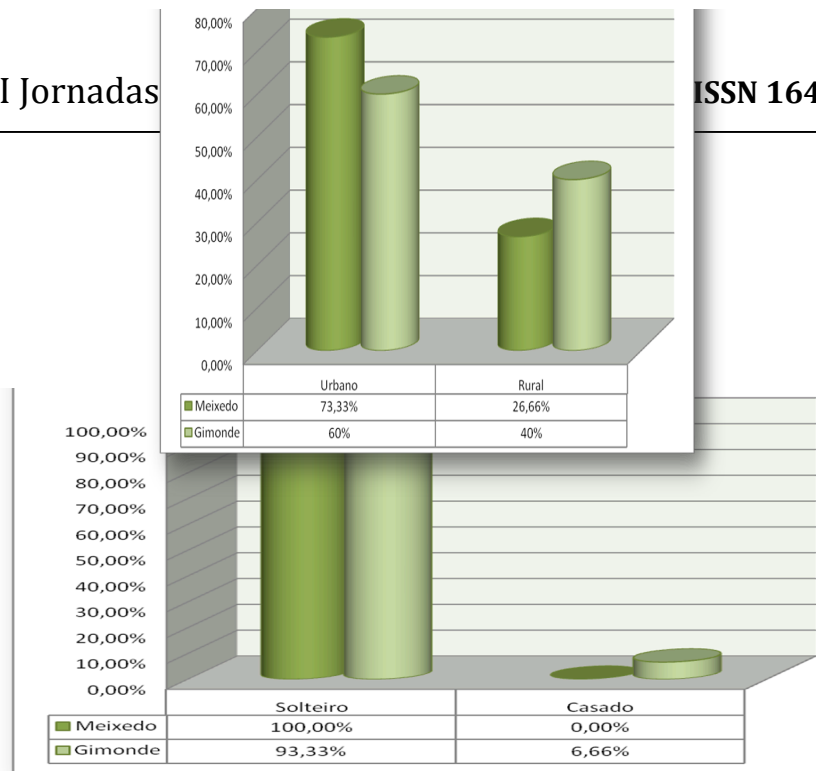


Gráfico 2 – Idade dos jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo



O gráfico 3 mostra que os jovens da Freguesia de Gimonde são, na sua grande maioria, solteiros, 93,33%, sendo os restantes 6,66% casados. Em contrapartida os jovens da Freguesia de Meixedo são, na sua totalidade, solteiros.

Gráfico 3 – Estado civil dos jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo

Os jovens da Freguesia de Gimonde vivem, maioritariamente, no meio urbano, 60% e 40 % habitam o meio rural, enquanto que os jovens da Freguesia de Meixedo vivem, também maioritariamente, no meio urbano, 73,33% e apenas 26,66 % no meio rural, como se pode verificar no gráfico 4.

Gráfico 4 – Meio onde habitam os jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo

O gráfico 5 mostra as habilitações académicas dos inquiridos.

Quanto aos jovens da Freguesia de Gimonde, 33,33% frequentam o ensino secundário, 33,33% dizem já terem terminado o secundário, 13,33% dizem ter o 3º ciclo, 13,33% são licenciados e 6,66% dizem ter mestrado 6,66 %. Os jovens da Freguesia de Meixedo 26,66% frequentam o ensino secundário e 46,66% já o terminaram, 20% dizem ter uma licenciatura e 6,66 % o 3º ciclo.

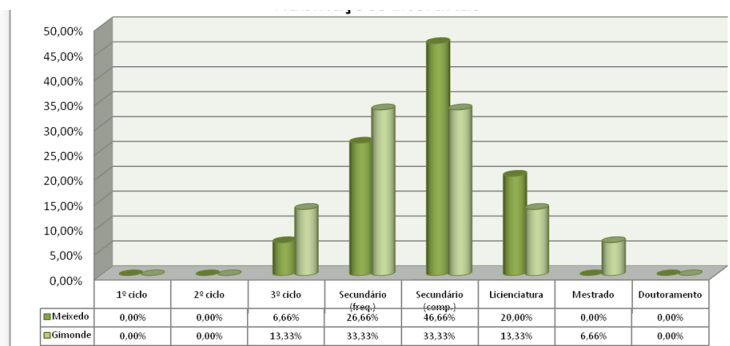


Gráfico 5 - Habilitações académicas dos jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo

Quanto à segunda parte do inquérito sobre “Programa Voluntariado Jovem para as Florestas”, os dados obtidos para a questão:

1. “Indica como tiveste conhecimento do Programa Voluntariado Jovem para as Florestas”, como se pode verificar no gráfico 6, na Freguesia de Gimonde, 46,66% dos jovens tiveram conhecimento através de amigos, 20% através de publicidade, 20% através do IPJ, 6,66% através da comunicação social e ainda 6,66% responderam outros, que correspondem ao local de trabalho.

Na Freguesia de Meixedo, 53,33% tiveram conhecimento através de amigos e 46,66% através do IPJ.

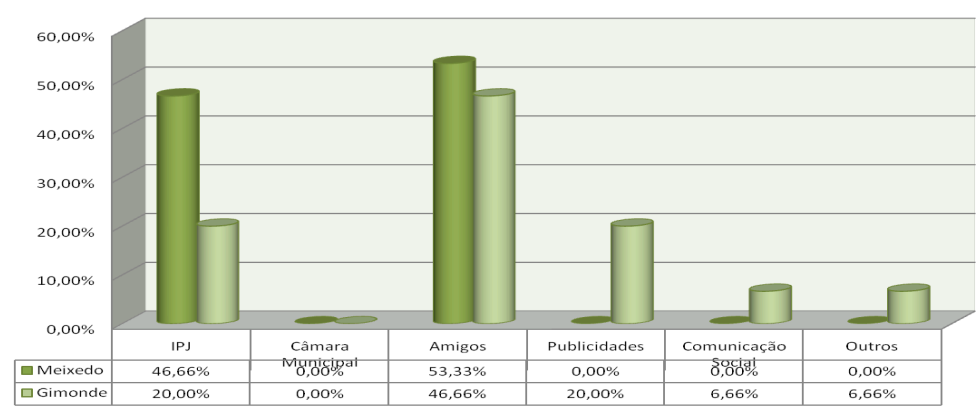


Gráfico 6 - Conhecimento do Programa dos jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo

2. “Menciona se já tinhas participado em algum tipo de voluntariado” está presente no gráfico

7, onde 73,33% dos jovens da Freguesia de Gimonde já tinham participado noutros programas de voluntariado, 26,66% não o fizeram, justificando-se por serem menores de idade e não terem tido conhecimento. Na Freguesia de Meixedo 60% já tinham participado noutros programas de voluntariado, 40% não o fez, justificando-se serem menores de idade, falta de conhecimento e tempo.

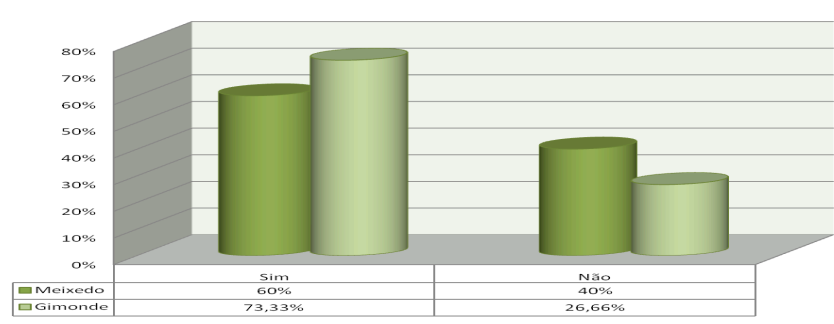


Gráfico 7 – Participação no Programa dos jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo

3. “Assinala as dificuldades que sentiste para te inscreveres no Programa Voluntariado Jovem para as Florestas” foi respondido por 6,66% dos jovens da Freguesia de Gimonde e por 26,66% da Freguesia de Meixedo que as dificuldades sentidas foram no acesso ao equipamento apropriado para a realização do voluntariado.

3.1. Quanto a “Classifica o equipamento fornecido pelo IPJ para a realização do voluntariado”, observa-se no gráfico 8 que estes foram classificados pelos 6,66% das respostas dadas pelos jovens da freguesia de Gimonde como 6,66% muito bom, 60% bom, 13,33% razoável, 13,33% mau e 6,66% não respondeu.

Os jovens voluntários da Freguesia de Meixedo 13,33% classificam o equipamento de muito bom, 60% de bom, 26,66% de razoável.

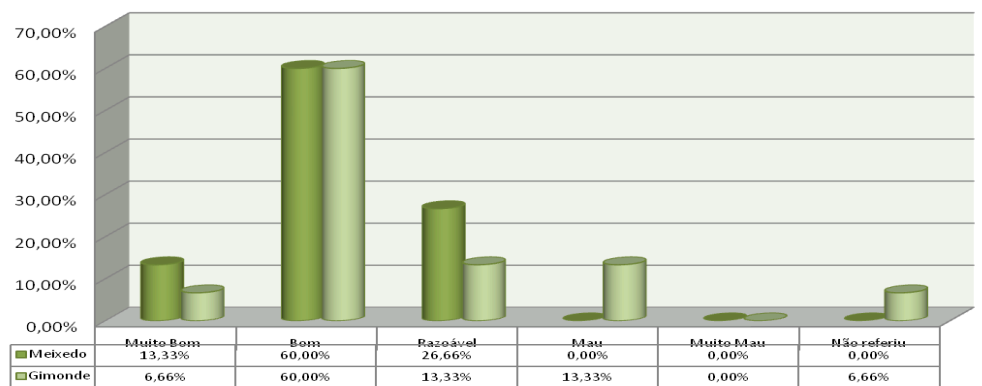
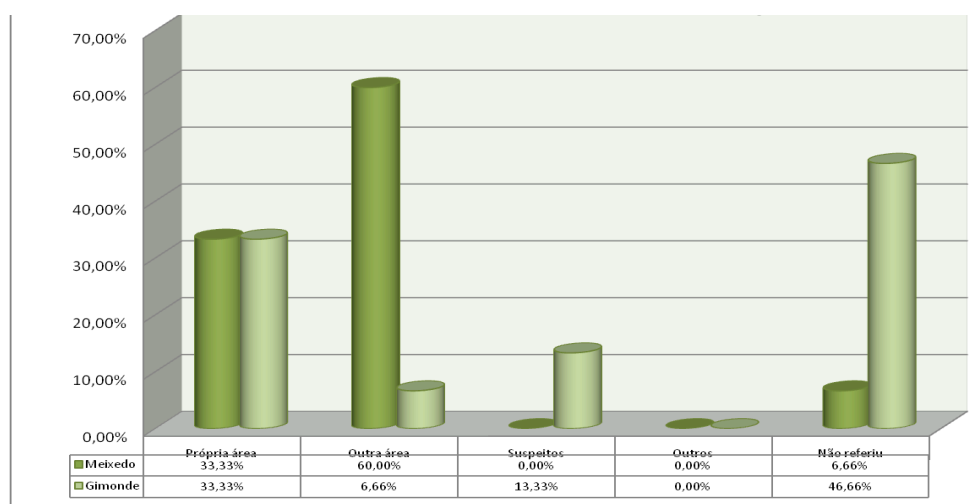


Gráfico 8 –Classificação do equipamento dos jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo

4. “Assinala se, durante o período de vigilância, fizeste algum tipo de levantamento sobre risco de incêndios na tua área, risco de incêndios noutras áreas, pessoas que levantam suspeitas, outros, quais”, está presente no gráfico 9.

Durante o período de vigilância os jovens voluntários da Freguesia de Gimonde fizeram o levantamento de 33,33% de deflagração de incêndio dentro da sua área, de 6,66% noutras áreas,



de 13,33 de suspeitos e 46,66% não responderam a esta questão. Na Freguesia de Meixedo, no mesmo período, os jovens voluntários fizeram o levantamento de 33,33% de riscos de incêndio dentro da sua área, de 60% noutras áreas e 6,66% não responderam.

Gráfico 9 – Levantamentos feitos pelos jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo

5. “Indica quanto tempo trabalhaste no programa” e 5.1. “Justifica se esse tempo foi suficiente para o trabalho realizado” é mostrado no gráfico 10, em que na Freguesia de Gimonde 86,66% dos jovens participaram durante os 15 dias da actividade e 13,33% apenas participaram durante 12 dias. Na freguesia de Meixedo todos os jovens, ou seja 100%, participaram durante os 15 dias. Todos os jovens, de ambas as freguesias, referiram que o tempo é ajustado à actividade desenvolvida.

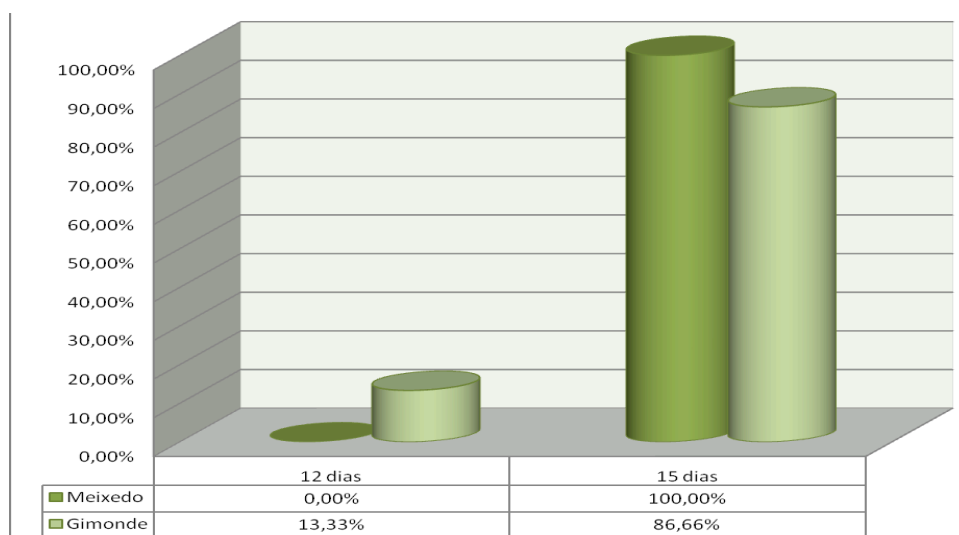


Gráfico 10 – Trabalho no programa nas freguesias de Gimonde e de Meixedo

6. “Menciona os aspectos que consideras positivos/negativos, enquanto interveniente no programa”, foi respondido que quanto a 6.1. “Aspectos positivos”, os jovens voluntários de ambas as freguesias, de forma geral, referiram o companheirismo, a experiência, o trabalho em equipa e a motivação, pois, para além de ocuparem os seus tempos livres de Verão experimentaram algo de novo no que diz respeito a actividades relacionadas com o ambiente e conseguiram levar a cabo no Distrito de Bragança uma série de acções de sensibilização que foram muito úteis à população, para preservação da floresta.

Como referiu o Sub-Director da Direcção Regional do Norte do IPJ

(...) a adesão a este Programa pelos jovens tem sido espectacular, pois desde que começou o aumento de participação e demonstração de interesse em particular ultrapassa as expectativas. Isto quer dizer que os jovens estão

a interiorizar que a participação em projectos de voluntariado é sem dúvida um acto de cidadania em defesa e preservação do Ambiente.

Quanto a **6.2.** “Aspectos negativos” mencionaram a deslocação (isto porque muitos deles se deslocam em carros próprios) e a formação, deixando o alerta que esta poderia ser ainda mais completa.

7. “Indica, na tua opinião, o que mudarias” teve como maior evidência a divulgação do programa, pois é um programa considerado bastante interessante, mas pouco divulgado.

Foram confirmadas as enormes potencialidades deste Programa, pois foi capaz de mobilizar os jovens e estimular a participação da sociedade civil.

O Sub-Director da Direcção Regional do Norte do IPJ acrescenta que

(...) sem dúvida alguma, podemos dizer referente ao ano transacto a diminuição de incêndios no Distrito de Bragança, deve-se em grande parte à participação dos jovens Voluntários, estamos a referir dados do relatório do próprio CDOS entidade responsável na coordenação, no combate aos incêndios. Cremos ainda que este Programa tem tido uma acção sensibilizadora quer junto dos jovens, quer mesmo das populações, e ainda as entidades autárquicas e associativas, pois cada vez mais se preocupam com as florestas e sobretudo com as áreas protegidas do nosso Distrito.

8. “Classifica a tua área de residência relativamente à área onde realizaste a tua actividade”, foi respondido pelos jovens voluntários da Freguesia de Gimonde que a sua área de residência é nada acessível para 6,66%, pouco acessível para 20%, razoavelmente acessível para 26,66%, bastante acessível para 20% e muito acessível para 26,66%, como se pode verificar no gráfico 11.

Para os jovens da Freguesia de Meixedo essa relação é razoavelmente acessível para 33,33%, bastante acessível para 53,33% e muito acessível para 13,33% dos inquiridos.

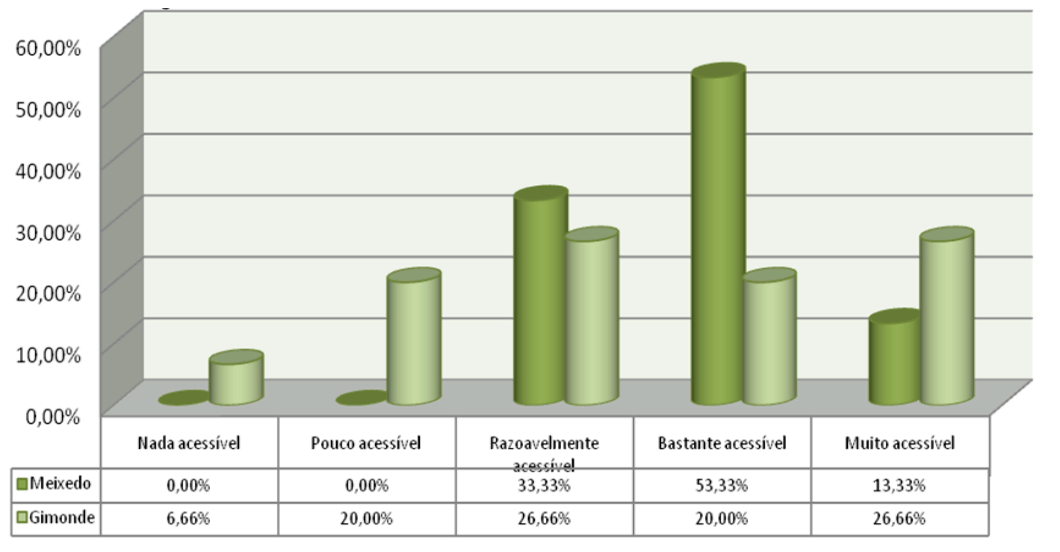


Gráfico 11 – Relação área de residência/área da actividade dos jovens das freguesias de Gimonde e de Meixedo

9. “Como avalias os apoios que te foram facultados pelo IPJ, nomeadamente: transportes, remuneração, formação, outros” está expresso no gráfico 12.

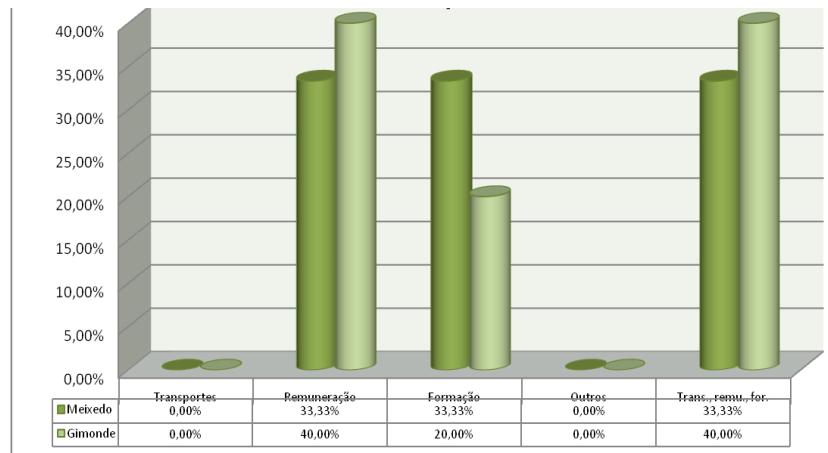


Gráfico 12. - Apoios dados aos jovens voluntários das freguesias de Gimonde e de Meixedo

Quanto aos apoios dados pelo IPJ os jovens voluntários da Freguesia de Gimonde responderam que era dado o apoio de 40% como remuneração o apoio de 20% para formação. Os restantes 40% dos jovens assinalaram as três hipóteses (transportes, remuneração, formação).

Os jovens de Meixedo responderam com 33,33% a remuneração e 33,33% a formação. Os restantes 33,33% dos jovens assinalaram as três hipóteses (transportes, remuneração, formação).

Considerações finais

Após a análise dos dados que serviram de base a este estudo chegámos às seguintes conclusões:

Os jovens inscritos no programa, na freguesia de Gimonde eram maioritariamente do sexo feminino e na freguesia de Meixedo do sexo masculino;

A faixa etária dos jovens das Freguesias de Gimonde e Meixedo são muito próximas, variando desde os 18 anos até aos 31, sendo a sua grande maioria solteiros;

Em ambas as freguesias, vivem maioritariamente em meio urbano;

As habilitações académicas da maior parte dos jovens da freguesia de Gimonde possuem o nível secundário, o mesmo acontecendo com os jovens da freguesia de Meixedo. No entanto existem aqui alguns que possuem o nível superior;

Os jovens inscritos no programa, em ambas as freguesias tomaram conhecimento do programa através de amigos;

73,33% dos jovens da Freguesia de Gimonde dizem já ter participado noutros programas de voluntariado, enquanto que na freguesia de Meixedo esta percentagem reduz para 60%;

As dificuldades sentidas em ambas as freguesias foram o acesso ao equipamento apropriado para a realização do voluntariado;

O equipamento fornecido pelo IPJ foi classificado, em ambas as freguesias, como Bom;

Durante o período de vigilância, os jovens das duas freguesias assinalaram terem feito levantamentos noutras áreas;

Os jovens das duas freguesias, participaram durante os 15 dias do programa e todos dizem que o tempo é ajustado à actividade desenvolvida;

Como aspectos positivos referiram o companheirismo, a experiência, o trabalho em equipa e a motivação;

Como aspectos negativos, a deslocação e a formação. De forma geral, estes jovens mudariam a divulgação do programa;

A área de residência foi classificada pelos jovens de Meixedo, como razoavelmente acessível em relação à área de realização da actividade e a maioria dos jovens de Gimonde classificaram-na como bastante acessível;

Quanto aos apoios dados pelo IPJ os jovens voluntários da Freguesia de Gimonde responderam que 40% era dado como remuneração e o apoio de 20% para formação. Os restantes 40% dos jovens assinalaram as três hipóteses (transportes, remuneração, formação);

Os jovens de Meixedo responderam que 33,33% era para remuneração e 33,33% para formação;

Os restantes 33,33% dos jovens assinalaram as três hipóteses (transportes, remuneração, formação).

No sentido de dar resposta às necessidades de protecção do ambiente, o IPJ faz as suas campanhas de sensibilização e consciencialização, através dos jovens, dos valores intrínsecos da floresta, dando a conhecer a importância cultural, económica, social e ambiental da mesma, com vista à prevenção de incêndios florestais e à defesa da floresta contra o fogo.

No entanto, Portugal está ainda muito aquém de obter os resultados que desejamos, e para alcançar estes resultados é necessário desenvolver linhas orientadoras, diferentes mas complementares. Tudo isso terá de passar pela formação, educação, sensibilização e responsabilização de todos nós, pois “cuidar da floresta é garantir o futuro”.

Bibliografia

Caufield, C. (1984). *A destruição das Florestas*. Mem Martins.

Beaud e Bouguerra (1993). *Estado do Ambiente no Mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Pedrosa, A. (1991). Consequências de situações meteorológicas anormais. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia. I Série, Vol. VII*. Porto. pp. 41-55.

Quero trabalhar em ambiente (nº 2). (2003) Matosinhos: Edição e Conteúdos S.A..

Secretaria do Estado da Juventude (2005). *Juventude em acção*. Maia: Maiadouro S.A..

Tauk-Tornisielo *et all.* (1995). *Análise Ambiental estratégias e acções*. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf.

Um ambiente de qualidade, o contributo da UE, Comissão Europeia, Outubro de 2005, Bruxelas.

Vallet. E., *As florestas na Europa*, Comissão Europeia, Fevereiro de 2002, D/2002/9406/1.

Webliografia

Capelo, R., (2006), *A Educação Ambiental e a Prevenção dos Incêndios Florestais*, acedido em: www.fpp.pt/downloads/artigos_fpp/art28082006.pdf a 04/04/2008.

Protocolo de Quioto, (S/D) acedido em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Quioto a 16/03/08.

Plano Nacional Defesa da Floresta Contra Incêndios, (s/d), acedido em: http://www.isa.utl.pt/pndfci/A3_Factos_Numeros.pdf a 25 /03/08.

Declaração de Rectificação n.º 10-AA/99, acedido em: <http://faolex.fao.org/docs/texts/por22566.doc> a 25/03/08.

DGF/Dados do Inventário Florestal Nacional de 2001, PEFC Portugal acedido em: http://www.pefc-portugal.cffp.pt/floresta_partic.html a 26/03/08.

Floresta (2005), *Portal do Ambiente e do Cidadão*, acedido em: <http://ambiente.maiadigital.pt/ambiente/floresta-1> a 04/04/2008.

<http://www.juventude.gov.pt/portal/>.

A Institucionalização: (Des)Encontros Pela Relação The Institutionalization: Meetings By The (Des)Relationship

Iveta Vilares – iveta@portugalmail.com

Resumo

Este artigo visa abordar o problema da Institucionalização centralizada na valorização das capacidades da criança/jovem, a visão sistémica da mesma, o princípio da subsidiariedade e, a importância do modelo ecológico fundamental para o diagnóstico da situação passada, presente e futura da criança/jovem. Para a interação nos contextos de vida e o Plano de Intervenção ser adequado às necessidades que culminaram na Institucionalização, toda a equipa de trabalho carece ter conhecimentos teóricos actualizados que possibilitem a mudança. A permanência da criança/jovem em acolhimento deve ser a menor possível e deve existir cooperação entre todos os intervenientes de forma a atingir os objectivos a curto-prazo. O Manual do Instituto de Segurança Social serve de indicador das diferentes estratégias e metodologias a utilizar nas diferentes respostas sociais, que devem ser adaptadas às realidades vigentes, a fim de que os Lares sejam locais reparadores, securizantes, educativos e formativos.

Palavras-chave: criança, Institucionalização, subsidiariedade, cooperação, estímulo.

Abstract

This article aims to address the Institutionalization centered in the recovery capabilities of the child / young person, a systemic view of it, the principle of subsidiarity and the fundamental importance of the ecological model for the diagnosis of the past, present and future of the child / young. For the interaction in the contexts of life and the intervention plan is appropriate to the needs that led to the institutionalization, the whole team needs to have working knowledge updated in order to change. The permanence of the child / youth in reception should be the lowest possible and there should be cooperation between all stakeholders to achieve the objectives in the short term. The Manual of the Institute of Social Security serves as an indicator of the different strategies and methodologies to be used in different social responses, which should be adapted to current realities so that the Institutions can be a local repairers, securizantes, educational and formative places.

Keywords: child; institutionalization; subsidiarity; cooperation; stimulus.

Introdução

De acordo com Martins de Sá (2000) crianças/jovens que sofrem limitações e privações em diferentes âmbitos, fundamentais para o seu desenvolvimento (por exemplo, abandono

familiar, falta de cuidados básicos de saúde, de nutrição e de estimulação física e social) ou em situações em que o prestador de cuidados tem comportamentos inadequados ou violentos, designam-se por crianças/jovens em situação de perigo, ou seja, são aqueles que, pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família, estão sujeitos a elevadas probabilidades de vir a sofrer de privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectiva.

Em 1999 o governo promulgou a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), onde institui que o Lar constitui uma das modalidades de acolhimento institucional e que se destina a crianças ou jovens, cujas circunstâncias aconselham um acolhimento de duração superior a 6 meses.

Deve assumir uma estrutura familiar para quem vai ser acolhido, a intervenção tem que ser centrada na criança/jovem, personalizada e ir de encontro às necessidades de cada um, promover o desenvolvimento físico, intelectual e moral equilibrados, fomentando a inserção das crianças/jovens na comunidade.

Na maioria dos casos aquando da sua entrada no Lar, vêm marcadas com percursos de vida sofridos, relações afectivas pouco ou nada gratificantes, alterações na estrutura familiar, escola e pares.

A sociedade, o meio envolvente e todos os factores externos à criança/jovem sempre influenciaram e marcaram a vida destas crianças/jovem.

Até há bem pouco tempo, os objectivos dos Lares, na maior parte dos casos, por falta de pessoal especializado, prendiam-se, essencialmente, com a necessidade de protecção, não atendiam à socialização destas crianças/jovens, nem como ao cuidado a ter com o seu equilíbrio emocional.

O respeito pela sua individualidade e projectos desafiantes para as suas capacidades e características são uma missão presente. Os Lares devem ser reparadores, securizantes educativos e formativos.

O tipo de ajuda e de cuidados específicos prestados pelos profissionais da instituição são um importante factor para minimizar a percepção negativa destas crianças/jovens. A sua intervenção tem que atender à individualidade de cada situação, fomentar e dinamizar activamente no terreno o acesso à cultura, autonomia, educação e socialização, possibilitar a alteração de situações e comportamentos anti-sociais que caracterizam, muitas vezes, o seu funcionamento.

É importante, no dizer de Ward (2006) que a intervenção praticada seja profissionalizada e oficialmente regulamentada por teorias e pesquisas e nunca fruto de uma prática assente no improvisado e no voluntarismo de cada um. Todavia, ter-se-á de ter o cuidado de não se realizar uma prática profissional estandardizada para todas as situações. É necessária uma atenção individualizada, específica e criativa, que consiga responder a necessidades pontuais.

Com a evolução da crise social, o excessivo número de anos de crianças/jovens em Instituições referenciadas pelas entidades competentes na matéria e a adaptação social emergente de outros países, o Instituto de Segurança Social criou o Programa Desafios, Oportunidades e Mudanças, com a finalidade de estandardizar metodologias interventivas que pretendem uniformizar estratégias, que reduzam o número de permanência de crianças/jovens em Instituições e/ou, possibilitar a aplicação de outras medidas de promoção e protecção vigentes na lei.

Potencializar as Instituições com novos recursos humanos, uniformizar metodologias e estratégias para cada procedimento a adoptar, nos distintos momentos do processo individual da criança/jovem, conduz à criação de novas condições adequadas ao seu desenvolvimento assertivo.

Contextualização

A medida de promoção e protecção - Acolhimento Institucional é fulcral para a garantia dos direitos das crianças/jovens, mas é oportuno centrar também as atenções em medidas de promoção, de valorização das competências pessoais, sociais, educativas e psicológicas, pois é insuficiente apenas proteger as crianças/jovens, no sentido de lhes criar condições para desenvolverem e aplicar os seus direitos.

Há necessidade de envolver os progenitores no desenvolvimento de responsabilidades e complementaridade educacional e cívica dos seus deveres.

Ligado ao conceito e atitude de proteger, deve estar sempre presente, a promoção e autonomização, no sentido de estimular e implicar as próprias crianças e família na construção da sua história de vida. A promoção dos valores e dos direitos das crianças/jovens leva a que toda a Comunidade se junte à volta delas, criando pontes de inclusão, dando as mãos e caminhando em conjunto com as próprias crianças caminhos de cooperação, união e de dignidade humana, não vivendo ou decidindo por elas, mas estando com elas no protagonismo fértil da sua vida. Igualmente, tendo a criança/jovem como o centro do dever da Instituição tem que necessariamente *envolver e estimular os pais* para que possa ser capaz e

acreditar que tem capacidades e competências individuais, para acolher e educar com princípios, incentivando a aplicação das restantes medidas de promoção e protecção mencionadas na Lei 147/99 de 1 de Setembro, artigo 35º: Apoio junto dos pais; Apoio junto de outro familiar; Apoio para a autonomia de vida; Confiança a pessoa idónea e o Acolhimento familiar.

Segundo Delors (1996) as medidas de promoção podem, perfeitamente, ser alicerçadas nos quatros pilares da educação propostos no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

No *aprender a conhecer* deve-se promover nas crianças a motivação de adquirirem competências e instrumentos conceptuais que lhe permitam analisar, discernir e emitir a informação mais útil para o seu projecto de vida e um contacto com a diversidade de culturas e saberes.

Aprender a fazer é promover nas crianças/jovens a possibilidade de executar o seu saber e, muito concretamente, o seu acesso e uso de novas tecnologias, abrindo-lhe as portas a uma qualificação profissional.

Para *aprender a viver com os outros* devemos promover nelas os valores da cidadania, a solidariedade, a hospitalidade, a bondade, a liberdade e a capacidade de se relacionarem e dialogarem com os outros, reconhecendo-os como pessoas de iguais direitos e deveres, dignos de empatia e autenticidade.

Para *aprender a ser* devemos promover as crianças/jovens, enquanto actores enobrecidos pela perfectibilidade, com competências de construir-se como ser humano de valor e relação, com uma identidade, uma cultura e uma memória.

As crianças/jovens não podem ser olhadas como ilhas isoladas, com as quais, se realiza um conjunto de estratégias, para elas recuperem dos maus-tratos ou das adversidades da vida.

A intervenção com a criança/jovem que possibilite a sua realização e mudança tem que ser feita nos três níveis de prevenção: primária, secundária e terciária. Porém depois da institucionalização a actuação centra-se na terciária e não nos devemos esquecer da pertinência do trabalho em rede e em equipa multidisciplinar, envolvendo os diversos actores sociais.

Nesta perspectiva, *os progenitores são as figuras centrais e vitais do envolvimento*, uma vez que quando não estão na Instituição estas crianças/jovens estão no seu lar, no local onde surgiu e emergiu o problema que originou a Institucionalização. Compete aos profissionais

competentes envolver os pais e estimulá-los no processo educativo, fomentar a ligação do trabalho realizado com a Instituição à sua continuidade na família, fazer com que esta reconheça e valide a importância da continuidade do trabalho desenvolvido com a criança/jovem.

Incentivar os pais ou cuidadores a continuar a linha de pensamento institucional, dialogar abertamente sem censuras, acreditar no potencial educacional de cada pai, ouvir sem criticar, estar ao lado dos pais e aproveitar todos os momentos de contacto com os adultos para transmitir aprendizagens, valorizá-los enquanto pessoas com capacidades e potencialidades parentais.

(...) Mas o grande grupo dos adultos é heterogéneo relativamente a outras variáveis das quais destacamos variáveis de ordem académica como, por exemplo, a habilitação académica de cada um ... verifica-se o chamado “efeito S. Mateus”, ou seja, “são os indivíduos com mais elevado nível de formação inicial que mais tendem a empenhar-se em actividades educativas” (Bergano, 2002, pp.14-15).

Assim, indivíduos com pouca formação e pouco estimulados são menos interessados e motivados, a procuram alternativas novas para a sua vida.

Neste sentido, é importante que a intervenção ter presente a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano proposta por Bronfenbrenner (1979), valorizando as qualidades pessoais, as interpessoais, as relacionais, o meio e o contexto como decisivos para o desenvolvimento da criança/jovem, dos seus progenitores, das suas motivações e da forma como vivem os seus problemas e os ultrapassa.

No nível individual salientamos a auto-estima, a força de vontade, o reconhecimento das capacidades pessoais e dos limites, a satisfação com a vida para vencer as dificuldades. A confiança é fortalecida pela imagem positiva, atraente e agradável que a criança tem de si. A auto-estima é a capacidade de cada um reconhecer o seu valor, as suas habilidades, os seus sentimentos, atitudes de confiança em si próprio e os seus limites.

No dizer de Relvas (1996) o sentimento de competência é fulcral para evitar e reparar problemas emocionais e comportamentais da criança e adolescente, fazendo-os sentirem-se bem consigo. A competência social representa as habilidades e mecanismos da criança para interagir eficazmente na relação com os outros e com o ambiente social. Esta interacção é feita através das aptidões sociais, competência académica e problemas de comportamento. A valorização e estimulação da criança/jovem nas características da sua personalidade, possibilita-lhe condições e meios para ela interagir, com confiança em si e nas suas potencialidades, com os outros e seu contexto.

No nível microssistémico, a família é avaliada pelo grau de doar afecto, partilha e segurança ao adolescente e pela forma como faz a sua integração social. A interacção familiar assente no afecto, na auto-estima, no diálogo, na solidariedade e no respeito mútuo que propicie um clima de convivência saudável, confiante e participativa é fulcral para o crescimento das crianças/jovens. A figura paterna está mais associada à autoridade, à imposição de limites mas também à afectividade. A ausência, física e/ou afectiva, de uma figura familiar ou um ambiente familiar de relações frágeis e agressivo comprometem sempre o desenvolvimento da criança/jovem. A capacidade de se relacionar bem com a fratria é uma oportunidade de aprender a negociar, a ouvir, fazer críticas, corrigir falhas e pedir desculpas, fazer, desfazer e refazer vezes sem conta um caminho marcado pelo amor e pela identidade de cada um. A gestão dos conflitos da fratria pelos progenitores, reconhecendo e amando a personalidade, sentimentos, limites, valores e capacidades de cada um dos filhos é uma chave de sucesso para o início de uma história de vida feliz de um ser humano.

Para Carneiro (2001) no nível mesossistémico encontramos a comunidade que compromete os seus membros na resolução conjunta dos mais diversos problemas, que promove a tolerância entre ricos e pobres, etnias e credos e proporciona espaços de encontro e recursos que previnam o uso da violência e das drogas.

No nível exossistémico, referimos os diversos contextos, nos quais a criança e jovem não estão directamente envolvidos, mas que acabam por os influenciar, seja o caso do grupo de amigos da família, o trabalho dos pais ou a doença, consumo de estupefacientes de um familiar distante, a comunicação social. A criança/ jovem não podem ser vítimas de situações de injustiça ou de exclusão social para com pessoas que as rodeiam e lhes são referência, mas deve-se proporcionar um ambiente de bem-estar que não reflecta os conflitos e os problemas dos adultos.

No nível macrossistémico vemos como os costumes, valores culturais, os códigos éticos e morais, leis transformam e influenciam a vida da criança/jovem e a sua maneira de ultrapassar as adversidades. Com o acesso generalizado à informação, a sociedade necessita tomar as necessárias medidas para que elas não sejam vítimas de maus-tratos através de conteúdos que ponham em causa o seu desenvolvimento moral, físico e social.

No nível cronossistémico, o tempo acaba por contextualizar e influir na maneira da criança se situar diante dos problemas e de lhe dar resposta. O nosso tempo é marcado pela contradição de se defenderem e protegerem as crianças/jovens, mas de as condenar a uma

vida marcada pela negligência, maus-tratos e histórias de violência e instrumentalização que o próprio tempo não consegue apagar.

Uma forma de a criança/jovem crescer para a vida adulta – com liberdade, responsabilidade e sabedoria – é valorizar-lhe factores de resiliência. Estes devem estar presentes em todas as áreas de intervenção, desde a família, a escola, a igreja, os grupos de amigos, as comunidades locais para promoverem e interagirem com as pessoas, realçando nelas a originalidade, a criatividade, a singularidade, o sentimento de amarem e serem amadas, a dimensão de perfectibilidade e de educabilidade que lhe permite enfrentar as situações de risco e não ficarem prisioneiras das adversidades, mas que há sempre um nova oportunidade, um novo bem-estar, para quem deseje ultrapassar o processo de institucionalização.

Visão sistémica

O superior interesse da criança/jovem e a resposta da subsidiariedade

No artigo 4º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens n. 147/99, de 1 de Setembro, prevê-se que qualquer intervenção com a criança ou jovem tenha como referência e base o superior interesse da criança. Este direito está, também, presente no artigo 3º da Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada em 26 de Janeiro de 1990 em Nova Iorque.

A definição deste conceito exige, segundo o autor Rodrigues (1985) uma visão sistémica e interdisciplinar que tenha presente a ecologia do desenvolvimento do menor.

Uma resposta de subsidiariedade é uma exigência do princípio do superior interesse da criança/jovem. Assim, a criança/jovem é principal motivo que condiciona as diferentes metodologias utilizadas para o salvaguardar e minimizar riscos.

O Programa Desafios, Oportunidades e Mudança (DOM), de acordo com o Instituto Segurança Social (2009) actualmente na segunda fase do seu alargamento, baseia-se neste princípio e, possibilita às Instituições, através da contratação de técnicos, desenvolver novas metodologias e estratégias interventivas que a fomentem a mudança: construir Lares reparadores, securizantes, educativos e formativos.

No mesmo artigo 4º na alínea g) é referido que a família ocupa um lugar de relevo e inconfundível importância na promoção e protecção da criança/jovem. Aliás o artigo 35 da mesma lei, realça a necessidade de encontrar em primeiro lugar medidas que favoreçam a permanência da mesma na sua família natural ou alargada e, só depois prevê outras medidas desde a adopção, famílias de acolhimento e acolhimento institucional.

A família é a célula base de desenvolvimento e crescimento de toda a vida humana, é a fonte de referência que possibilita à criança/jovem aquisição de valores e padrões de vida. É certo que hoje este é um conceito dinâmico e que possibilita uma ampla visão de critérios para definir esta realidade.

A família é por natureza o suporte de vivências positivas de uma criança/jovem quando sente amada e protegida. No entanto, a família quando é disfuncional torna-se arena de conflitos, de agressividade, de negligência, de maus-tratos que levam a criança e ser vítima de vivências negativas e que impedem o seu desenvolvimento humano e social.

Nestas circunstâncias e na defesa do superior interesse da criança/jovem, urge encontrar um ambiente que lhe proporcione as condições necessárias e os instrumentos adequados à realização de um projecto de vida pessoal de felicidade e potencie as suas qualidades.

A última medida que a Lei de Protecção de Crianças e Jovens propõe para crianças/jovens em risco é o acolhimento institucional em Lar de Infância e Juventude.

A medida de acolhimento em Instituição consiste na colocação da criança/jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (artigo 49º da Lei n. 147/99, de 1 de Setembro).

Este acolhimento pode ser feito em duas modalidades: de curta duração e de longa duração. O acolhimento de curta duração é feito por casas de acolhimento temporário enquanto é analisado e definido o percurso de vida da criança. O acolhimento de longa duração, sempre superior a seis meses, realiza-se num Lar de Infância e Juventude. Estes Lares estão regulamentados pelo decreto-lei n.º 2/86 de 2 de Janeiro onde se afirma que são equipamentos sociais que têm por finalidade o acolhimento de crianças/jovens, proporcionando-lhes estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade. Os Lares assumem responsabilidades educativas e sociais no desenvolvimento integral e individualizado de cada criança/jovem, reconhecendo nela um actor de direitos e deveres.

Uma das dimensões a realçar na missão dos Lares de crianças e jovens é a estreita e fundamental colaboração com a família biológica para proporcionarem as condições necessárias para que a criança ou jovem regresse à sua família. O corpo técnico do lar assume-se como uma mais-valia para responder às situações de risco que a criança/jovem teve que

enfrentar. O funcionamento destes lares, segundo Ramião (2006) deve favorecer uma relação afectiva de tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade.

Para cumprir esta missão de protecção da criança/jovem e simultaneamente a sua autonomização no meio natural é imprescindível uma estratégia funcional.

Para tal, o Lar deve funcionar em regime aberto e ser organizado em unidades com um número de elementos que favoreça a relação afectiva de tipo familiar e uma vida diária personalizada e individualizada. Por outro lado, o Lar deve constituir-se como um instrumento fundamental de acesso à educação, à cultura, à autonomia e ao espírito crítico das crianças/jovens que lá permaneçam; deve, ainda, fornecer modelos de interacção social e de comunicação susceptíveis de alterar, nas crianças/jovens, os padrões anti-sociais que caracterizam, muitas vezes, o seu funcionamento (Instituto Segurança Social, 2009, p. 3).

No que respeita aos direitos da criança e do jovem em acolhimento, a Lei n.º 147/99 (art. 58º) afirma a necessidade de:

Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afectiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de protecção. É importante ter presente que, independentemente da fase de acolhimento que a criança/jovem está a viver, a lei prevê o direito às visitas;

Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em actividades culturais, desportivas e recreativas;

Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal, adequados à sua idade e situação;

Receber dinheiro de bolso;

Garantir inviolabilidade de correspondência;

Impossibilitar a transferência de instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse;

Contactar, com garantia de confidencialidade, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado (Instituto Segurança Social, 2009, p.3).

A necessidade de envolver todos os intervenientes do processo de institucionalização é imprescindível, só em rede e coesão a finalidade da mesma, pode complementar reduzir danos e estimular potencialidades.

A ligação Instituição/Família/Educando define-se como algo a construir progressivamente no tempo, na tentativa de estabelecer uma interacção dinâmica que possibilite um trabalho de equipa, no qual existe troca de informações e partilha de experiências, sobre um mesmo foco de atenção: as crianças/jovens.

Para alcançar esta meta é necessário tomar consciência das dificuldades existentes na educação das crianças/jovens e do trabalho a promover com as suas famílias.

Intervir na educação dos adultos é uma meta emergente na área social. Acreditar nas capacidades de cada progenitor e valorizá-las, maximizá-las e rentabilizá-las para estabelecer uma continuidade do trabalho social e educacional dos profissionais das Instituições.

Desenvolver um projecto de promoção de competências parentais na adultez facilitará a autonomização e reinserção familiar das crianças e jovens em perigo e minimizará o tempo de permanência em acolhimento institucional.

Processo de Institucionalização

Aquando da solicitação de admissão das crianças/jovens, por parte das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens ou dos Tribunais, para as Instituições, devem vir referidas diferentes informações técnicas que possibilitem a avaliação do diagnóstico e decisão a tomar, de acordo com os objectivos da Resposta Social.

Actualmente, a intervenção na resposta social, Lar de Infância e Juventude, baseia-se no Manual de Gestão da Qualidade das Respostas Sociais - Lar de Infância e Juventude, que fornece orientações distintas, e procedimentos dos diversos momentos no processo de Acolhimento Institucional, de forma a, fomentar a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com o estabelecido no Critério 4 – Processos, do Modelo de Avaliação da Qualidade.

No Manual de Gestão da Qualidade das respostas sociais em Lar de Infância e Juventude, para desenvolvimento deste Modelo,

Foram identificados seis processos-chave de prestação de serviço, independentemente da sua natureza e dimensão: Acolhimento; Avaliação Diagnóstica Plano Sócio-Educativo Individual; Organização e Gestão das Actividades - Projecto Educativo; Cuidados Especiais; Nutrição e Alimentação.

Para cada um destes processos-chave foram definidos: Objectivo, campo de aplicação, fluxograma das actividades/modo operatório, indicadores, dados de entrada e saída e responsabilidades.

Instruções de trabalho que descrevem as actividades associadas a cada processo baseadas num conjunto de boas práticas que se pretendem facilitadoras para a implementação dos respectivos processos.

Impressos com o duplo objectivo de serem por vezes instrumentos de trabalho e registos das acções realizadas.

Compete à Resposta Social adaptar ou aplicar as sugestões aos seus objectivos, metodologias para auferir da melhor qualidade possível, obter resultados positivos e breves com as crianças/jovens.

Os seis processo-chave (PC) indispensáveis e propostos no Manual de Gestão da Qualidade, para o bom funcionamento e organização do LAR caracterizam-se sucintamente em Solicitação da informação; Tomada de decisão sobre a admissão (após esta decisão comunicar oficialmente a decisão, seja positiva ou negativa para o acolhimento) (Instituto Segurança Social, 2009, p.7).

PC 01 - Admissão

O Lar destina-se a crianças/jovens, a quem foi aplicada uma medida de promoção e protecção de acolhimento institucional.

Após a análise da informação recebida procede-se á abertura do Processo Individual (PI), onde deve constar a lista de contactos da criança/jovem (contactos de instituições, profissionais, familiares e pessoas significativas); a lista de pertences da criança/jovem; a avaliação diagnóstica; a natureza das diligências/contactos efectuados; os registos de diligências/contactos efectuados; a correspondência oficial; o Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI) e o Plano Cooperado de Intervenção (PCI).

Acolhimento

O acolhimento é um momento categórico, já que a experiência positiva ou negativa, vivenciada durante este período vai influir de forma importante, a inclusão da criança/jovem.

O programa de acolhimento inicial tem uma programação, mais ou menos fixa, a realizar-se durante a primeira semana após a chegada da criança/jovem ao Lar e nele deverá constar a designação do gestor de caso; a identificação e organização do espaço da criança/jovem; a familiarização com os espaços colectivos do Lar; a familiarização com os pares do Lar; a familiarização com os adultos do Lar, bem como com os seus espaços de trabalho e suas funções; o conhecimento das regras e modo de funcionamento do Lar pelas crianças/jovens e pelas suas famílias.

PC02 - Avaliação diagnóstica

Para a avaliação diagnóstica é preciso estabelecer directrizes gerais e fornecer um conjunto de informações que permitam à equipa técnica do Lar, conhecer e descrever a criança/jovem, as áreas fortes e fracas do seu desenvolvimento, como a avaliação do estado de saúde; a avaliação em contexto institucional; a avaliação do contexto escolar; a avaliação do contexto familiar e o relatório de avaliação diagnóstica.

PC03 - Plano sócio-educativo individual

Estabelecer orientações gerais e específicas para a implementação do Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI) da criança/jovem e da sua família passa pela reflexão prévia à elaboração; pela elaboração; pela avaliação, pela implementação após a aprovação do Plano Sócio-Educativo Individual. Depois desta, à possibilidade de reformulação do PSEI quando os seus objectivos não formam alcançados.

Preparação da saída da instituição

PC04 - Organização e gestão das actividades — Projecto Educativo

Estabelecer orientações gerais e específicas para o planeamento, organização, gestão e avaliação do Projecto Educativo do Lar apresenta como factores determinantes, para uma intervenção eficaz e reparadora, a qualidade profissional (formação em serviço e saúde dos colaboradores); a actividade de Voluntariado; os objectivos educacionais; as capacidades e competências a desenvolver; as orientações para o projecto educativo; os princípios metodológicos para a intervenção; a gestão de actividades e grupos; o planeamento e avaliação das actividades; os programas e actividades; as actividades da vida diária; o desenvolvimento de valores; os brinquedos; a mesada: uma forma de aceder à auto-construção; as orientações a observar perante situações de ausência sem autorização e as orientações a observar perante comportamentos desviantes.

PC05- Cuidados especiais

Estabelecer as regras gerais para os cuidados de higiene, saúde, apoio na alimentação e nos momentos de descanso das crianças e jovens no Lar passa pelos cuidados de higiene e segurança; pelos cuidados de saúde; pelo apoio na alimentação; pelos momentos de descanso e de isolamento voluntário.

PC06 - Nutrição e alimentação

Estabelecer as regras gerais para a elaboração de ementas, preparação, confecção e distribuição das refeições de acordo com as necessidades da criança/jovem e garantir uma alimentação equilibrada, seguindo as boas práticas de higiene e segurança alimentar no Lar. É necessária a lista de necessidades alimentares especiais; a elaboração de ementas; a recepção, armazenamento e conservação de produtos alimentares; a preparação e confecção de alimentos e a subcontratação de serviços de fornecimento de refeições.

Segundo o Instituto Segurança Social (2009), o sistema de gestão da qualidade possibilita construir o enquadramento positivo para a melhoria contínua, de modo a aumentar a probabilidade da satisfação dos interesses. É um factor fundamental e, condicionador do sucesso das Instituições, o financiamento a curto/médio-prazo, das mesmas, vai ser baseado na avaliação dos serviços prestados.

Para conseguir diagnosticar adequadamente as necessidades e impulsionar a qualidade desejada, a Resposta Social, com a equipa técnica e em conjunto com a educativa, realiza a análise S.W.O.T (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), em português se traduz por F.O.F.A. (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), técnica utilizada em planeamento para o conhecimento do “ambiente” em que se vai planear o projecto.

As Forças e Fraquezas correspondem aos pontos positivos e negativos, referem-se à situação presente e à realidade interna do Lar de Infância e Juventude com as Famílias, as Oportunidades e Ameaças são normalmente tendências e são geralmente exteriores à realidade do Lar e das Famílias.

Esta análise contribuirá para a organização do diagnóstico, antecipando alguns factores que poderão ser condicionantes da situação geral do Lar, da Família e da Rede Social envolvente.

A relação profissional

Os conceitos de identidade individual, de grupo, social, profissional, ou outros, tal como os conceitos de interacção e de participação (ou as atitudes que representam), são indispensáveis na contextualização do saber, do ser e do saber estar, hoje.

*Estreita dependência do indivíduo em relação ao meio aparece claramente se fizermos este raciocínio: eu defino-me em função de uma infinidade de termos (uma infinidade de factos e uma infinidade de indivíduos); cada um desses factos e desses indivíduos *define-se, por sua vez, em relação a uma infinidade de outros, um dos quais sou eu próprio*. Mas eu sou apenas um, nesse conjunto que define cada um dos meus definidores, e entro apenas como um elemento numa infinidade para o definir, ao passo que o conjunto que me define está definido por uma infinidade de funções (Saraiva, 1996, pp.10-11).*

O facto de necessitarmos uns dos outros para uma definição é também a base dos procedimentos democráticos. Na sociedade encontramos-nos com outros, os que nos ensinam, aqueles a quem reconhecemos autoridade, os que têm opiniões ou posições opostas ou semelhantes. A participação activa na realização de um projecto institucional estimula o conhecimento dos problemas, aumentando a responsabilidade, o sentido da eficácia nas

actividades desempenhadas, e essencialmente o (Des)Encontro na Relação, para o Projecto de Vida Promotor de Qualidade .

Educar é proporcionar situações de aprendizagem, momentos em que cada um se pode sentir implicado na construção do saber e do tornar-se pessoa.

O Educador Social deve desenvolver um relacionamento próximo e individualizado com as crianças/jovens, proporcionar-lhe a aquisição de valores de segurança, harmonia, ajuda e convivência, responsabilidade, baseada no respeito mútuo, na confiança e uma comunicação aberta e bidireccional.

Com a responsabilização queremos continuar a construção da cidadania, assim como a promoção de atitudes críticas e reflexivas. São estas as atitudes que conduzem ao reconhecimento da dimensão pessoal, e ao mesmo tempo, do valor da participação, na cidadania, bem como, valorizar a diversidade dos valores, atitudes e culturas das pessoas. As atitudes são as consequências observáveis dos costumes, práticas, ideologias, valores, normas, crenças factuais e religiosas. Estas atitudes influenciam o comportamento individual e a vida social em todos os níveis. Compete aos profissionais educar com base em princípios éticos e democráticos, que fomentem e estimulem as atitudes e comportamentos assertivos.

Conclusão

Valorizar as capacidades individuais de cada criança/jovem, possibilitar-lhe uma melhor qualidade de vida e, desta forma, conseguir benefícios na sua vida e para quem faz parte dela são objectivos da institucionalização. A permanência num Lar deve ser curta no tempo, com projectos de vida definidos por áreas de intervenção, com uma rede apoio a trabalhar em cooperação, com finalidade de reintegração da criança/jovem na família ou, a aplicação de outra medida de promoção e protecção possível na Lei 147/99, de 1 de Setembro.

Converter os conhecimentos e domínios dos progenitores ou cuidadores em aprendizagens educativas que possibilitem a realização do projecto de vida da criança/jovem é indispensável, para a efectiva integração social e exercício pleno da cidadania.

A intervenção profissional em Rede tem que se desenvolver e estimular o adulto e, a criança/jovem na procura e valorização das capacidades pessoais de cada um. São pessoas com muito conteúdo onde explorar, a aprendizagem deve minimizar as sequelas da institucionalização, fomentar uma autonomização da criança/jovem, onde o apoio e retaguarda familiar sejam a mais capacitada e intra-familiar possível.

Este processo educativo com crianças/jovens e adultos demora o seu tempo, não são visíveis os seus resultados no imediato, estes vão ser possível de mensurar só a longo prazo.

A criança/jovem constitui o elemento essencial, o fundamento, de todo o processo educativo. Conhecer-se a si mesmo, conhecer o outro, contrapor-se ao Mundo e aos outros, ser capaz de interagir numa contínua construção de identidade são objectivos do projecto para o seu Projecto de Vida.

A Institucionalização passa pelo acreditar, estabelecer metas possíveis de concretização em curto espaço de tempo, com cada criança/jovem, só com persistência, planificação e dinamismo se conseguem formular novos objectivos mais complexos no tempo.

Prevenir cedo nas crianças quer dizer poupar dinheiro.

Prevenir cedo nas crianças quer dizer evitar menos adultos em prisões, menos adultos em hospitais psiquiátricos, menos adultos a lucrarem ou a morrerem às mãos da droga.

Prevenir cedo nas crianças quer dizer evitar o vazio dos adultos das nossas sociedades (Strecht, 1997, p. 126).

Referências

- Alarcão, M. (2002). *(des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I. M. M. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- Bergano, S. (2002). *Filosofia da Educação de Adultos*, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carneiro, Roberto (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem. 21 Ensaios para o século 21*. Vila Nova de Gaia (2.ª edição Maio 2003). Fundação Manuel Leão.
- Delors, Jacques (1996). *Educação: um tesouro a descobrir* (9ª ed.). Lisboa: Edições Asa.
- Instituto Segurança Social (2009). *Gestão da Qualidade das Respostas Sociais - Lar de Infância e Juventude*. Instituto de Segurança Social.
- Lei nº 147/99 de 9 de Setembro – *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.
- Magalhães, T. (2003). *Maus-tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.
- Martins de Sá, A. G. P. (2000). *Crianças em risco em famílias de acolhimento: Como se percebem e avaliam*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Ramião, T. (2006). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Anotada e comentada (4ª ed.). Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.

- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família. Perspectiva sistémica*. Porto: Editora Afrontamento. (2ª edição Maio de 2000).
- Rodrigues, A. (1985). *Interesse do menor, contributo para uma definição*. Revista Infância e juventude.
- Saraiva, A. J. (1996). *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. I. Lisboa: Gradiva, pp.10-11.
- Silva, M., H., D. & al. (2004). *Crianças e Jovens em risco - Da investigação à intervenção*. Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Almedina.
- Smith, M, Forrest, B., Garland, P. & Hunter L. (2005). *Secure in the knowledge: Perspectives on practice in secure accommodation*.
- Strecht, Pedro; Crescer Vazio (1997) – *Repercussões Psíquicas do Abandono Negligência e Maus Tratos em Crianças e Adolescentes*. Assírio & Alvim.
- Ward, A. (2006). Models of “ordinary” and “special” daily living: matching residential care to the mentalhealth needs of looked after children. *Child and family social work* (11).

Pobreza e Exclusão Social no Bairro da Mãe d'Água

Poverty and Social Exclusion in the Bairro da Mãe d'Água

Maria do Nascimento Mateus – mmateus@ipb.pt

Verónica Fonseca - veronica.vcf@hotmail.com

Zaida Pina - zaida_rap@hotmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objectivos analisar a situação socioeconómica dos moradores do Bairro da Mãe d'Água, as condições habitacionais de cada agregado familiar e compreender os problemas sociais existentes no bairro de forma a concluir se este é ou não gerador de pobreza e/ou exclusão social. Para tal, como metodologia optou-se por um estudo de caso, onde a técnica de pesquisa utilizada foi o inquérito por questionário, aplicado a cinquenta e oito moradores do referido bairro e algumas entrevistas informais feitas ao técnico responsável pelo Sector de Habitação da Câmara Municipal de Bragança, a quem cabe, no momento, a responsabilidade da administração do mesmo.

Palavras-chave: condições habitacionais, problema sociais, exclusão social, pobreza.

Abstract

This work was aimed to analyze the socioeconomic situation of the residents of the District of the Mother of Water, the housing conditions of each family and understand the social problems existing in the district in order to conclude whether or not this is generating poverty and / or exclusion social. For such methodology as it was a case study where the technique was used to search the survey by questionnaire, applied to fifty-eight residents of the neighborhood and a few informal interviews at the technician responsible for the Housing Sector of the City Council from Bragança, which has at the moment, the responsibility of the administration of it.

Keywords: housing conditions, social problems, social exclusion and poverty.

Introdução

O presente trabalho, subordinado ao tema Pobreza e Exclusão Social no Bairro da Mãe d'Água, foi realizado por um grupo de alunos da Escola Superior de Educação, do curso de licenciatura em Educação Social, que efectuaram as suas práticas de Intervenção Sócio-Educativa na Câmara Municipal de Bragança, durante o ano lectivo de 2007-2008.

Nas II Jornadas de Educação Social - *Dinâmicas Sociais – Espaços de Pensamento: a intervenção social em contexto de crise*, foi apresentada uma comunicação, a publicar na Revista EduSer, cuja reformulação é da responsabilidade das autoras.

Os objectivos definidos para a concretização do estudo foram: analisar a situação socioeconómica dos moradores do Bairro da Mãe d'Água, as condições habitacionais de cada agregado familiar e compreender os problemas sociais existentes no bairro de forma a concluir se este é ou não gerador de pobreza e/ou exclusão social. Neste sentido, foram, teoricamente, abordados os conceitos de pobreza e exclusão social, descritos os factores, as causas, os domínios e as dimensões desta problemática.

Enunciado o problema - Será que bairro social da Mãe d'Água oferece aos seus moradores condições habitacionais condignas, de forma a que estes o sintam como um espaço onde gostam de viver e não como lugar gerador de pobreza e ou exclusão social? Colocaram-se, de imediato, algumas questões para as quais se pretendem obter respostas.

Poderá a situação socioeconómica dos moradores do bairro contribuir para a degradação das habitações?

Serão as condições de habitabilidade adequadas a cada agregado familiar?

Poder-se-ão combater os principais problemas sociais existentes no bairro?

Que razões levam os moradores a sentirem -se excluídos da vida social?

Os indicadores que possibilitaram o desenvolvimento de opiniões foram os indicadores biográficos (idade, sexo, habilitações académicas, situação profissional), os indicadores interactivos (gostar de viver no bairro, boa relação com os moradores, ordenamento territorial das habitações, possibilidade de transferência de moradores, espaços destinados para convívio social, instituições que beneficiam os moradores, condições habitacionais, opinião sobre o bairro, existência de problemas sociais, possibilidades de exclusão pelos moradores e de viver noutra bairro, viver num bairro social é factor de exclusão) e o indicador resultado (Pobreza e exclusão social no Bairro Da Mãe d'Água).

Foi utilizada uma metodologia com base num estudo de caso de uma situação, onde as técnicas de pesquisa usadas permitiram a análise e interpretação dos dados, obtidos através de inquéritos por questionários e que permitirão tecer algumas considerações finais.

Conceitos de Pobreza e de Exclusão Social

A noção de pobreza data de longe e descreve uma condição objectiva de carência. Neste sentido, é importante salientar que a pobreza e a exclusão social são dois termos que se encontram interligados, ou seja, a pobreza pode gerar exclusão social e vice-versa. Todavia, na perspectiva de Clavel (2004), nas duas últimas décadas *o termo «exclusão social» tende a substituir o de «pobreza» para traduzir algumas formas de disfuncionamento da sociedade moderna* (p. 21).

No que se refere à exclusão social, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2003) pode dizer-se que é um termo recente, todavia muito generalizado, aplicando-se em variadíssimas situações. É de referir, ainda, que a exclusão social está *directamente relacionada com a insatisfação, o mal-estar de todo o ser humano quando se encontra em situações nas quais não pode realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para a sua família* (p.13).

A exclusão social surgiu da agudização das desigualdades sociais originadas pelo desenvolvimento económico. Esta situação resulta de uma relação de oposição entre aqueles que movimentam os seus recursos, no sentido de participarem socialmente e aqueles que não dispõem desses recursos, tornando-se, assim, incapacitados para o fazer. Portanto, é possível verificar que exclusão social e pobreza não se podem dissociar (Rodrigues *e tal.*, (s/d).

Evolução da Pobreza e da Exclusão Social em Portugal

Em relação a Portugal, pode-se dizer que a revolução do 25 de Abril de 1974 trouxe mudanças a todos os níveis. Começaram a sentir-se transformações profundas que constituíram o processo de modernização, no entanto, estas transformações geraram instabilidade política, económica e social. Devido à passagem de um regime ditatorial para um regime democrático houve movimentos migratórios que deixaram de existir e outros que marcaram profundamente Portugal, nomeadamente, os retornados. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2003), o aumento da população, associado à instabilidade presente no país, acentuou as assimetrias entre a população, levando a um aumento da pobreza e consequente exclusão social.

Sobre a incidência da pobreza em termos regionais, concluiu-se que a zona de Portugal, que na década de 90 possuía níveis de pobreza mais baixos, era a região de Lisboa e Vale do Tejo, com maior incidência no Alentejo (Costa *e tal.*, 1998). Ainda, de acordo com os mesmos autores, apesar da pobreza ser uma realidade predominantemente rural, a situação de pobreza é qualitativamente pior nos centros urbanos. Na óptica do mesmo estudo, a população mais afectada pela pobreza é a população idosa e as famílias com poucos membros. Além disso, a pobreza está mais associada a agregados representados por mulheres, a representantes familiares com níveis de instrução baixos, a trabalhadores por conta própria, a dependentes de pensões e a famílias com elementos mal remunerados. Estes factos devem-se, em grande parte, ao crescimento populacional que se verificou nas décadas anteriores e que contribuiu para o aumento dos desequilíbrios na distribuição espacial da população, acentuando-se as assimetrias regionais.

Na perspectiva de Rodrigues *et al* (s/d), actualmente, existe uma nova pobreza que se contrapõe à pobreza tradicional. Enquanto a primeira está relacionada com as *reestruturações económicas e tecnológicas e com os seus efeitos no sistema produtivo* (p. 67), nomeadamente, no que se refere ao desemprego e à precariedade do emprego, a segunda está associada a uma *situação crónica* (p. 67), que enquadra um estatuto inferior e desvalorizado. Assim, de acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística) citado pelos autores anteriores, em 2005, mais de dois milhões de pessoas, viviam em situações de pobreza, o que corresponde, aproximadamente, a 1/5 da população.

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que a pobreza e conseqüente exclusão social está intimamente ligada com o desenvolvimento económico e tecnológico do país e com as desigualdades que advêm desse progresso.

Factores e causas da Pobreza e Exclusão Social

A pobreza e a exclusão social possuem um carácter multidimensional e sistémico, que permite identificar os factores e as causas que estão na sua origem. De acordo com Eduardo (2008) estes fenómenos resultam da *interacção e convergência de múltiplas desvantagens sociais que desencadeiam no seu conjunto um cenário propício à sua propagação* (p.21). Na perspectiva do mesmo autor, estes dois fenómenos têm subjacentes factores do tipo macro (globais), meso (locais) e micro (pessoais e familiares). Os primeiros dizem respeito à organização e funcionamento dos sistemas económicos e financeiros predominantes no Mundo, numa determinada altura. Os segundos têm origem nas políticas e nos elementos culturais dominantes e têm impacto a nível local. Por fim, os factores do tipo micro, envolvem variáveis como a dimensão e estatuto da família, saúde, idade, educação, projectos de vida, oportunidades, opções pessoais, entre outros. Estes factores são muito importantes para perceber as interacções que se estabelecem ao nível social e pessoal. É também com base nestes factores, que se percebe a origem das causas da pobreza e da exclusão social.

Em relação às causas, pode-se dizer que não existem causas específicas para a existência de pobreza e de exclusão social, no entanto, existem algumas dimensões que propiciam mais do que outras o aparecimento destas duas variáveis. Dessas dimensões, destacam-se: a família, a idade e a educação.

Relativamente à primeira dimensão, constata-se que a transmissibilidade intergeracional é uma via que propicia a perpetuação do fenómeno, pois as condições de vida da família

condicionam o futuro dos elementos mais jovens, uma vez que, não têm um acesso generalizado a recursos materiais disponíveis nem a aspectos sociais e culturais.

A idade é outra dimensão que propicia o aparecimento da pobreza e da exclusão social, pois os idosos estão mais expostos às problemáticas referidas devido aos baixos rendimentos que advêm das pensões e ao facto de viverem sozinhos e isolados.

No que respeita à educação pode-se dizer que esta, é talvez, a dimensão mais importante para explicar as causas da pobreza e da exclusão social. A educação está ligada a todas as dimensões da vida humana e social. Como a população mais pobre não possui ou possui baixos níveis de educação e de formação profissional, é-lhe dificultada a sua inserção no mercado de trabalho.

Em suma, poder-se-á dizer que o fenómeno da pobreza e da exclusão social pressupõe um ciclo vicioso, ou seja, as pessoas não conseguem investir em si próprias pois têm poucos rendimentos e não conseguem auferir melhores salários porque não têm formação pessoal qualificada.

Pobreza e Exclusão Social – Domínios e Dimensões

Domínios da pobreza

Existem vários domínios onde se pode verificar a existência da pobreza, entre os quais se destaca, a habitação, saúde, educação, emprego ou desemprego (Almeida *e tal.*, (1994).

Relativamente às condições de habitação, o autor refere que, a pobreza poderá corresponder a uma situação habitacional precária, onde o conforto é inexistente, devido aos elevados graus de insalubridade, de superlotação e de inadequação geral dos alojamentos. É de salientar, por exemplo, os bairros de lata ou bairros degradados, onde várias famílias partilham o mesmo alojamento, o número médio de pessoas por divisão é elevado e poucos têm acesso às infra-estruturas básicas, tais como, electricidade, água, rede de esgotos, recolha de lixo, entre outros. Assim, pode-se concluir que as más condições habitacionais, sinónimo de famílias com um nível económico baixo, fazem com que estas pessoas fiquem mais vulneráveis à exclusão social.

A saúde é outro domínio influenciado pela pobreza. Na perspectiva de Clavel (2004), o mau estado de saúde das pessoas em situação de pobreza, poderá levar ao questionamento sobre as dificuldades e desigualdades de acesso aos serviços de saúde. Neste sentido, o autor afirma que *A situação económica dos indivíduos determina, no essencial, o seu grau de acesso aos cuidados de saúde assim como a sua cobertura social efectiva* (p. 90).

As pessoas com poucas possibilidades económicas procuram menos os serviços de saúde, portanto, esta população está mais vulnerável a contrair doenças, a ter elevadas taxas de mortalidade infantil, tendo por isso uma esperança média de vida mais baixa (Almeida *et al* (1994).

No que diz respeito à Educação, o mesmo autor menciona que, tal como acontece nas dimensões da exclusão social, a falta de educação poderá aumentar as situações de pobreza. Por outras palavras, à pobreza associam-se níveis de escolaridade baixos e tardios, saídas precoces do sistema educativo e reprovações, resultando numa maior proporção de analfabetos e uma baixa escolaridade. Desta forma, a inserção no mercado de trabalho torna-se mais difícil e quando esta acontece, processa-se em empregos mal remunerados e precários.

O emprego/desemprego poderá ser um factor conducente de pobreza. Na perspectiva de Clavel (2004) esta situação verifica-se, pois *se o trabalho dá recursos (salário), a perda do emprego acarreta um empobrecimento das pessoas ou das famílias.* (p. 72). Por outras palavras, poder-se-á dizer que o desemprego ou o emprego precário e mal remunerado impede os indivíduos de acederem a estilos de vida mais dignos.

Dimensões da exclusão social

A exclusão social poderá ter origem em diversas dimensões, nomeadamente, na família, escola, etnicidade, toxicodependência e emprego.

Relativamente à família, de acordo com Clavel (2004) as mudanças familiares ocorridas a partir dos anos 60 conduziram a situações de exclusão social, uma vez que se verificou a destruição dos laços familiares tradicionais. Por outras palavras, actualmente, verifica-se uma desresponsabilização parental e um abandono familiar, por parte de algumas famílias, o que conduz a situações de exclusão social.

O estilo de vida actual é dirigido para a urbanização, individualização e utilidade económica, conduzindo a uma redução do espaço de intervenção familiar na socialização e educação dos filhos. A emancipação da mulher e o isolamento da família sobre o seu núcleo central (pais e filhos), em conjunto com outras situações, tais como, o desinteresse e a falta de supervisão dos pais, a habitação em lugares degradados e o insucesso escolar, poderão conduzir a fenómenos de exclusão social. Em suma, algumas famílias são vítimas de exclusão social, pois possuem estilos de vida incompatíveis com o que está estabelecido socialmente. Todavia, é importante salientar que a exclusão social, também, se verifica devido a atitudes racistas e xenófobas.

No que diz respeito à escolaridade, a mesma autora afirma que, o analfabetismo, os baixos níveis de escolaridade, uma vida académica marcada pelo absentismo, pelo insucesso ou pelo abandono escolar, são factores de risco que poderão conduzir a situações de exclusão social. Neste sentido, pode-se dizer que, apesar das políticas de massificação do ensino, existem indivíduos com dificuldade em lidar com as exigências da sociedade actual, nomeadamente, com as novas tecnologias. Portanto, as expectativas em relação à escola nem sempre são correspondidas, originando, por vezes, sentimentos de frustração por parte do indivíduo.

De acordo com Clavel (2004) a escola é a instituição onde são depositadas expectativas, esperanças e apostas no futuro. Desta forma, pode-se dizer que *o futuro de cada um depende dela: a formação proporciona a capacidade de arranjar um emprego, de ter recursos e um estatuto social que permitam condições de existência e familiares decentes* (p. 101). Ou seja, a educação influencia várias áreas da vida do indivíduo, seja pela positiva ou pela negativa.

A etnicidade dos indivíduos poderá ser outra dimensão que conduz à exclusão social. Esta situação verifica-se, pois a sociedade nem sempre concede, às minorias étnicas condições de legalização, igualdade e dignidade humana. Portanto, estas minorias, muitas vezes, submetem-se a trabalhos precários e mal remunerados, a escolas que não respondem às suas necessidades e a habitações sem condições mínimas desejáveis.

A toxicodependência, segundo a mesma autora, é um problema que pode levar à exclusão social. Isto acontece porque a maioria dos toxicodependentes estão desempregados, porquanto a sua condição dificulta a inserção no mercado de trabalho. Além disso, grande parte destas pessoas provêm de famílias desestruturadas, possuem uma vida académica marcada pelo insucesso escolar, têm dificuldades em estabelecer relações interpessoais, entre outros. Em suma, a toxicodependência encerra em si, um conjunto de situações problemáticas que levam o toxicodependente a ser rotulado negativamente pela sociedade.

Em relação ao trabalho, Clavel (2004) afirma que este confere estatuto social ao indivíduo e, por sua vez, o desemprego origina a perda deste estatuto. Ou seja, o desemprego ocasiona *a perda de um reconhecimento social e de todo e qualquer sentimento de utilidade social* (p.73). O emprego confere também uma rede de relações interpessoais que são postas em causa quando o indivíduo fica desempregado. Isto acontece, porque *O desempregado perde não só as suas relações de trabalho, como também o sentimento de vergonha acaba por afastá-lo das suas redes de amigos com as quais já não se sente em sintonia* (p. 73). Todavia, para além do estatuto social e da rede de relações interpessoais, o reconhecimento, a dignidade e a auto-estima também dependem do nível de inserção do indivíduo no mundo do trabalho. Existem, contudo, alguns grupos sociais, mais

vulneráveis e susceptíveis à dificuldade de encontrar emprego e, por conseguinte, à exclusão, dos quais se destacam, desempregados de longa data, certas minorias étnicas (sobretudo as de origem africana, asiática ou cigana), deficientes, famílias monoparentais, pensionistas, entre outros.

Caracterização global do Bairro da Mãe d'Água

Pretende-se que com a caracterização global do Bairro da Mãe d'Água se compreenda, a sua evolução, desde que o bairro foi construído até ao momento presente. Para tal foram tidas algumas conversas informais com o técnico superior responsável pelo Sector da Habitação da Câmara Municipal de Bragança.

O Bairro da Mãe d'Água foi inaugurado a 1 de Dezembro de 1979, tendo por isso, uma existência de vinte e oito anos. A sua construção teve como principal objectivo alojar pessoas carenciadas, tanto a nível habitacional como económico. Portanto, o bairro pretendia acolher pessoas que se encontravam a viver em barracas, pessoas oriundas das ex-colónias, designadamente, os retornados e população de etnia cigana. Actualmente, o bairro aloja cerca de 270 moradores, porém nem todos possuem estas características.

É importante ressaltar que, inicialmente, este bairro pertencia ao IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação de Património Habitacional do Estado) e era denominado Bairro do Fundo do Fomento de Habitação da Mãe d'Água. Todavia, uma vez que, esta entidade não possuía serviços descentralizados, era incapaz de gerir satisfatoriamente as necessidades colectivas da população, aumentando, cada vez mais, as situações de carência. Neste sentido, mediante a incapacidade de gerir o bairro, o IGAPHE, em 2005, delega a administração deste espaço, de forma gratuita, à Câmara Municipal de Bragança, passando a ser denominado Bairro Social da Mãe d'Água.

A transferência deste bairro para a Câmara Municipal de Bragança representa um peso de cerca de 45%, no conjunto das casas que a Câmara Municipal possui para a habitação social.

Em relação ao espaço externo, pode-se dizer que o Bairro é constituído por oito blocos, cada um com três entradas. Estas entradas, possuem entre dois e três andares, o que corresponde a 124 fracções habitacionais. É de salientar que este bairro não possui passagem para automóveis entre os blocos e são as traseiras dos mesmos que estão voltadas para a estrada nacional, ao invés das entradas principais. Neste sentido, conclui-se que este bairro é um espaço fechado e isolado. Como espaços positivos, destaca-se a existência de um parque infantil, de um campo de futebol e de basquetebol, de alguns espaços verdes e de algumas

instituições de apoio, tais como a Igreja, o Centro Social e Paroquial do Santo Condestável, a Assistência Médica Internacional (AMI), a Instituição Reaprender a Viver, o Rendimento Social de Inserção (RSI), entre outros.

É um bairro antigo, fechado, isolado, habitado por pessoas carenciadas e problemáticas, associado, inicialmente, a uma má gestão, que se encontra, actualmente numa situação de degradação galopante.

Análise e apresentação dos resultados

Metodologia

Com o objectivo de analisar a situação socioeconómica dos moradores do Bairro da Mãe d'Água, as condições habitacionais de cada agregado familiar e de compreender os problemas sociais existentes no bairro de forma a concluir se este é ou não gerador de pobreza e/ou exclusão social, foi utilizada uma metodologia com base num estudo de caso de uma situação, onde as técnicas de pesquisa usadas permitiram a análise e interpretação dos dados, obtidos através de inquéritos por questionários e de entrevistas informais. Os questionários foram aplicados por um grupo de alunos a realizar intervenção socioeducativa no sector de habitação e acção social da Câmara Municipal de Bragança e foram construídos com questões fechadas e abertas, pois segundo Deshaies (1992) as questões fechadas são utilizadas com o objectivo de recolher dados quantitativos e as questões abertas permitiram uma análise qualitativa baseada nas justificações das respostas dadas pelos inquiridos.

O questionário foi dividido em duas partes, em que na primeira, com quatro *itens*, foram recolhidos os dados biográficos da população e na segunda, com vinte e um *itens* os dados que permitiram a informação sobre a representação e percepção da habitação, das condições de vida e da exclusão dos mais pobres por viver no Bairro da Mãe d'Água.

A análise qualitativa baseada nos dizeres justificativos dos inquiridos foi feita através da análise de conteúdo que, segundo Krippendorff (1980) (citado por Silva e Pinto, 1986) é uma técnica de investigação que permite fazer inferências. Através da análise de conteúdo é possível perceber o que acontece, o que é importante, quais as características associadas aos diferentes objectos e qual a estrutura de relações entre os mesmos.

A amostra aleatória incidiu sobre cinquenta e oito inquiridos, num universo de 270 moradores que, apesar deste número não corresponder à maioria das habitações, é importante referir que representa mais de 50% das habitações.

A aplicação dos inquéritos tornou-se extremamente difícil. As portas ou se encontravam fechadas porque os habitantes estavam ausentes, ou não se abriam porque não queriam responder à nossa solicitação, estando presente um certo receio de que algo pudesse acontecer com as suas respostas, ou porque as pessoas se recusavam a preencher manifestando que não tinham tempo, que já tinham respondido a outros, ou ainda porque outras não se encontravam em boas condições emocionais e psicológicas para o fazerem. Alguns moradores estavam sobre o efeito de álcool e drogas, chegando mesmo a agredir verbalmente o grupo que as interpelou.

Depois de ganhar a confiança dos inquiridos foi feita a aposta de aplicar os inquéritos, no fim-de-semana, nos dias 11, 12 e 13 de Abril de 2008, pois seria a forma de encontrar um maior número de pessoas disponíveis para o efeito. O grupo, acima referido, propôs-se a realizar os inquéritos por questionário em todas as casas. Todavia, o número de inquéritos preenchidos ficou muito aquém das expectativas.

Alguns dos moradores que se encontravam ausentes estavam, de momento, a realizar trabalhos sazonais noutros países, sobretudo, França e Espanha. Embora a Câmara Municipal de Bragança tivesse conhecimento que existem algumas pessoas nesta situação, não pode intervir, legalmente, desde que estas cumpram com os seus deveres, nomeadamente, com o pagamento das rendas.

Análise e apresentação dos resultados

Como se pode constatar no gráfico 1, a maior parte dos inquiridos encontram-se numa faixa etária superior aos 65 anos de idade, correspondendo a uma percentagem de 29,3%. Dos restantes, 24,1% pertencem à faixa etária dos 25 aos 39 anos; 22,4% à faixa etária dos 55 aos 64 anos; 17,2% têm idades compreendidas entre os 40 e os 54 anos; 5,2% encontram-se entre os 18 e 24 anos; e 1,7% têm menos de 18 anos de idade.

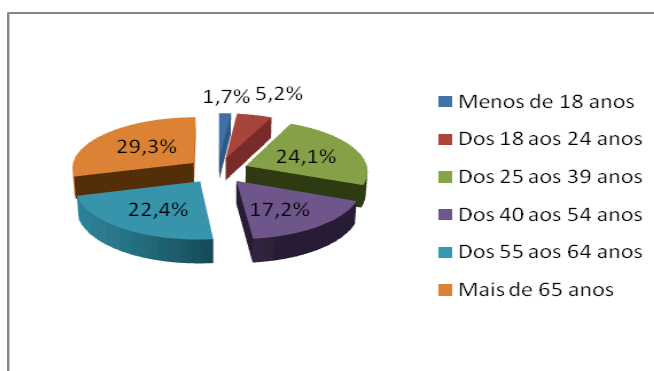


Gráfico 1 – Idade dos moradores do Bairro da Mãe d'Água

- Relativamente ao sexo, como se pode verificar no gráfico 2, 27,6% pertenciam ao sexo feminino e 72,4% ao sexo masculino.

- Quanto às habilitações académicas, como se observa no gráfico 3, a maioria dos inquiridos possuía pouco ou nenhum grau académico, correspondendo 36% ao 1º ciclo, e 31% às pessoas sem escolaridade. Além destes, 12% possuem o 3º ciclo; 10% o ensino secundário; 9% o 2º ciclo; e 2% licenciatura ou equivalência.

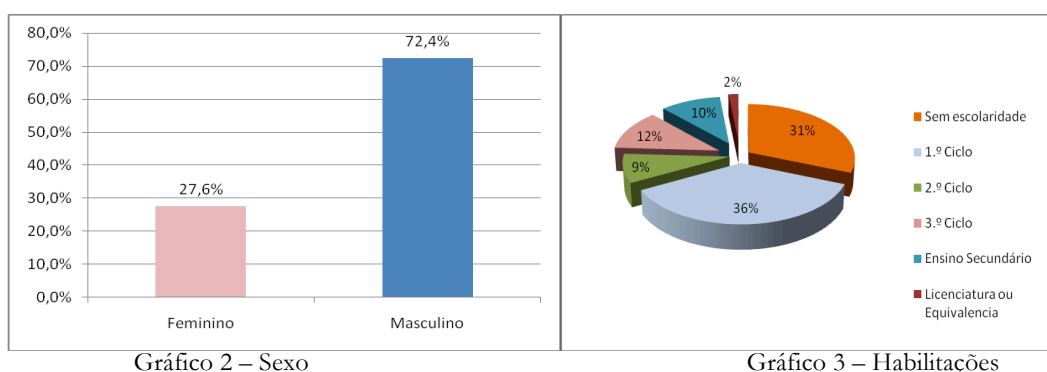


Gráfico 2 – Sexo

Gráfico 3 – Habilitações

- A situação profissional actual evidenciada no gráfico 4, permitiu verificar que 45% dos inquiridos são pensionistas; 27% são trabalhadores por conta de outrem; 17% estão desempregados; 9% são domésticas; e 2% são estudantes.

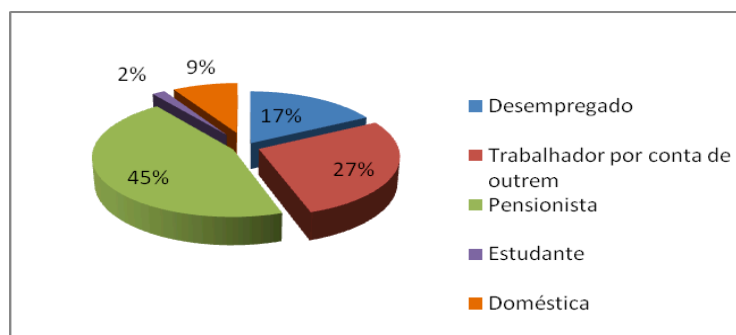


Gráfico 4 – Profissão actual dos moradores do Bairro da Mãe d'Água

- No que respeita ao facto de viver no bairro, como mostra o gráfico 5, 67,2% referiu que gosta, os restantes 32,8% referiram que não gostam de viver neste local.

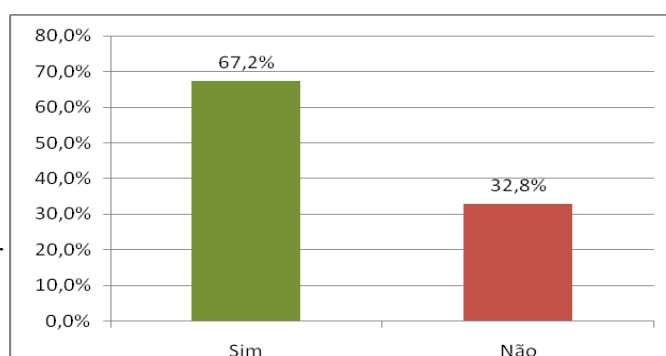


Gráfico 5 – Gosta de viver no bairro da Mãe d'Água

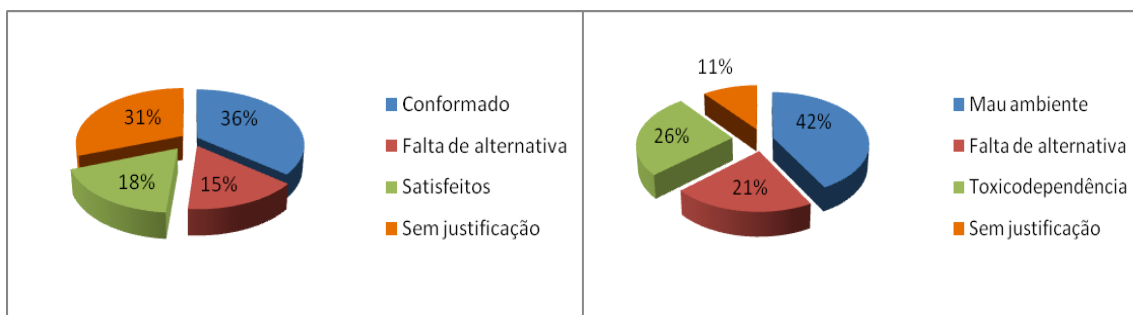


Gráfico 6 - Justificação para o Sim

Gráfico 7 - Justificação para o Não

Das pessoas que responderam gostar de viver no Bairro, como mostra o gráfico 6, 36% justificaram estarem conformadas com a situação; 31% não justificaram; 18% dizem estar satisfeitos; e 15% são obrigadas a morar no bairro porque não têm outra alternativa

A justificação para os que dizem não gostar de viver no bairro, presentes no gráfico 7, deve-se, sobretudo, ao mau ambiente existente no bairro, correspondendo a 42%; 26% à toxicodependência; 21% à falta de alternativa; e 11% não justificaram.

- Quando questionados acerca da relação que mantêm com os moradores do bairro, 93,1% referiram que tinham uma boa relação mas, pelo contrário, 6,9% responderam que não, como se pode verificar no gráfico 8.

Relativamente às pessoas que responderam que tinham uma boa relação com os moradores, 70% afirmaram que era uma relação de companheirismo; 24% estabeleciam uma relação de afectividade e 6% não justificaram, como se pode verificar no gráfico 9.

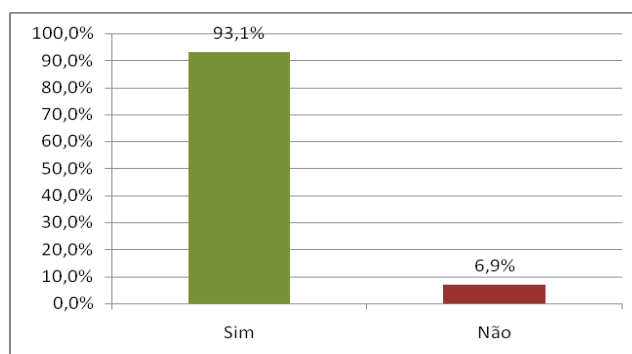


Gráfico 8 – Relação entre os moradores do Bairro da Mãe d'Água

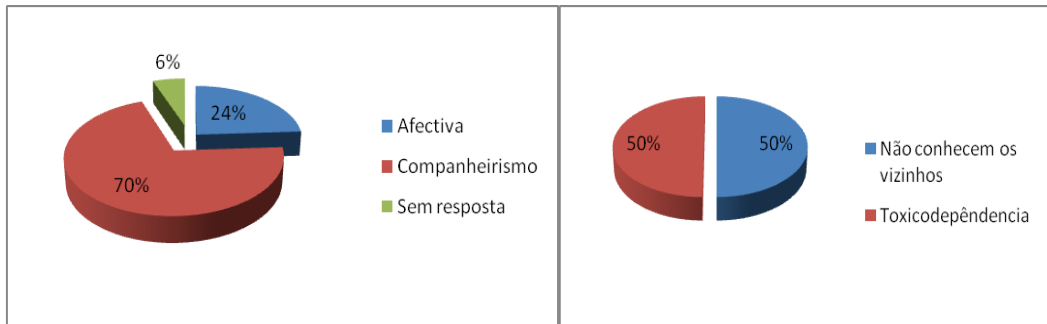


Gráfico 9 – Tipo de relação

Gráfico 10 – Justificação para o Não

Quanto aos que disseram não ter ruma boa relação com os outros moradores 50% justificaram que não conheciam os vizinhos e os outros 50% disseram ser por causa da toxicodependência, como mostra o gráfico 10.

A maior parte das pessoas, 98,3%, consideraram importante haver uma boa relação entre indivíduos que partilham o mesmo espaço; 58% por questões de segurança; e 17% para evitar problemas. No entanto, 9% refere que é importante mas complicado; e 16% não justificou. É de salientar que apenas 1,7% da população inquirida, mencionou que não é importante haver uma boa relação, pois não se pode dar confiança, como se pode verificar, respectivamente nos gráficos 11, 12 e 13.

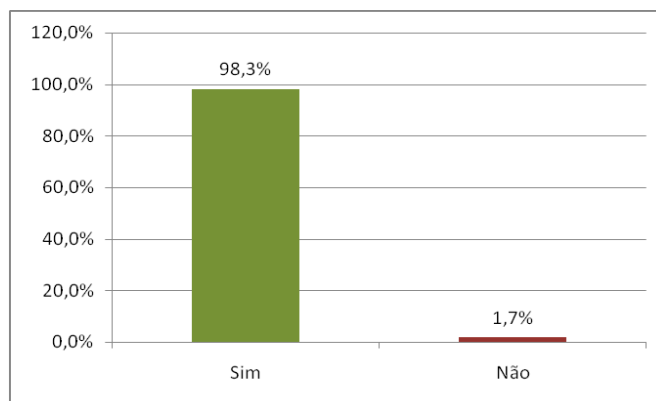


Gráfico 11 – Importante uma boa relação

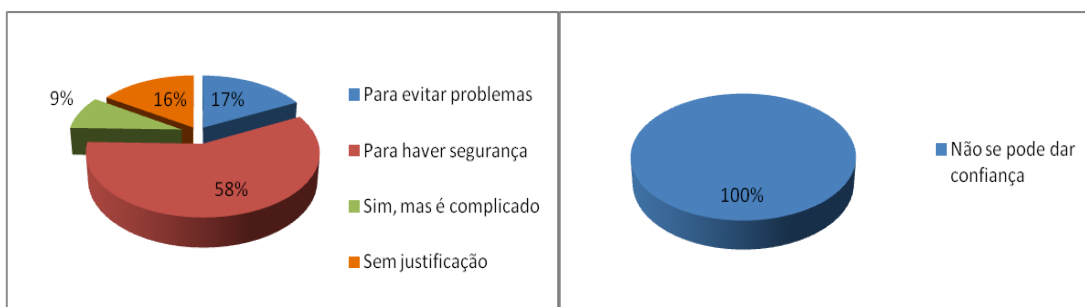


Gráfico 12 – Justificação para o Sim

Gráfico 13 – Justificação para o Não

- Quanto ao ordenamento territorial das habitações, 63,8% não se encontravam satisfeitos com a disposição das casas, 32,8% concorda e para 3,4% é indiferente.

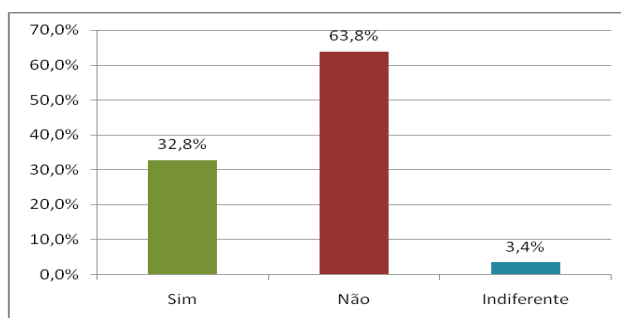
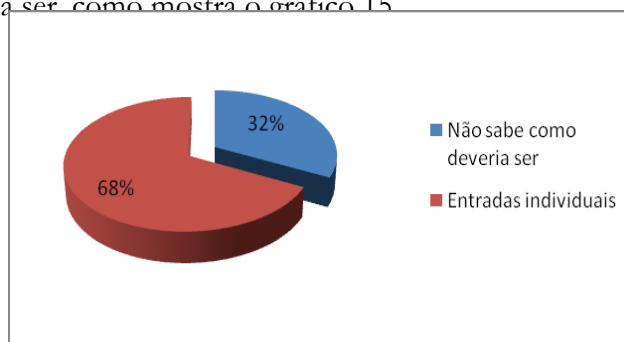


Gráfico 14 – Concordância com o ordenamento territorial

Dos 63,8%, 68% preferiam entrada individual; 32%, embora não estejam satisfeitos, dizem não saber como deveria ser, como mostra o gráfico 15.



Gráfica 15 – Como deveria ser feita

- Em relação à possibilidade de haver transferência de moradores, como se pode observar no gráfico 16, a maior parte dos inquiridos, 72,4%, respondeu que é necessário transferir alguns moradores. Por sua vez, 25,9% refere que não é necessário e, ainda, 1,7% não respondeu.

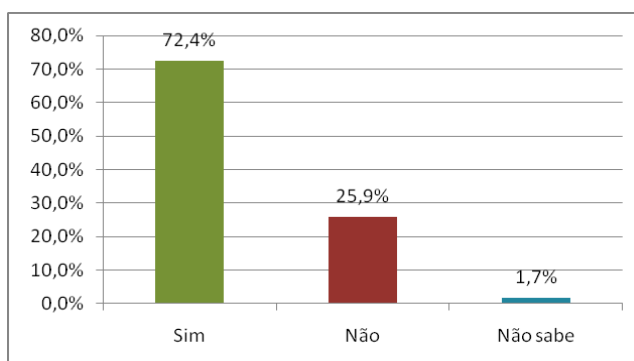


Gráfico 16 – Possibilidade de transferência de alguns moradores

Dos que responderam positivamente, 44% das pessoas justificaram-se pelos problemas sociais; 26% pela mobilidade dos idosos, pois existem idosos a viver em andares superiores, tendo dificuldade de descer e subir escadas; 14% pelo excesso ou falta de

compartimentos para o agregado familiar; 14% não respondeu; e 2% mencionaram a injustiça, referindo haver moradores a viver no bairro com possibilidades económicas, tal como evidencia o gráfico 17.

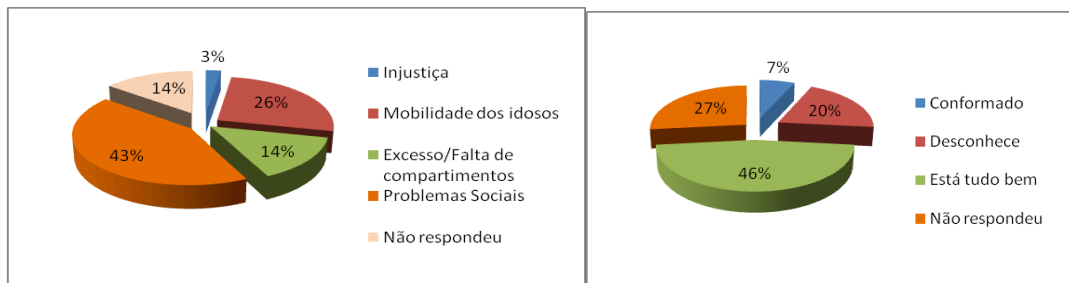


Gráfico 17 – Justificação para o Sim

Gráfico 18 – Justificação para o Não

Para os que responderam não 46% disseram estar conformados com a situação, 27% não responderam, 20% desconhecem a situação e para 7% estava tudo bem, como se constata pela observação do gráfico 18.

- Quanto aos espaços destinados para convívio social, 67,2% dos inquiridos referem que estes não existem, todavia, 32,8% referem que existem espaços para convívio. É de salientar que das pessoas que responderam que o bairro não dispõe de espaços destinados para convívio social, 51,7% consideram necessário a existência desses espaços; 43% destas vêm esses espaços como sendo importantes para conviver; 17% afirmam que são necessárias para os idosos; 10% consideram que é importante existir espaços para convívio social, mas estes não devem ser frequentados por todos; e 17% não justificaram a sua opção. Pelo contrário, 12,1% mencionaram que não são necessários estes espaços; sendo que 57% destes referiram que não se pode dar confiança a toda a gente; 29% disseram que muitos iam destruir estes espaços; e 14% não justificaram, como se pode constatar pela observação, respectivamente dos gráficos 19, 20, 21 e 22.

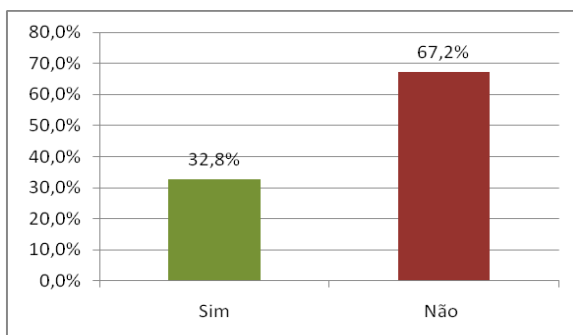


Gráfico 19 – Espaços para convívio social

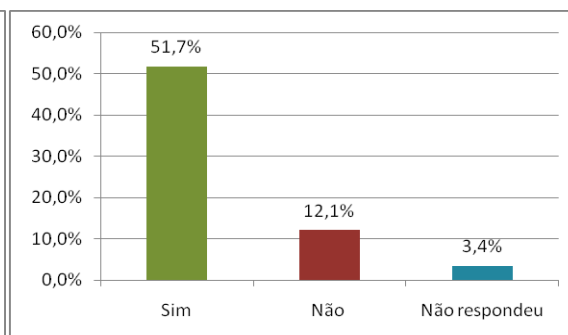


Gráfico 20 – Necessidade de espaços para convívio social

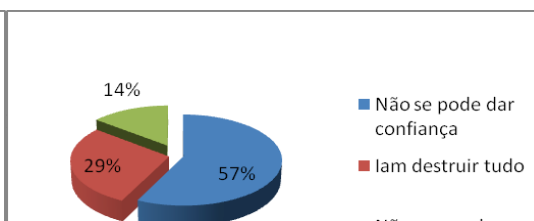
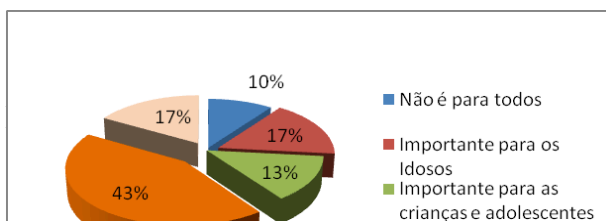


Gráfico 21 – Justificação para o Sim

Gráfico 22 – Justificação para o Não

- Quando questionados sobre a existência de instituições que beneficiam os moradores do bairro, 77,6% afirmaram que existem; 15,5% que não existem; e 6,9% não têm conhecimento. Dos que responderam afirmativamente, 42% fizeram referência à igreja; 18% ao Santo Condestável; 8% à instituição Reaprender a Viver; 8% à escola; com a mesma percentagem referiram o estabelecimento comercial, outros 8% um pavilhão desportivo; 5% indicaram o parque/jardim recreativo; 1% um lar; 1% a Segurança Social; e com a mesma percentagem o Centro de Apoio a Toxicodependentes (CAT), como se pode observar, respectivamente, nos gráficos 23 e 24.

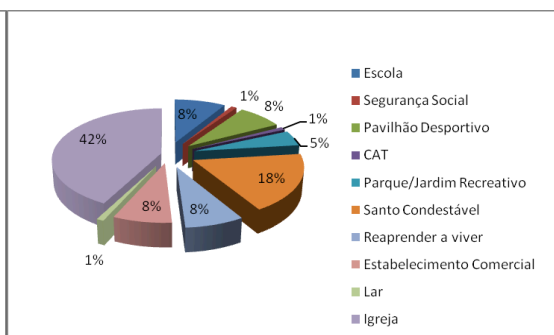
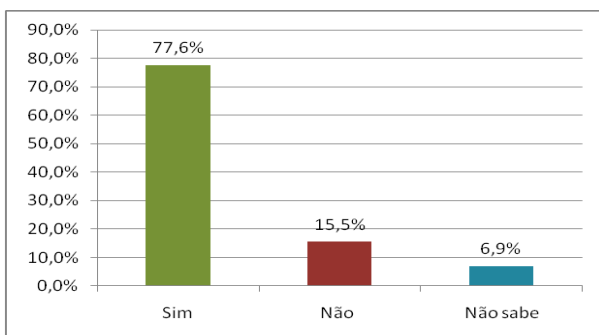


Gráfico 23 – Instituições que beneficiem os moradores

Gráfico 24 – Nome das Instituições

- No que se refere às condições de habitação, mais concretamente à relação entre o número de quartos e o número de residentes, podemos observar no gráfico 25, que a maioria, 65%, tinha quartos em excesso; 21% possuíam quartos suficientes para o agregado familiar; e 14% referiram que não tinham quartos suficientes.

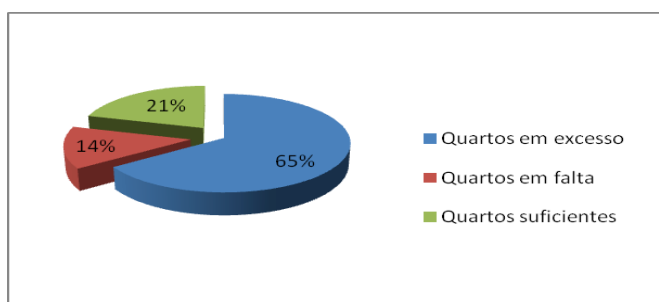


Gráfico 25 – Relação número de quartos/número de residentes

Como mostra o gráfico 26, 55,2% dos inquiridos referiram beneficiar de condições mínimas de habitação desejáveis; e 44,8% disseram que não.

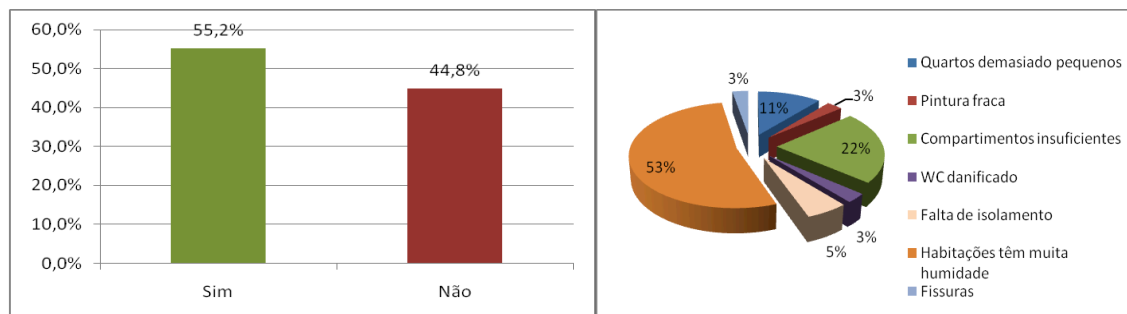


Gráfico 26 – Habitação com condições mínimas

Gráfico 27 – Motivo de insatisfação

Dos que responderam negativamente, como mostra o gráfico 27, 53%, indicaram que o motivo da sua insatisfação se deve à existência de humidade; 22% não disseram não terem compartimentos suficientes; 11% mencionaram que os quartos são demasiado pequenos; 5% indicaram que a sua habitação tem falta de isolamento; 3% referiram a existência de uma pintura fraca na habitação; com a mesma percentagem fizeram referência às fissuras nas habitações; e outros 3% ao WC danificado, ou sem condições.

- No que respeita à opinião destes inquiridos sobre o próprio bairro, 28% apontaram que o bairro é carenciado; outros 28% que é marginal; 25% consideraram que existem pessoas conflituosas dentro do bairro; 7% vêem o bairro como sendo seguro; 6% afirmaram ser um bairro problemático; 3% vêem o bairro como inseguro; 2% encararam o bairro como não tendo problemas; e 1% referiram que existem pessoas perigosas dentro do mesmo, como se pode verificar no gráfico 28.

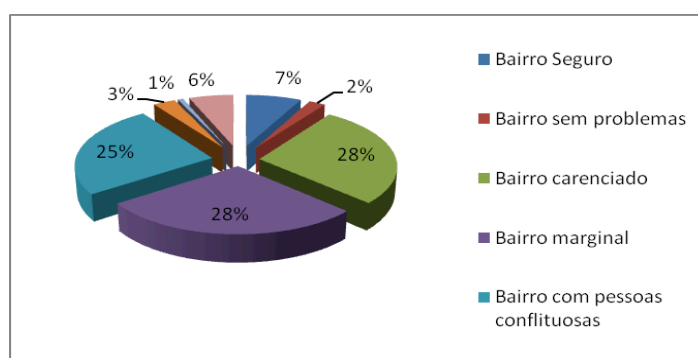


Gráfico 28 – Opinião sobre o Bairro

- Quanto à existência de problemas sociais no bairro, pode ler-se nos gráficos 29 e 30, respectivamente, que 100% dos inquiridos afirmam que existem. Das respostas obtidas, 29% dizem respeito à toxicod dependência; 20% ao alcoolismo; 16% ao analfabetismo; 15%

referem-se à marginalidade; 10% devido à violência; 7% à prostituição; e 3% relativo a doenças infecto-contagiosas.

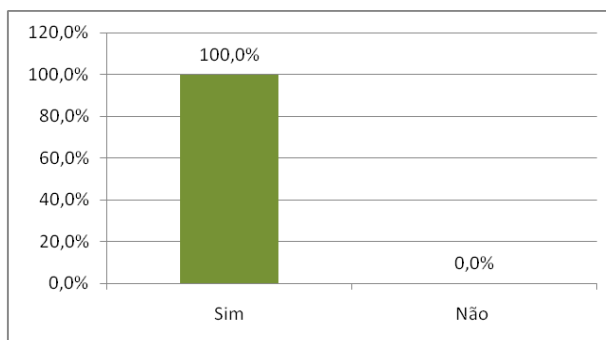


Gráfico 29 – Existência de problemas sociais no bairro

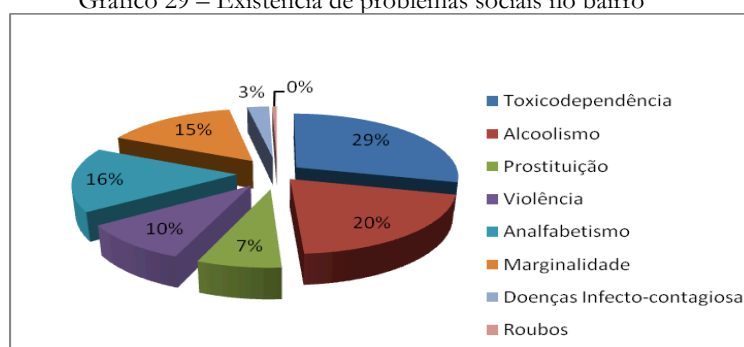


Gráfico 30 – Problemas sociais do Bairro

- Relativamente ao facto do Bairro da Mãe d’Água ser gerador ou não de pobreza, 62,1% responderam que sim; e 37,9% que não. Das áreas onde sentem mais pobreza, 27% dos inquiridos apontam para os serviços de saúde; 24% para questões de emprego; 21% relativos a problemas de acesso à educação; 18% em áreas como a habitação; e 10% referem os tempos de lazer, como se verifica, respectivamente nos gráficos 31 e 32.

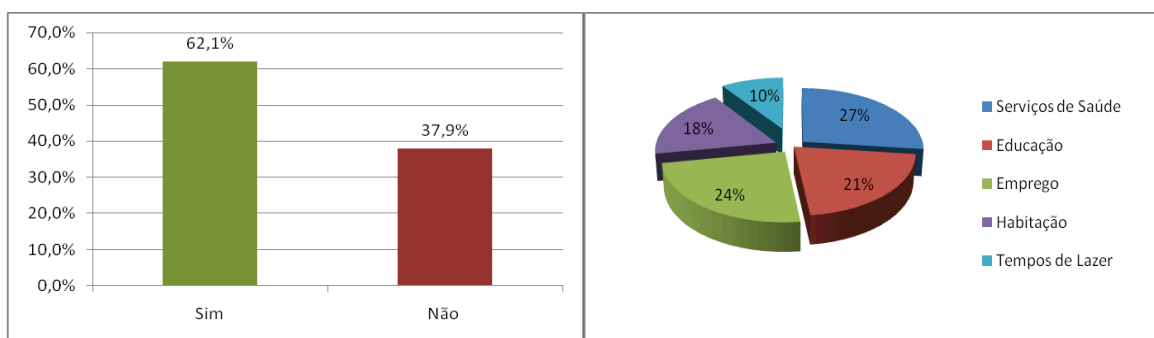


Gráfico 31 – O Bairro é ou não gerador de pobreza

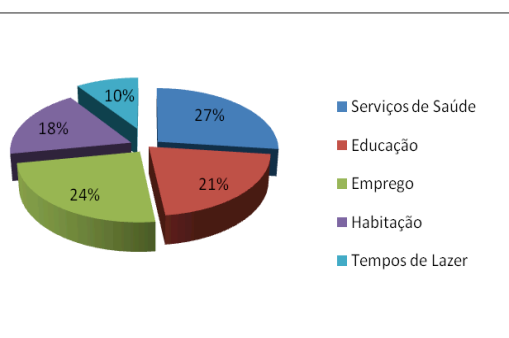


Gráfico 32 – Áreas onde se sente a pobreza

Através dos gráficos 33, 34 e 35 pode observar-se, respectivamente, que as dificuldades de oportunidades de emprego, pelo facto de viverem num bairro social são, para 22,4% um facto prejudicial e real; 77,6% dizem que não é prejudicial. Dos que responderam sim, 100% indicam que existe uma má ideia em relação ao bairro. Das respostas negativas, 49% não

justificaram; 33% referem que o sítio onde se mora não influencia estas oportunidades; 11% já possuíam trabalho; e 7% destacam que só não trabalha quem não quer.

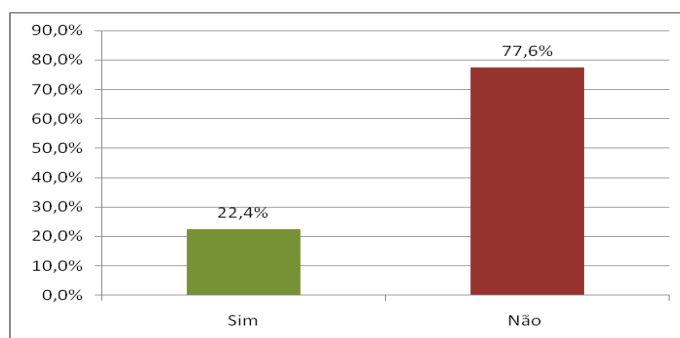


Gráfico 33 – Dificuldades de oportunidades de emprego

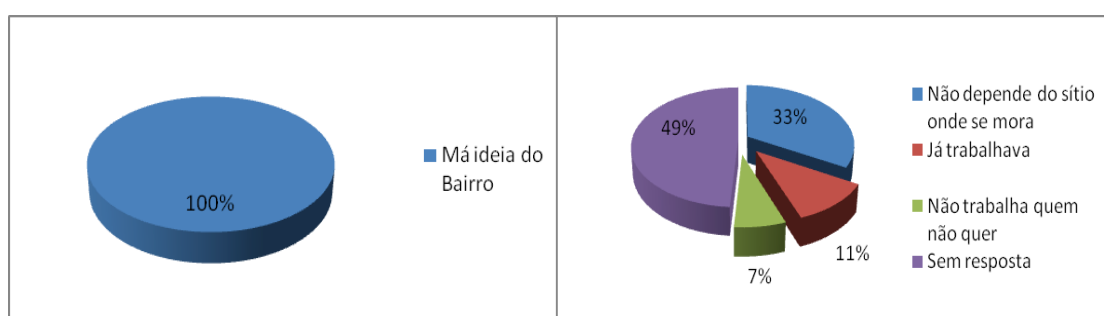


Gráfico 34 – Justificação para o Sim

Gráfico 35 – Justificação para o Não

- Considerando a possibilidade de ser excluído pelos moradores do bairro, 96,6% dos inquiridos responderam que não, e 3,4% responderam sim. Das justificações obtidas para o não, 37% referem que se relaciona com todos; 29% dizem que não dá confiança; e 34% não justificaram. Quanto às respostas afirmativas, 50% explicam que o facto de pertencer à igreja evangélica influencia na relação com os outros; sendo que outros 50% não justificaram, como se pode observar nos gráficos 36, 37, e 38, respectivamente.

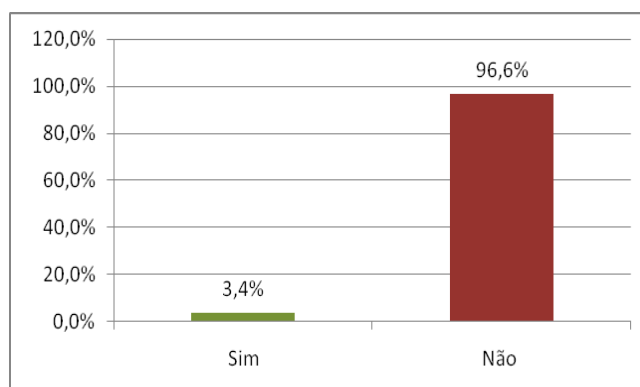


Gráfico 36 – Exclusão pelos moradores do Bairro

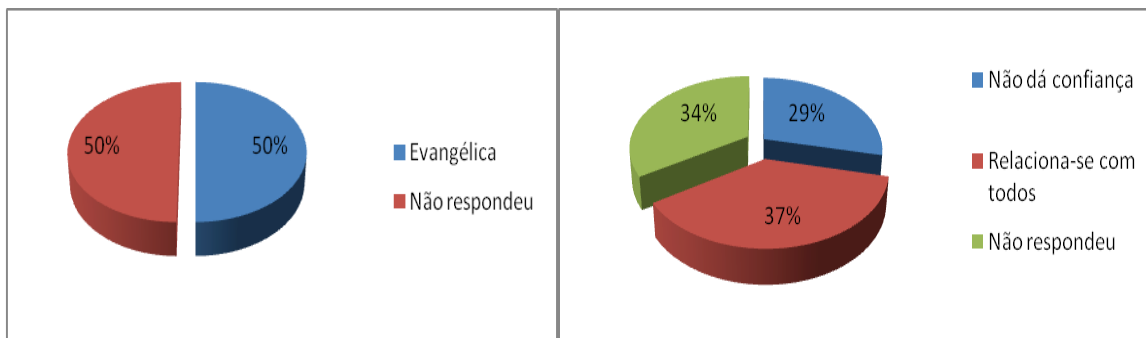


Gráfico 37 – Justificação para o Sim

Gráfico 38 – Justificação para o Não

- Quando questionados sobre a possibilidade de viver noutra cidade de Bragança, 53,4% afirmam preferir viver noutra cidade; 44,8% referem que não; e 1,7% não responderam. Dos inquiridos que responderam sim, 79% não justificaram; 16% não gostam de viver no bairro; e 5% justificam que o bairro se encontra distante do seu local de trabalho. Contudo, daqueles que referem querer permanecer no bairro, 92% mencionam estar habituados a viver neste local, daí se sentirem bem; 4% possuem afinidade com as pessoas do bairro; e outros 4% não justificaram. É importante salientar que a maior parte das pessoas que responderam não querer mudar de bairro, são idosas o que pode explicar o seu conformismo. Esta análise está presente, respectivamente, nos gráficos 39, 40 e 41.

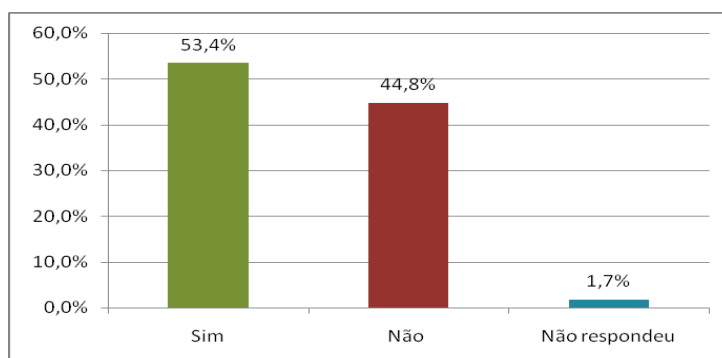


Gráfico 39 – Preferência por viver noutra Cidade

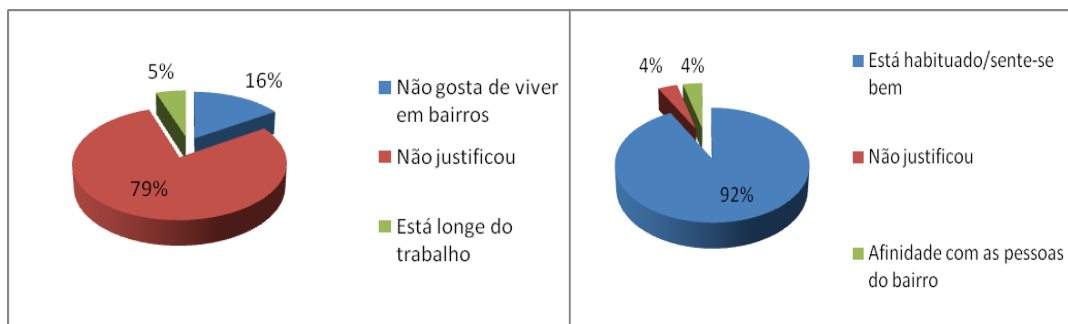


Gráfico 40 – Justificação para o Sim

Gráfico 41 – Justificação para o Não

- Quanto ao fenómeno da exclusão social, pode observar-se nos gráficos 42, 43 e 44, respectivamente, que 69% aludem que o facto de viver no bairro social não contribui para a

exclusão social; porém, 38% afirmam que contribui. Dos que referem que o facto de viver no bairro social contribui para a exclusão social, 78% justificam ser pela imagem negativa do bairro; 5% dizem que é consequência da pobreza do bairro; e 17% não justificaram. Dos 38% que responderam negativamente, 55% afirmam nunca se ter apercebido deste fenómeno; e 45% não justificaram.

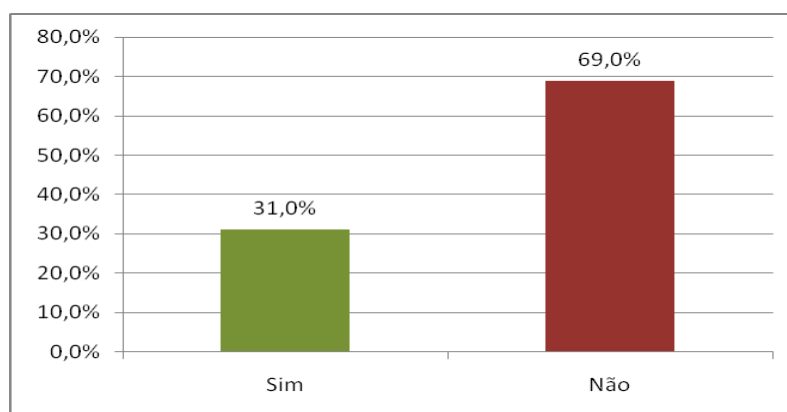


Gráfico 42 – Viver num bairro social contribui ou não para a exclusão social

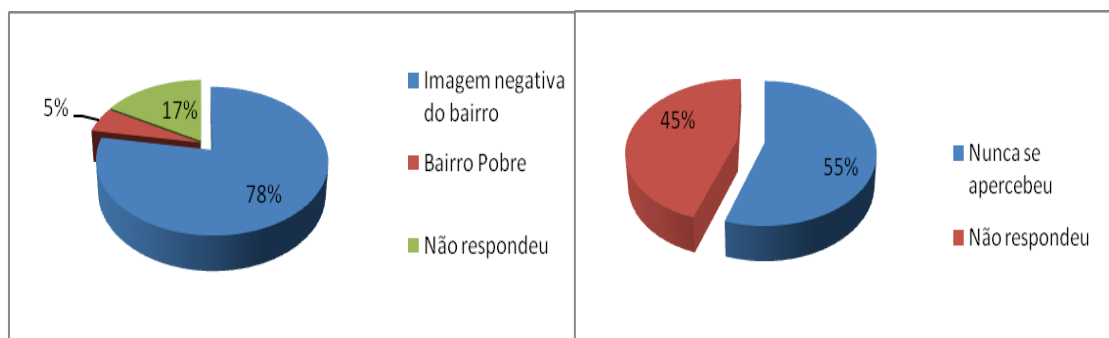


Gráfico 43 – Justificação para o Sim

Gráfico 44 – Justificação para o Não

Considerações finais

Relativamente ao estudo realizado no Bairro da Mãe d' Água, e a partir da análise obtida através dos inquéritos por questionários, constata-se que o bairro é envelhecido e que a maior parte das pessoas possui pouco ou nenhum grau académico, existindo alguns casos de analfabetismo. Quanto ao facto de viver no bairro, a maioria das pessoas sente-se

conformada, o que não significa que estejam satisfeitas, gostam de viver no bairro mas consideram necessário haver transferência de alguns moradores.

Quanto ao exterior do bairro, é importante referir que na opinião dos moradores, o bairro possui espaços verdes, embora sejam insuficientes, degradados e mal aproveitados.

Em relação aos espaços de convívio social, os moradores mencionam que são insuficientes, e que não devem ser frequentados por todas as pessoas, para não serem utilizados para outros fins.

No que respeita às condições de habitação, a maior parte dos moradores referem ter quartos em excesso para o seu agregado familiar. No entanto, mencionam problemas nas habitações, nomeadamente, a humidade, pintura fraca, fissuras, falta de isolamento, entre outros.

De um modo geral, pode afirmar-se que o bairro é carenciado, marginal, pobre, com pessoas conflituosas, e que a maior parte dos moradores preferia viver noutro local.

Importa, ainda, referir que todos os inquiridos mencionam haver problemas sociais no bairro, designadamente, a toxicod dependência. e o alcoolismo.

Contudo, os seus moradores consideram que o Bairro da Mãe d'Água é um bairro gerador de pobreza, porém não um bairro de exclusão social.

Sugestões

Tendo em conta os problemas mencionados pelos inquiridos, o grupo sugere realizar uma intervenção faseada no bairro. Esta intervenção começaria pelo melhoramento das infra-estruturas, requalificação do espaço interior e exterior do bairro, aumento dos espaços verdes e melhoramento dos já existentes, repavimentação das ruas, abertura de espaços de convívio social e mais policiamento, no sentido de aumentar a segurança e combater o tráfico de droga.

Referências Bibliográficas

- Almeida, J., Capucha, L., Costa, A., Machado, F., Nicolau, I. e Reis, E. (1994). *Exclusão Social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*. 2ª Edição. Oeiras: Celta Editora.
- Clavel, G. (2004). *Sociedade da Exclusão: Compreendê-la para sair dela*. Porto: Porto Editora.
- Costa, A., Baptista, I., Cardoso, A., Rasgado, S.. (1998). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: A região de Lisboa e Vale do Tejo*. Lisboa: Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social.
- Deshaies, B. (1992). *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Fernandes, A. (1991). Formas e mecanismos de exclusão social. *Sociologia*, 3 (vol.I, I série), 9-66.
- Organização Internacional do Trabalho, (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal: Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra: Programa STEP-BIT/Genebra.
- Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., Januário, S. (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia*, 3, 63-101.
- Silva, Augustos Santos e Pinto, José Madureira (1986). *Metodologias das Ciências Sociais* (8ª Edição). Lisboa: Edições Afrontamento.

A intervenção social num contexto de riscos naturais, tecnológicos e sociais
The social intervention in the context of natural, technological and social hazards

André Garibaldi Herculano – andgher_geo@hotmail.com

Resumo

A evolução epistemológica da teoria do risco, nas suas perspectivas físico-natural, tecnológica e social será objectivo principal deste artigo. Neste cenário merece destaque a posição de charneira da geografia permitindo centralizar o contexto social do risco nas suas interações com os fenómenos naturais, tecnológicos e ambientais, bem como a afirmação da interdependência “do social” como factor e tipo de risco. Serão discutidos determinados aspectos metodológicos do risco, desde a sua percepção e o seu grau de vulnerabilidade, à sua manifestação e representação social, amplificação e atenuação, até à sua prevenção e mitigação, por via da contingência, destacando-se a intervenção ao nível da educação social. A transversalidade do tema riscos não pode nem deve prescindir da intervenção social, e esta deve ser crítica ao nível das políticas de combate aos riscos que se impõem à sociedade.

Palavras-chave: *Risco; vulnerabilidade; bacia de riscos, percepção do risco, contingência, mitigação.*

Abstract

The evolution epistemological theory of risk in their physical perspective-natural, technological and social will be the main objective of this article. In this scenario deserves highlight the position hinged geography allowing centralize the social context of risk in their interactions with the natural phenomena, technological and environmental, as well as the assertion of interdependence "social" factor and risk type. Will be discussed certain methodological aspects of risk, since its perception and their degree of vulnerability, their demonstration and social representation, amplification and attenuation, until their prevention and mitigation, by contingency, intervention at the level of social education. The transversality theme risks may waive social intervention, and this should be critical policies to combat the risks are society.

Keywords: *risk; vulnerability; risk basin; perception risk; contingency, mitigation.*

Introdução

O título definido para o presente artigo: - “*A intervenção social num contexto de riscos naturais, tecnológicos e sociais*” tem em consideração que a evolução epistemológica das ciências cindínicas envolve um longo e faseado percurso de afirmação dos seus ramos ou grupos de riscos, desde a sua interdependência à sua complementaridade.

Tal evolução reveste-se de elevado nível de complexidade, pois se é possível considerar cada grupo de riscos isoladamente, também é possível que se conjuguem e assim constituírem-se novos ramos, ou sub-ramos de riscos, tais como, os riscos naturo-sociais, tecno-sociais, tecno-

naturais, ou então, e porque não, o grupo dos riscos sócio-ambientais ou naturo-tecno-sociais, na medida em que determinado risco natural se desencadeie por vulnerabilidade a determinado risco tecnológico e cujas repercussões se verifiquem sobre as sociedades.

A título de exemplo podemos dar o clima urbano que pela conjugação entre a actividade do homem e os factores climáticos numa área urbana têm implicações sobre as variáveis climáticas e ambientais e estas sobre os grupos de indivíduos que frequentam a cidade e nela residem.

Para além da problemática classificativa em torno dos riscos desde os naturais aos tecnológicos e sociais, também as questões metodológicas devem ser encaradas nas suas vertentes de análise, em função da percepção que se tem do mesmo e do nível de vulnerabilidade que pode manifestar, para na fase final do estudo se integrar a intervenção social.

Quanto à intervenção social será atribuída relevância ao seu papel sócio-educativo face ao risco, quer ao nível da prevenção e do comportamento, quer ao nível da percepção do perigo e do risco em si.

A teoria do risco, conceito e desenvolvimento epistemológico dos riscos naturais e tecnológicos aos riscos sociais

De acordo com F. Rebelo (1999), da Universidade de Coimbra, no seu estudo intitulado “*A teoria do risco analisada sob uma perspectiva geográfica*”, não existe ninguém, por menos instruído que seja, que não tenha uma ideia sobre o que são os riscos. O mesmo autor (2001) considera *risco «uma noção pré-científica», na sua opinião, não existia ainda qualquer ciência do risco e toda a gente falava dele* (p. 239).

F. Mendes (2007) começa por concordar com o conceito anteriormente apresentado, uma vez que é impossível afirmar que não havia experiência do perigo antes da era moderna. Todavia, a noção de risco é ainda relativamente recente e *tem como meta a reorientação das relações das pessoas com os acontecimentos futuros* (p. 36).

Mendes (2007) refere que a palavra risco teve o seu primeiro registo no século XIV embora ainda sem a conotação clara de perigo que se corre. Foi no século XVI com o Renascimento que adquiriu o seu significado moderno.

A autora referindo-se a Spink (2001) afirma que *o risco tornou-se um conceito fundamental na modernidade clássica. O seu processo de conceptualização envolveu o lento desenvolvimento da teoria das*

probabilidades, no início do século XVII, por matemáticos tais como Pascal, Fermat, Leibniz e De Moivre (p. 36).

Nesta perspectiva, foram necessárias transformações epistemológicas internas, aceitando a inferência como base metodológica. Nas palavras da autora (2001) *sem inferência não seria possível uma teoria das probabilidades e seria impossível jogar com o futuro* (p. 38).

Com a emergência da noção moderna de risco sustentou-se um movimento que centralizou as relações sociais sobre o risco ao longo dos séculos.

Já antes, a mesma autora referindo Douglas (1992) tinha considerado o risco como a *técnica moderna de avaliar o perigo, em termos de probabilidade (...) e incerteza* (p. 36).

Segundo Bruseke (2007), após a publicação da “*Sociedade do risco*” por Ulrich Beck (1986) intensificaram-se os debates acerca do conceito de risco e aceitou-se a relação do termo sempre que se pretende *alertar para consequências futuras negativas de uma variedade praticamente ilimitada de fenómenos e de processos* (p. 71).

Uns anos depois, também nos domínios da sociologia, Niklas Luhmann (1991) propõe uma distinção entre risco e perigo. Assim, deve falar-se em riscos quando possíveis danos são consequência da própria decisão e será mais adequado falar de perigos quando os danos ou perdas estão relacionados com causas fora do próprio controlo.

Desde sempre se confundiu a noção de risco com a noção de perigo. Mesmo Georges-Yves Kervin e Patrick Rubise, autênticos pioneiros dessa ciência, deram o título “*L'Archipel du danger*”, em português, “*O arquipélago do perigo*”, ao livro no qual se debruçavam sobre o nascimento de uma nova ciência, ou talvez melhor, de várias ciências a que chamavam as “*clínicas*”, as “*ciências do perigo*”, distinguindo claramente as noções de risco e de perigo, “*prevendo-se que sendo muitos os perigos, será grande o risco, e vice-versa* (Rebello, 1999, p. 239).

Rebello (1999) refere que esta problemática está presente na conceptualização dos conceitos de perigo e de risco desde sempre, mas considera que a *teoria do risco* deve organizar-se em torno de uma sequência de três conceitos: risco, perigo e crise.

Apesar de grande controvérsia a respeito da sequência anterior, esta é aceite pela generalidade dos autores, tais como, Faugères (1995), Robert D'Ercole (1995), Jean-Claude Thouret (1996), Manche (1997), Veyret (1997), entre outros que referem ciência do risco e não em ciência do perigo.

Rebello (1999) e Faugères (1991) consideram, em termos conceptuais, geo-estratégicos, a sequência risco-perigo-crise. De acordo com Rebello (1999) deve considerar-se que o *risco pressupõe um sistema de processos que o determinam e o analisam; que o perigo pressupõe um conjunto de*

percepções e de reacções de acordo com a sua evolução, e a manifestação da crise deve ter presente uma planificação global dos riscos e integral dos recursos essenciais à sua gestão (p. 241).

É evidente que, epistemologicamente, teoria do risco, em particular, e as ciências cindínicas, em geral, apesar de relativamente recentes, detêm um complexo historial de concepção holística.

Deste modo, no que às ciências naturais diz respeito, é reconhecido o especial contributo da geografia como ciência de charneira que permite a transição dos riscos naturais para os riscos humanos, ao mesmo tempo que promove a interdisciplinaridade e complementaridade no que ao estudo dos riscos diz respeito.

Pode aceitar-se que o estudo dos riscos, levado a cabo pela geografia, constitui um elo forte e relevante para o conjunto das ciências sociais na medida em que funciona como um eixo de ligação, dado ser detentora de um objecto cujos objectivos indicam a relação entre as realidades natural e social dos riscos, realidades estas indissociáveis que se interpenetram.

Desde sempre a humanidade se confrontou com a necessidade de conhecimento sobre os riscos e as ameaças proporcionadas pela natureza, motivada pela curiosidade e pelo respeito que estes lhe impõem.

Assim, podem considerar-se os riscos naturais como os primeiros a serem percebidos pelo homem. Saurí (1995) referindo-se a Burton Y Kates (1964) define riscos naturais como *aquellos elementos del médio físico dañinos para el hombre y causados por fuerzas extrañas a el* (p. 149).

O conceito mencionado inere uma perspectiva físico-natural do fenómeno, e, trata-se de um primeiro momento de definição de conceito e objectivo, em tudo semelhante ao ocorrido durante o Renascimento, do qual surgiram as primeiras razões técnicas de definição metodológica, cuja discussão da época levou à distinção entre as ciências físicas e da natureza e as ciências humanas e sociais. Tal evolução é possível de aplicar ao domínio dos estudos geográficos acerca de riscos.

É possível estabelecer uma comparação na linha de pensamento de separação entre os riscos naturais e tecnológicos à semelhança do sucedido entre as ciências humanas e sociais e as ciências físicas e naturais, e que ambos mantêm ligações entre si. Em ambas as circunstâncias merece destaque a papel de charneira da ciência geográfica.

De acordo com Saurí (1995) o estudo dos riscos naturais trata de uma *componente clássica de tradição ambientalista da geografia* (p. 148), que mais tarde passou a considerar os riscos de origem antrópica, vulgarmente designados por tecnológicos.

Note-se, que estes últimos interferem, em simultâneo, no domínio ambiental e no domínio social. Também aqui é possível identificar metodologias de interdependência e de interrelação, aceitando-se que daí derivem os riscos ambientais e os riscos sociais.

Formular uma metodologia de estudo e classificação dos riscos é uma tarefa, no domínio da interdependência, que cada ciência física ou social reclama, embora conceber uma classificação do risco, quanto ao tipo, é um feito a enaltecer no que aos êxitos da complementaridade científica se pode alcançar. Esta classificação constituir-se-ia como suporte base a uma definição do conceito de risco, porém tal tarefa não é simples.

Aliás, se é facto que o estudo dos riscos engloba questões físico-naturais e antrópicas, ambientais e sociais em conjunto, derivando umas das outras e ao mesmo tempo possuem um enraizamento autónomo, a complexidade só pode ser total. Daqui a dificuldade de classificar eficientemente os riscos, tendo como meta o alcançar de uma verdade total.

Duas classificações que são, de facto, o retrato exacto da evolução do conhecimento acerca das ciências cindínicas são apresentadas por Saurí (1995) e Rebelo (2001).

Saurí (1995) começa por identificar e definir riscos naturais. Faz uma alusão sobre as causas de manifestação do risco distinguindo entre *actos divinos* e *actos humanos* (p. 150).

Está claramente a distinguir os riscos de causas naturais dos riscos de causas humanas, mencionando que os primeiros embora não possam atribuir-se a causas humanas, actualmente é cada vez mais ténue a sua fronteira, uma vez que, a influência que o homem exerce sobre o globo terrestre e a sua atmosfera é considerável.

Desta premissa surgem os riscos tecnológicos intimamente associados entre a condição humana (existência individual e colectiva e o ambiente que a rodeia), os processos de produção (recursos, técnicas e equipamentos) e ainda os processos de trabalho (relações entre direcções empresariais e assalariados). Basta que um destes factores seja encontrado para se verificar potencialidade ou probabilidade de manifestação causado por tal risco.

Saurí (1995) refere ainda que vários autores se limitam a definir riscos tecnológicos como ameaças sobre os seres humanos, outros, com o intuito de estabelecer uma separação clara entre riscos naturais e riscos tecnológicos propuseram um novo risco, o risco ambiental.

Os riscos ambientais seriam os acontecimentos extremos da geofísica e os grandes acontecimentos tecnológicos caracterizados pela libertação concentrada de energia e de materiais que se constituem como ameaça indirecta à vida humana e que podem comportar danos sobre as pessoas e o meio ambiente. Pode assim dizer-se que os riscos ambientais resultam da dicotomia entre natural e tecnológico (Saurí, 1995, referindo Smith, 1992, p.150).

Assim, pode-se aceitar que os riscos ambientais resultam de tudo o que ocorre à nossa volta, seja o ambiente natural (risco natural), seja o ambiente construído pelo homem.

Aceitando a classificação apresentada, pois são concretos os argumentos e assumem grande lógica, definitivamente, ao nível das ciências sociais, as contribuições que a geografia tem tecido são bastante significativas para a conceitualização dos riscos tecnológicos, imprescindíveis à identificação de um novo padrão de riscos sociais, do mundo actual.

Os riscos sociais podem classificar-se em riscos sociais exógenos (relacionados aos elementos naturais e às ameaças externas), ou endógenos (relacionados aos produtos das sociedades e às formas de política e administração).

Tal circunstância poderá intensificar nova discussão, como aliás é paradigma científico-social, em torno da classificação dos riscos. Que considera os riscos naturais como os mais tradicionais e novos riscos considerados mais recentes e de carácter tecnológico.

Quando falamos em nova variante dos riscos sociais assumimos estes como pré-existentes, como aliás a contribuição de Rebelo (2001) o permite inferir ao considerar o *risco uma noção pré-científica* (p. 239).

Face ao exposto é possível inferir que os riscos exógenos sociais são riscos tradicionais e os resultantes da tecnologia por cruzamento e intensificação das manifestações físicas, para a sociedade são novos riscos.

O mesmo se aceita para os riscos endógenos, na medida em que os problemas tradicionais da sociedade se agravam e assumem proporções, antes improváveis, e novas variantes, antes impensáveis, sobretudo resultantes da globalização, produto da tecnologia.

A segunda classificação apresentada é proposta por Lourenço (2006) que de forma mais condensada, apresenta três grandes conjuntos de riscos: naturais (aqueles em que o fenómeno que produz os danos tem a sua origem na natureza), antrópicos (em que o fenómeno causador do dano tem origem em acções humanas) e mistos (o fenómeno que provoca o prejuízo apresenta causas combinadas, à qual ocorrem condições naturais e acções antrópicas).

Muitas das situações de riscos naturais correspondem a ventos muito fortes e a chuvas intensas, ou opostamente, secas prolongadas, geadas, que quando tardias, são prejudiciais à agricultura e, em época normal, representam um perigo acrescido ao quotidiano social como a circulação de automóveis, o incomodo causado aos peões, entre outros. (Lourenço, 2006, p.109).

Estes riscos são climáticos, mas existem outros que, também, permitem uma percepção das suas repercussões sobre a sociedade, tratando-se pois de riscos tradicionais com repercussões sobre a sociedade, permitem integrar os riscos sociais no conjunto dos riscos tradicionais.

Na classe dos riscos antrópicos Lourenço (2006) integra os riscos tecnológicos, sociais e os biofísicos, logo, tratando-se de novos riscos com causas endógenas e exógenas, permite integrar os riscos sociais no conjunto dos novos riscos.

Os riscos tecnológicos resultam do desrespeito pelas normas de segurança e pelos princípios que regem a produção, o transporte e armazenamento de certos produtos ou que envolvem o uso de determinada tecnologia, dentro do necessário equilíbrio que deverá existir entre a comunidade e o meio ambiente, e que podem manifestar-se com elevadas vulnerabilidades até uma dimensão catastrófica (Lourenço, 2006, p. 110).

Os riscos tecnológicos tal como os naturais interferem sobre a sociedade, porém, em relação aos riscos sociais, o autor (2006) associa-o à *incapacidade de o homem conviver em harmonia com o seu semelhante, dentro dos princípios de liberdade e de igualdade* (p. 111), e refere exemplos, tais como violência, guerra, sabotagem, terrorismo, greve, fome, entre muitos outros, com destaque recente para os riscos económicos e financeiros.

No que aos riscos biofísicos diz respeito, consideram-se *todos os resultantes dos desequilíbrios entre o homem e os outros seres vivos, tais como insectos, vírus, bactérias, fungos e os demais* (p. 111), que num primeiro momento actuam sobre o homem, e num segundo momento, o homem passa também a agente difusor.

Por fim, Lourenço (2006) aborda um último grupo, os riscos mistos, que pela mesma ordem de razão, também os integra no conjunto dos novos riscos. Considera três tipos, riscos mistos de componente atmosférica, resultantes da actividade humana, embora se produzam no seio da atmosfera, como são exemplos a redução da camada do ozono, o agravamento do efeito de estufa e as chuvas ácidas; os riscos mistos de componente geodinâmica, cuja actividade humana tem interferência sobre as forças de geodinâmica interna e externa, riscos de erosão e de desertificação; por fim, os riscos dendrocaustológicos, associados a incêndios florestais.

Outra classificação é a de Faugères (1991) classifica os riscos quanto ao tipo, em dois geo-sistemas, os naturais e os sócio-económicos, para os quais apresenta diversos tipos de riscos e onde integra os riscos tecnológicos, económicos, financeiros, entre outros, no geo-sistema sócio-económico.

A conclusão possível a retirar de entre as classificações expostas, enquadra-se no argumento que sustenta a proposta classificativa de integrar nas classes dos riscos tradicionais e dos novos riscos, na primeira, os riscos naturais e sociais e na segunda, os riscos tecnológicos, ambientais e sociais. Tal concepção apresenta-se na figura 1.

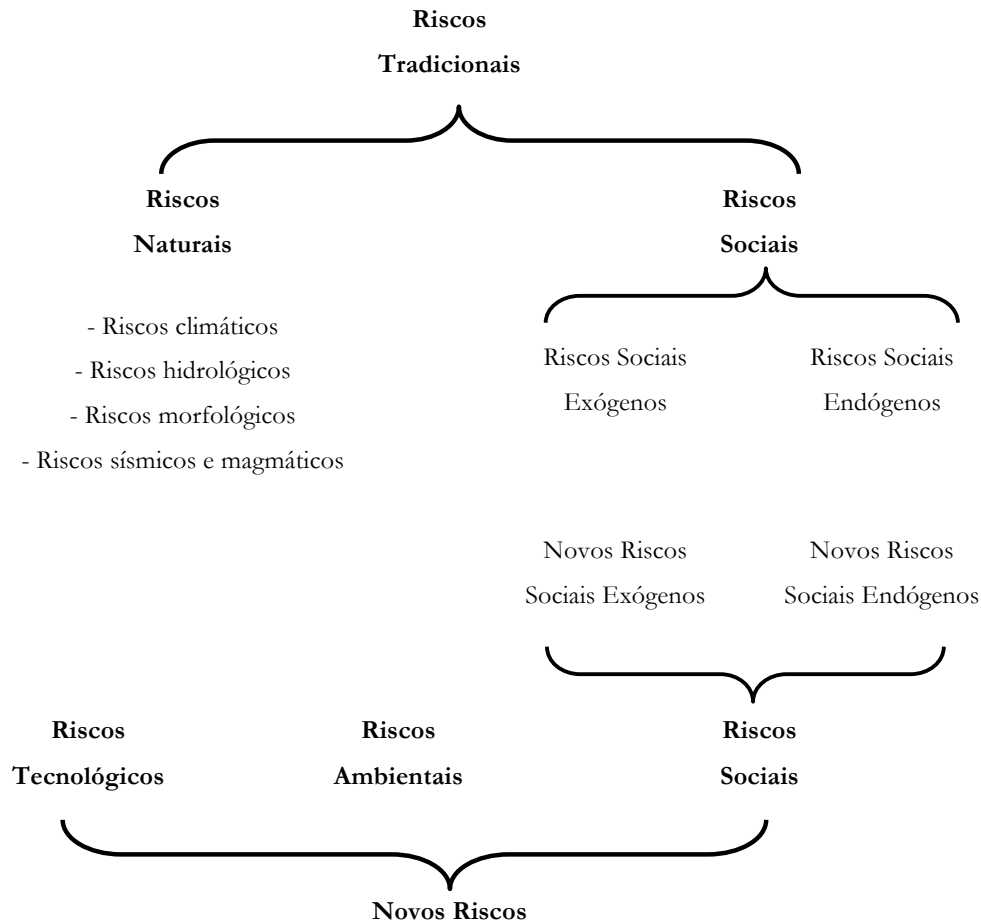


Figura 1 – esquema representativo da tipologia do risco

Porém, tal concepção não é taxativa, pois se por um lado é relativamente simples distinguir várias situações de riscos naturais, por outro lado o seu agrupamento já não é assim, simples.

Podemos classificar os riscos naturais, em tectónicos e magmáticos ou em riscos sísmicos e vulcânicos; riscos geomorfológicos e riscos hidrológicos, porém, dada a sua ligação quase sempre com os riscos climáticos, é preferível falar em riscos climático-hidrológicos ou simplesmente referir-se riscos de seca e riscos de inundação; ou então falar-se em riscos de tsunamis quando de um modo mais abrangente se refira riscos de inundação marinha (Rebelo, 2001, p. 247).

Por outro lado, podemos aceitar a classificação de Lourenço (2006) e integrar os riscos tecnológicos, ambientais e sociais no conjunto dos riscos antrópicos e, em simultâneo, integrar os riscos tecnológicos e ambientais no grupo dos novos riscos, e os sociais no grupo dos riscos tradicionais, tal como acontece com os riscos naturais. Todavia, a complexidade classificativa dos riscos é de tal ordem de grandeza que podemos considerar o grupo dos riscos sociais tradicionais e os novos riscos sociais, resultantes dos riscos tecnológicos e ambientais.

Da (s) (sub) tipologia (s) do risco à vulnerabilidade e percepção do risco

A literatura utilizada deu-nos a oportunidade de nos inteirar de algum conhecimento relevante para a definição e classificação dos riscos. Estas, em termos gerais, apresentam-se bastante complexas e diversificadas.

Todavia, se a classificação geral dos riscos, atrás analisada, é de considerável complexidade, o mesmo não deixará de acontecer dentro de cada um dos grandes tipos de risco.

Quanto aos riscos tecnológicos Rebelo (2001) refere que a sua diversidade é muito grande e alguns deles têm particular incidência sobre o ambiente, todavia, a sua classificação é, também, complexa e cruzada.

Ainda no que diz respeito à classificação dos riscos, Rebelo (2001) distingue *riscos simples* de *riscos complexos*, e na sua sequência a constituição de uma *bacia de riscos*, que o autor considera como a *noção mais geográfica de todas* e a ela se refere salientado que, *quando nos colocamos num determinado local ou numa determinada região, verificamos que estamos sujeitos a um certo número de riscos*. Nesta perspectiva, fala em percepção do risco e salienta o conceito de escala, *a escala taxonómica (local, pequena região, grande região) e a escala do ou dos riscos, que podem ser de grande dimensão ou de pequena dimensão* (p. 251).

Porém, segundo o autor (2001) as duas escalas interpenetram-se, *por um lado, os riscos maiores para uma região podem não se verificar em determinado local dessa região, por outro lado, há locais que estão sujeitos a riscos maiores e regiões extensas que apenas apresentam riscos menores* (p. 251).

De acordo com Rebelo (2001) o estudo fenomenológico da ciência do risco deverá ter sempre presente o tipo de risco e associada a noção de “*vulnerabilidade*”. Este termo apresenta outras designações *os geógrafos franceses têm designado por “aléas”, a ideia de aleatório, os anglo-saxónicos por “hazard”, a ideia de acaso ou casualidade e alguns espanhóis, italianos e portugueses preferiram o termo “perigosidade* (p. 241).

Todavia, Manche (1997) distingue os conceitos de “*aléas*” e vulnerabilidade, referindo que o primeiro faz referência à noção de probabilidade de um fenómeno natural ocorrer com determinada intensidade e frequência, difíceis de quantificar, pois refere-se à noção de risco propriamente dita; relativamente à vulnerabilidade, esta, sim, faz referência ao nível de deterioração potencial de uma sociedade, aquando da manifestação de um fenómeno.

A este respeito também Saurí (1995) é conciso, pois é mais do que evidente a necessidade de clarificar a diferença entre o risco como ameaça potencial e o risco como probabilidade de acontecer.

Manche (1997) distingue vários tipos de vulnerabilidade, tais como, a vulnerabilidade humana, a vulnerabilidade das redes (vias de comunicação entre outras redes), a vulnerabilidade dos equipamentos e estruturas (individuais e colectivas) e a vulnerabilidade secundária (no respeitante directamente aos elementos físicos da paisagem e a sua relação com o sector produtivo, por exemplo afectando a agricultura).

Jean-Claude Thouret (1996) fala em factores estruturais de vulnerabilidade, e identifica os factores sócio-demográficos e económicos, sócio-culturais, físicos, técnicos e funcionais, e, aqui, integra os tipos de vulnerabilidade das redes, equipamentos e estruturas, de acordo com Manche (1997) e já referidos no parágrafo anterior. Por fim, considera também os factores institucionais, políticos e administrativos. A todos eles associa os factores geográficos da vulnerabilidade, que afectam directa ou indirectamente os factores estruturais.

Assim sendo, resulta que as principais preocupações no que diz respeito à vulnerabilidade são as ameaças sobre o ser humano, no que se refere à dimensão social. Quer os riscos exógenos, quer os endógenos devem integrar uma análise técnica, no âmbito da percepção, baseada nos níveis de vulnerabilidade, em que o efeito de amplificação ou atenuação social do risco vai depender da capacidade de resposta das estruturas e processos individuais, sociais e culturais existentes em diferentes contextos.

É imprescindível ter consciência de que classificar os diferentes tipos de riscos em classes ou tipos de riscos é algo subjectivo, dada a transversalidade dos mesmos no que respeita quer às causas que estão na sua origem, quer às consequências que se manifestam a vários níveis, mas a sua particularidade são as implicações sobre o nível de vida e a saúde das populações.

É importante aceitar que os riscos que mais preocupam as sociedades são os imprevisíveis, pois não só é difícil lidar com eles, como os meios de resposta estão longe da eficiência, mas também porque são riscos cujos níveis de vulnerabilidade são elevados e acarretam consequências nefastas para a vida humana, seja ao nível de catástrofes naturais, económicas ou sociais.

No que à sociedade do risco diz respeito não devem descurar-se os efeitos da tecnologia, causadores dos novos riscos sociais e com enorme afectação à globalização. Neste âmbito, podem considerar-se níveis de vulnerabilidade consideráveis, como o aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

Um dos efeitos de maior vulnerabilidade a que se pode assistir no âmbito dos riscos que afectam a sociedade, de acordo com Hespanha e Carapinheiro (2002) é a representação, amplificação/ atenuação social do risco e sua globalização, que pode ser tratado também

numa perspectiva sequencial e que, tal como Saurí (1995) dependem do peso das estruturas e dos processos individuais, sociais e culturais existentes nos diferentes contextos.

Nas palavras de Hespanha e Carapinheiro (2002) é de salientar a relevância que a relação amplificação de risco social e globalização assumem, tais como *processos complexos de ruptura de equilíbrios sociais à escala local* (p. 13), tais como o desemprego cíclico, os empregos precários e mal pagos, a insegurança social, o trabalho infantil, a sobre-exploração das mulheres e idosos, as várias discriminações no trabalho, as migrações forçadas, a miséria, a revolta, racismos, intolerância, entre muitos outros do foro tecno-social relacional dos novos riscos.

Em suma, trata-se de produtos da *civilização industrial moderna, que se orienta para uma nova economia mundializada, assumindo efeitos de incerteza* (p. 13), tal como Ulrich Beck (1986) considera o risco uma incerteza e na continuidade dos autores antes mencionados surgem efeitos, por um lado, não desejados, por outro, não esperados.

Este efeito de amplificação não é mais do que a representação social e sua intensificação dos fenómenos problemáticos atrás mencionados, tal como nos refere Breakwell (2007), na medida em que possibilitam a globalização dos mesmos.

Outro aspecto da globalização que a leitura de Saurí (1995) permite identificar e que justifica o crescente interesse pelos fenómenos cindínicos é resultado da crescente percepção do papel duplo dos mesmos, em especial dos riscos tecnológicos, pois, a tecnologia é um factor de desenvolvimento dos níveis de bem-estar das sociedades humanas. Referindo Simon e Kahn (1984) reforçam que *nunca a sociedade havia gozado de uma situação de bem-estar como a de agora* (p. 152).

Todavia, o progresso da tecnologia implica um maior número de riscos e uma maior degradação do meio ambiente, ou seja, como que uma fonte de riscos, muitos deles à escala global, tais como as alterações climáticas e o aumento do buraco do ozono.

Outro efeito importante que deriva da observação anterior, não apenas específico da sociedade do risco, mas dos riscos antrópicos em geral, tal como Lourenço (2006) os classificou, sejam eles tecnológicos, ambientais ou sociais e em grande medida, dos naturais, é defendido por Hespanha e Carapinheiro (2002) o de existir consciência de que *o risco comporta, em geral, um lado positivo, a probabilidade de se alcançarem as vantagens esperadas, e um lado negativo, a probabilidade de se suportar as desvantagens esperadas* (p. 14). Para os autores é preocupante a desigual repartição dos aspectos positivos e negativos pelos demais grupos e espaços sociais.

Este fenómeno de vulnerabilidade Ulrich Beck (1986) designa de “efeito boomerang”, que introduz alterações na hierarquia social na distribuição dos danos provocados pelos riscos.

Se voltarmos um pouco atrás a respeito da reflexão que Rebelo (2001) realizou sobre a sequência risco-perigo-crise e avaliarmos a relevância que a mesma assume quando se aplicam os conceitos de vulnerabilidade, percepção, contingência e comportamento perante o risco, consideremos as observações apresentadas por Granjo (2006), num artigo da revista “*Análise Social*”, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, intitulado “*Quando o conceito de risco se torna perigoso*” que considera uma sequência na qual, ainda antes da manifestação do risco sobre a forma de crise se percebe a ameaça, podemos aceitar a sequência risco-perigo-ameaça-crise.

Granjo (2006) refere-se ao termo ameaça na tentativa de identificar factores que causem dano à integridade das pessoas, seres ou coisas, desde que a sua existência seja percebida.

A percepção de uma ameaça pode revelar-se por determinado nível de perigosidade, daí constituir-se como um risco. Deste modo, deve ser encarada numa perspectiva de prevenção e de alerta perante uma percepção que pode alertar para níveis de vulnerabilidade catastróficos, ou não, mas onde o importante é ter consciência de que a ameaça está presente, logo o perigo de o risco se manifestar é evidente.

Curiosa é a apreciação aplicada ao termo risco, que na acepção seria uma forma de domesticação da ameaça. Deste modo, Granjo (2006) considera três vertentes complementares: *uma manipulação quantitativa que a pretende tornar cognoscível; uma tentativa da sua previsão probabilística e uma presunção de controlo sobre o aleatório* (p. 1169).

Saurí (1995) ao avaliar os riscos quanto à sua probabilidade, magnitude e consequências de ocorrência enquadra tais perspectivas num nível de vulnerabilidade que se aproxima da percepção que se tem do risco. Neste caso em concreto fala-nos em critérios psicológicos para classificar o grau de manifestação em função da percepção.

Outro conceito importante de esclarecer e que em muito se relaciona com o conceito de percepção quanto à probabilidade e potencialidade de um determinado tipo de risco ocorrer e que permite ao indivíduo ou a uma qualquer sociedade definir o seu comportamento face ao risco, é o conceito de contingência.

Para Niklas Luhmann (1991) mencionado por Bruseke (2007) a contingência denomina algo que não é necessário, nem impossível, por sua vez, Mendes (2007) sublinha que a contingência envolve a *exclusão da necessidade e da impossibilidade*, ou seja, *contingente é colocar fora do reino da necessidade* (p. 43). Nas palavras do autor o conceito de contingência é o resultado de uma dupla negação, primeiro da necessidade e, segundo, da impossibilidade.

Confirma-se também que a contingência é uma forma de percepção que pode assumir duas dimensões. De acordo com Bruseke (2007) a primeira dimensão designa-se de *conceito restrito de risco* (p.43) pois o indivíduo tem consciência dos riscos que terá de enfrentar com a tomada de uma decisão e vai agir em função de possível sucesso ou danos.

A segunda dimensão refere-se a um conceito amplo de risco que Luhmann, mencionado por Bruseke (2007) designa de perigo ou zona de risco e refere exemplos: *regiões de grandes terremotos, teatros de guerra e a ameaça de potenciais usos de armas químicas, biológicas ou nucleares, zonas de proliferação epidémica, etc* (p. 73).

A respeito do conceito de contingência, Mendes (2007) alerta para não confundir tal conceito com a ideia de “*acaso*”, “*imprevisto*” ou “*inesperado*”. Não pelo menos com o que franceses, através da designação atribuída aos riscos de “*aléas*”, a ideia de aleatório ou anglo-saxónicos através da designação de “*hazard*”, a ideia de acaso ou casualidade pretendem inferir sobre a probabilidade ou potencialidade de manifestação de um fenómeno de risco (p. 45).

O conceito de contingência para Mendes (2007) refere-se por um lado à necessidade e por outro à possibilidade e citando Popper (1979) *contingência considera que tudo é possível, porém, não é certo que se verifique. Factos não contingentes são os relógios (...) factos contingentes são nuvens, nem sempre fáceis de prever* (p. 45).

Da percepção do risco ao comportamento e intervenção social frente à contingência e à mitigação do risco

Na sociedade do risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da racionalidade. No auto-conceito da sociedade do risco, a sociedade torna-se reflexiva, o que quer dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria (Gonçalves, 2007, p. 110, referindo Beck, 1995, p. 19).

Faugères (1991) considera que para se compreender a dimensão do risco, é fundamental uma análise em termos fenomenológicos, na qual, importa conhecer como este se manifesta, através de que processos, quais os agentes e quais os impactos.

Depois devem conhecer-se os componentes, os factores, as interações, os fluxos e o balanço do sistema que compreende o risco, devendo proceder-se a uma análise multidimensional, geográfica, ecológica, económica, sociológica, psicológica, entre outras.

É elementar uma análise temporal de probabilidade de manifestação do risco e uma análise espacial, através de cartografia geográfica, também designada por cartografia de riscos, a qual

pode representar a análise do impacto do risco de acordo com a sua vulnerabilidade e representar a bacia de riscos.

Para cartografar o risco e a sua vulnerabilidade é pressuposta uma análise das interacções entre a natureza, a tecnologia, o ambiente e a sociedade.

Mendes (2007) segundo Beirne (1997) defende que a gestão do risco é a preocupação que ganhou novas proporções na sociedade actual, *é um sintoma da cultura contemporânea que agravou os problemas sobre o ambiente, a saúde, a segurança pessoal e o próprio planeta* (p. 40).

Falar em mitigação do risco pressupõe transitar de uma primeira, para uma segunda e nova concepção do risco. Mendes (2007) refere Schedler (2005), num primeiro momento, os avanços em termos de percepção dos padrões de possibilidades relevantes para a sociedade e, num segundo momento, os estudos aprofundados a respeito das causas que despoletam fenómenos cindínicos com o objectivo de um planeamento com acção preventiva.

Esta nova concepção vai permitir encarar cenários catastróficos dentro dos padrões de possibilidades de cada caso. Rege-se pela caracterização do risco como meio para atingir um fim, estabelecendo a ponte entre a percepção do risco e a mitigação do mesmo, para, de algum modo, colocar determinadas manifestações no campo das necessidades indesejáveis.

Deste modo, devem considerar-se determinadas regras da contingência propostas por Schedler (2005) às quais Mendes (2007) faz referência e que dão resposta aos dois momentos atrás identificados.

Uma das regras é a prevenção e mitigação de um determinado risco. Segundo Mendes (2007) aquelas que *formulam respostas para eventos incertos que fogem do controlo dos actores envolvidos, por exemplo, em termos sociais, as regras do comportamento social estipulam as consequências inerentes à prática de determinado acto* (p. 44). Outra regra é aquela que regula o que fazer face a um acontecimento, ou seja, a reacção e comportamento perante um evento cindínico.

Assim, a percepção e a contingência são elementos fundamentais na intervenção frente ao risco. A sociedade em geral, e os actores com poder de decisão, em particular, devem desempenhar e criar as condições necessárias ao aperfeiçoamento da previsão, da acção preventiva, do controlo do perigo e no delinear de esquemas de segurança.

É neste quadro que se deve colocar a meta que denomina o presente artigo, *a intervenção social num contexto de riscos, naturais, tecnológicos e sociais*.

De acordo com Mendes (2007) planejar a contingência é *identificar, gerir e prevenir o risco e os fenómenos contingentes, surgindo como resposta à vulnerabilidade causada pelos riscos sistémicos e globalizados da sociedade contemporânea* (p. 46).

Referindo os autores Martins e Leamaro (1999), *o plano de contingência visa permitir a continuidade da execução das actividades vitais após a ocorrência de uma falha e minimizar os impactos de uma situação de crise* (p. 46).

Segundo Sílvia Portugal (2008, p.2) os novos riscos públicos globais têm confrontado as ciências sociais com a abordagem transdisciplinar, como resposta às preocupações emergentes do risco, como o ambiente, saúde pública, segurança alimentar, tecnologias médicas, desastres naturais, acidentes industriais, segurança pública, formas emergentes de vulnerabilidade social, tais como: desemprego elevado e persistente, desigualdades no rendimento, persistência da pobreza, envelhecimento demográfico, queda da fecundidade, maus-tratos, abuso sexual, violência familiar, reduções da protecção social, entre outros elementos que obrigam a repensar as políticas sociais e os sistemas de produção de bem-estar.

De acordo com Vilar (2003) uma das principais formas de agir perante a crise, ou grupos de risco, que se tornam mais vulneráveis após o desenrolar de um fenómeno tecno-social ou naturo-social de um risco, é no terreno.

É no terreno que a intervenção social surte efeitos. Qualquer profissional que no desempenho das suas funções contacte com a realidade e os seus efeitos nas comunidades ocupa um lugar privilegiado, quer na produção de conhecimentos sobre os problemas da sociedade em causa, quer a respeito das tecnologias necessárias à resolução, minoração ou prevenção desses problemas.

Deve destacar-se que o papel da acção social se baseia num conhecimento empírico dos problemas deveras importante para aprofundar o conhecimento sobre os mesmos. Vilar (2003) citando Popper (1979) refere que, *numa perspectiva dedutiva a intervenção social profissional é um excelente campo para o contraste de hipóteses científicas, na linha de pensamento em que cada problema é uma totalidade sociológica, ou seja, das demais ciências sociais* (p. 196).

A intervenção social requer uma tentativa de compreensão dos problemas nas suas múltiplas dimensões, o que implica articulações teóricas provenientes das diferentes ciências sociais. Assim, a intervenção social não só identifica e conhece os problemas sociais, como intervém sobre eles, numa tentativa de prevenção, minoração e mesmo erradicação.

Aqui, destaque-se o educador social pois é um agente de mudança social que utiliza estratégias de intervenção educativa. Age na inclusão social e nas inaptações sociais e no favorecimento das autonomias e do bem-estar social, bem como atende também a grupos sociais com vivências de risco.

Nesta linha de pensamento, a transversalidade do tema riscos não prescinde da intervenção social, e esta deve ser crítica ao nível das políticas sociais de combate aos riscos sociais, independentemente do seu tipo, mas de acordo com as consequências que estes inerem.

Principais considerações

Na verdade ficou demonstrado e reconhecida a relevância da geografia como ciência de charneira que permite a transição dos riscos naturais para os riscos humanos, pois são duas variáveis que interagem cada uma com as suas dinâmicas. De um lado, uma posição de aproximação de carácter exacto das ciências físico-naturais, de outro lado, uma complexidade e subjectividade das ciências humanas e sociais. Deste modo, a intervenção geográfica, ao nível da evolução do conhecimento científico promove a interdisciplinaridade e complementaridade passível de se aplicar ao estudo dos riscos, na medida de que estes interferem nas realidades natural e social.

De facto, ficou clara e evidente a relação existente entre os riscos naturais, tecnológicos e sociais, mas também a sua clara interdependência.

Se por um lado, a interdisciplinaridade e complementaridade explicam a inter-relação sequencial dos riscos naturais, tecnológicos e sociais, por outro lado, a classificação dos riscos em tradicionais e novos riscos, explicam a interdependência e autonomia de cada tipo de risco, em particular.

Através desta linha de pensamento constata-se que entre os riscos tradicionais e os novos riscos, apenas surgem em comum os riscos sociais, símbolo da sua exclusividade e singularidade. Esta classificação permite centralizar os riscos sociais, até porque qual seria a necessidade de aprofundamento do conhecimento, em qualquer área do saber, se em foco não estivesse a permanência e a sobrevivência do homem no planeta?

De entre todos os riscos que o homem enfrenta existe um grupo que maior preocupação trás à humanidade, trata-se do grupo incógnito dos riscos, ou seja, todos aqueles que o homem nunca enfrentou e desconhece, ou até, mesmo aqueles que já enfrentou, mas cuja vulnerabilidade máxima de manifestação è também uma incógnita e, quiçá, coloque em risco quer a vida humana quer a de qualquer outro ser vivo na Terra.

Se o pretendido neste artigo era inferir sobre a intervenção e a educação social num contexto de riscos, nas perspectivas de prevenção face aos diferentes graus de intensidade da sua manifestação, bem como, relativamente às formas de actuação mais eficazes de

erradicação da ameaça de actuação de determinado risco, é imprescindível alertar para o carácter imprevisível do risco, pois será mais difícil lidar com ele, e os meios de resposta estarão mais longe da real e desejada eficácia.

Referências

- Breakwell, G. M. (2007). *The psychology of risk*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bruseke, F. J. (2007). Risco e contingência. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22 (63), 69-80.
- Faugères, Lucien (1991). La géo-cindynique, géo-science du risque. *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, 68 (3), 179-193.
- Gonçalves, M. E. (2007). *Os portugueses e os novos riscos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Granjo, Paulo (2006). Quando o conceito de «risco» se torna perigoso. *Análise Social*, vol. XLI (181), 1167-1179.
- Hespanha, P. & Carapinheiro, G. (2002). A globalização do risco social, uma introdução. In Sousa Santos, Boaventura (ed.), *Risco social e incerteza: pode o estado social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento, 13-23.
- Lourenço, Luciano (2006). Riscos naturais, antrópicos e mistos. *Finisterra*, 14, 109-113.
- Manche, Yannick (1997). Propositions pour la prise en compte de la vulnérabilité dans la cartographie des risques naturels prévisibles. *Revue de géographie Alpine*, 85 (2), 49-62.
- Mendes, F. (2007). Mitigar o risco e os fenómenos contingentes. *Economia e Sociologia*, 83, 35-54.
- Portugal, Sílvia (2008). Sob (re) as políticas que não nos protegem: novos riscos e desafios à teoria sociológica /colóquio: Caminhos de Futuro, Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas, (org.), *Centro de Estudos Sociais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p.2.
- Rebelo, Fernando (1999). *Riscos naturais e acção antrópica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Saurí, D. (1995). Geografía y riesgos tecnológicos. *Documents d'anàlisi geogràfica*, 27, 147-158.
- Thouret, Jean-Claude (1996). Vulnérabilité aux risques naturels en milieu urbain - effets, facteurs et réponses sociales. *Cahiers des sciences humaines*, 32 (2), 407-422.
- Vilar, D. (2003). Ciência, sociedade e serviço social. *Intervenção social*, 27, 191-199.

As II Jornadas de Educação Social Subordinadas Ao Tema “Dinâmicas Sociais – Espaços De Pensamento: A Intervenção Social Em Tempo De Crise, visam criar um espaço de reflexão e debate sobre propostas de intervenção em diferentes contextos institucionais.

Partindo da análise de dados vivenciais e rotinas no terreno poderão ser colocados a nú os sucessos e fracassos, as esperanças e as frustrações de quem na prática trabalha os diferentes contextos de intervenção social.

De forma fundamentada, pretende-se deixar a possibilidade de formular juízos de valor, criar alternativas e comparar práticas no sentido de ultrapassar os tempos de crise que a sociedade actual nos proporciona.

Destinatários:

- Alunos do Curso de Licenciatura e Mestrado em Educação Social;
- Instituições cooperantes com a ESEB;
- Comunidade em geral.

Enviar/entregar:
II Jornadas de Educação Social
Dinâmicas Sociais - Espaços de Pensamento: A Intervenção Social em Tempo de Crise
Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia - Apartado 1101 - 5301-856 Bragança
www.esb.ipb.pt - E-mail: eseb@ipb.pt

COMISSÃO CIENTÍFICA

António Campar de Almeida
Ester Vaz
Jesus Mata
Lúcio Cunha
Maria do Nascimento Mateus

COMISSÃO ORGANIZADORA

André Garibaldi
Cristina Maria Mesquita Pires
José Paulo Castro
Maria do Nascimento Mateus
Maria Emília Nogueiro
Paula Martins
Pedro Couceiro
Orlando Gama

SECRETARIADO

Coordenadora: Maria do Nascimento Mateus

Andreia Brito
António Bernardino Coelho
Cátia Sousa
Crisantina Marcos
Daniela Martins
Eugénia de Sousa
José Carlos Trindade
Maria Emília G. Pires Ferreira
Maria Emília Nogueiro
Marta Morgado
Ofélia Sá
Orlando Gama

**II JORNADAS
DE EDUCAÇÃO
SOCIAL**

Dinâmicas Sociais -
Espaços de Pensamento:
a intervenção social
em contexto de crise



ESEB
18 e 19
Junho
2009



INSTITUTO POLITÉCNICO de Bragança
Escola Superior de Educação
DE BRAGANÇA

Julia Boronat Mundina e María Cruz Tejedor Mardomingo -
Universidad de Valladolid.

ACCIONES SOCIOEDUCATIVAS EN CENTROS PENITENCIARIOS

Moderadora: Cristina Mesquita Pires

Dia 19 de Junho

10.00h – Comunicações

Ester Vaz - ESEIG do Politécnico do Porto/Investigadora integrada do
CEMRI/Universidade Aberta

A VELHICE NA PRIMEIRA PESSOA

Ana Luísa Gonçalves Pereira – CLDS de Aldoar

A ARTE TERAPIA NA INCLUSÃO SOCIAL

Moderadora: Maria do Nascimento Mateus

11.00h – 11.15h – Pausa para café

10.15h – Comunicações

Iveta Vilares - Educadora Social - Casa de Trabalho Drº António Oliveira
Salazar

A INSTITUCIONALIZAÇÃO: (DES) ENCONTROS PELA RELAÇÃO

Paula Pimentel - Fundação Betânia

INTERVENÇÃO SOCIAL EXPERIENCIADA NUM CENTRO DE
ACOLHIMENTO E FORMAÇÃO PARA IDOSOS

Moderadora: Maria Emília Nogueiro

12.30h – 14.30h - Pausa para almoço

14.30h – Comunicações

Daniela Couceiro – Técnica de Reinserção Social do Instituto da Droga
e Toxicod dependência – IP - Porto

O EDUCADOR SOCIAL E A PROBLEMÁTICA DA TOXICODPENDÊNCIA

Paulo Torres, Sílvia Bernardo e Graça Santos – Escola Superior de
Educação de Bragança

A DISCRIMINAÇÃO SOB O OLHAR DA EDUCAÇÃO SOCIAL

Moderadora: Paula Martins

16.00h – 16.15h – Pausa para café

16.15 – Comunicações

Jesus Mata – Escuela Superior de Educación de Palência –
Universidad de Valladolid

INMIGRACIÓN, MERCADO DE TRABAJO Y EXCLUSIÓN.

Daniela Silva, Evaniza Vieira, Graciete Pinto Maria, Patrícia Violante
e **Graça Santos** – Escola Superior de Educação de Bragança

O EDUCADOR SOCIAL E A PROBLEMÁTICA DA MORTE E DO LUTO

Moderador: Orlando Gama

17h 30m – Encerramento

PROGRAMA:

Dia 18 de Junho

09.30h – Recepção e entrega de documentação

10.00h – Sessão de Abertura

10 30h – Comunicações

Maria do Nascimento Mateus – Escola Superior de Educação de
Bragança

IN (EX)CLUSÃO DOS IMIGRANTES EM BRAGANÇA

Teresinha Parreira – Centro de Saúde de Miranda do Douro

CUIDADOS CONTINUADOS: O EDUCADOR SOCIAL: QUE INTERVENÇÃO?

Moderador: Pedro Couceiro

11.30h – 11.45h - Pausa para café

11.45h – Comunicações

Andreia Silva, Sara Cordeiro, Tânia Sampaio, Verónica Fonseca,
Zaida Pina e Maria do Nascimento Mateus – Escola Superior de
Educação de Bragança

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO BAIRRO DA MÃE DE ÁGUA

Carlos Mesquita Morais - Escola Superior de Educação de Bragança

PENSANDO MATEMATICAMENTE EM CONTEXTO DE CRISE SOCIAL

Moderador: Orlando Gama

12 30h – 14 30h - Pausa para almoço

14h 30m - Comunicações

Luísa Sousa e Maria do Nascimento Mateus – Escola Superior de
Educação de Bragança

VOLUNTARIADO JOVEM PARA A FLORESTA: QUE INTERVENÇÃO SOCIAL?

Cristina Mesquita Pires – Escola Superior de Educação de Bragança

INFÂNCIA: DESAFIOS DE MEDIAÇÃO EM CONTEXTO SÓCIO-EDUCATIVO

Miguel Monteiro – Escola Superior de Educação de Bragança

INTEGRAR E ANIMAR A POPULAÇÃO SÉNIOR ATRAVÉS DO EXERCÍCIO
FÍSICO

Moderador: José Paulo Castro

16.00h – 16.15h – Pausa para café

16.15h – Comunicações

André Garibaldi – Escola Superior de Educação de Bragança

A INTERVENÇÃO SOCIAL NUM CONTEXTO DE RISCOS
NATURALS/TECNOLÓGICOS E SOCIAIS

Cidália Vaz e Maria do Céu Ribeiro – Escola Superior de Educação de
Bragança

SEXUALIDADE NA 3ª IDADE E NAS PESSOAS PORTADORAS DE
DEFICIÊNCIA: MITO OU REALIDADE?



II Jornadas de Educação Social

Nome: _____

Morada: _____

Cód. Postal: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Profissão: _____ Instituição/Escola: _____

Alunos, docentes da ESEB e instituições cooperantes – 10 Euros
Outros – 20 Euros

Data: ____/____/2009

Assinatura: _____